

TELEGRAMA • 05 JAN. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Dívida externa.

Da Embaixada em Londres

Em 5 de janeiro de 1938.

3 – QUARTA-FEIRA – 16hs.15 – O *Financial Times* publicou hoje um editorial em que, referindo-se ao não pagamento dos cupons da dívida externa, vencidos em 1º de janeiro, afirma estar aumentando o descontentamento dos portadores de títulos e opina que a postergação pelo governo brasileiro, apresentando uma proposta para a solução da questão da dívida externa, prejudicará o nosso crédito e as possibilidades de execução do plano de governo brasileiro de desenvolvimento e aparelhamento do país. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 05 JAN. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Contrato *destroyers*.

Da Embaixada em Londres

Em 5 de janeiro de 1938.

4 – QUARTA-FEIRA – 17hs.40 – Urgente. Acabo de receber a visita dos construtores que me solicitaram providências junto ao governo para a remessa da primeira prestação dos contratos dos *destroyers*, pagável no dia da assinatura, e cuja demora não pode exceder, no máximo, de 30 dias. As firmas construtoras pedem a remessa de fundos, com a maior urgência, visto que já assumiram compromissos sérios e colocaram numerosas encomendas em subcontratantes. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 07 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] O livro branco inglês sobre a Palestina

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 7 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

O governo britânico publicou no dia 4 do corrente uma nova declaração sobre a situação na Palestina, apresentada sob a forma de um livro branco. A declaração salienta especialmente que o governo britânico aceita [e]m princípio as conclusões da Real Comissão do inquérito (vide ofício n. 369), a qual considerou que a divisão tripartida da Palestina representava a melhor solução do problema.

2. Isto, entretanto, não significa que o governo britânico aprove integralmente o aludido plano, sobretudo, no que diz respeito à transferência obrigatória dos árabes residentes nas regiões judaicas à parte árabe do território da Palestina. Assim nenhuma decisão definitiva pode ser tomada, por enquanto, e o governo de Londres vai enviar à Palestina uma segunda comissão de inquérito de caráter puramente técnico, cuja tarefa será de estudar as possibilidades materiais de realizar o projeto de divisão do país e ainda, de determinar os limites entre as regiões árabe e judaica. A mesma comissão estudará igualmente a parte financeira do projeto.

3. A imprensa londrina, em geral, deu bom acolhimento ao documento em questão. Não deixou, entretanto, de concluir que o governo não está tão convencido, como dantes, [de] haver encontrado a melhor solução do delicado problema, salientando, outrossim, que depois de três longos meses de inquéritos, estudos e discussões, ainda se acha bem longínquo o fim desejado, isto é, o apaziguamento definitivo do conflito de raças e religiões na terra santa.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

OFÍCIO • 07 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] Transformação política brasileira

N. 8

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 7 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

Cabe-me remeter a Vossa Excelência, em anexo ao presente ofício, quinze recortes de jornais londrinos e das províncias, contendo as notícias mais importantes publicadas na segunda quinzena de dezembro último sobre a transformação do regime político brasileiro.¹

2. Refere-se algumas dessas notícias às medidas tomadas recentemente pelo governo brasileiro no estado do Rio Grande do Sul, a fim de combater a organização nazista de alemães e descendentes de alemães residentes naquele estado.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão

Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexos:² n. 1 “A Brazilian ban on Nazis”. *The Times*, Londres, 24 de dezembro de 1938;

n. 2 “Brazilian ban on Nazi activities”. *Daily Telegraph*, Londres, 23 de dezembro de 1937;

n. 3 “Latin America”. *The Times*, Londres, 1º de janeiro de 1938;

n. 4 “Swastikas Banned”. *Daily Express*, Londres, 21 de dezembro de 1937.]

¹ Dos quinze recortes mencionados no ofício, apenas quatro foram localizados no volume.

² Não transcritos.

OFÍCIO • 07 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] A mensagem do presidente Roosevelt.

N. 9

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 7 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

A mensagem do presidente dos Estados Unidos, senhor Franklin Delano Roosevelt, era esperada com grande interesse neste país, ansioso por conhecer não somente a futura orientação econômica da grande república norte-americana, como o pensamento do seu governo no presente momento internacional, de suma delicadeza para os interesses britânicos, sobretudo no que se refere ao Extremo Oriente.

2. A imprensa londrina e das províncias reflete esse interesse, e os longos comentários marcam a estima em que é tido o presidente dos Estados Unidos, tributando-lhe todos os jornais a sua admiração pelo modo enérgico com que encara os múltiplos e complexos problemas internos do seu país.

3. Se a opinião trabalhista se mostra um tanto decepcionada ao verificar que o presidente Roosevelt não se pronunciou sobre a sua possível intervenção nos assuntos europeus caso a isso fosse impelido, por outro lado, os órgãos de todas as correntes de opinião timbraram em salientar as declarações presidenciais quanto “aos efeitos que as ações e a política de certas nações possam vir a ter, não somente com relação aos seus vizinhos imediatos, mas ainda sobre nós”.

4. O *Times* disse a esse propósito que era muito notável a alusão do presidente Roosevelt às provocações que, em outros tempos, teriam, pela sua gravidade, acarretado a guerra. Acrescenta o referido jornal que o presidente dos Estados Unidos certamente pesou cuidadosamente as suas palavras quando declarou que a paz mundial por entendimento internacional estaria mais segura nas mãos dos governos democráticos.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 10 JAN. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Bloqueio do câmbio.

Da Embaixada em Londres
Em 10 de janeiro de 1938.

9 – SEGUNDA-FEIRA – 18hs.30 – Notícias recebidas, aqui, sobre o bloqueio do câmbio e a falta de informações quanto à natureza e extensão do mesmo, motivam a suspensão da cotação do mil réis na praça. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 10 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[*Índice:*] A Grã-Bretanha e o Japão.

N. 12

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 10 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

O estado atual das relações anglo-japonesas, em seguida aos incidentes que se multiplicam na China, especialmente em Shanghai, preocupa seriamente a opinião britânica. É certo que o governo de Londres tem, até aqui, dado sobejas provas de reserva e tolerância, parecendo que mesmo a imprensa inglesa evita lançar óleo sobre o fogo e agravar, assim, um estado assaz delicado por si próprio. Está claro, porém, que chegou o momento em que se torna difícil para o governo inglês manter a mesma atitude de tolerância, evitando de tomar posição e deixando de defender os seus

interesses vitais no Extremo Oriente. Independentemente das declarações do almirante Suetsugu – transmitida através da atenuada versão oficiosa de Tóquio – declarações brutalmente dirigidas contra a Grã-Bretanha, parece certo que a política nipônica em nada facilitará um entendimento que possa satisfazer os interesses britânicos atualmente em jogo.

2. Tudo isso faz despontar a ideia que o estado presente no Extremo Oriente deve preocupar a todas as nações interessadas no assunto, isto é: a todas as potências senhoras de tratados e direitos na China, sobressaindo, pois, que ao governo britânico, como principal interessado na segurança do Império, compete uma maior parte nas responsabilidades. Sem que o governo britânico tenha até hoje assumido qualquer atitude definitiva, considera-se que as exigências japonesas em Shanghai – sobretudo no que concerne ao aumento do número de agentes nipônicos nas forças de polícia e à nomeação de súditos japoneses para os principais cargos de administração, não poderão ser admitidas, visto que os direitos de assembleia municipal na concessão internacional foram estabelecidos em 1869, reconhecidos pela China e confirmados duas outras vezes, em 1899 e 1930.

3. Esses acordos internacionais foram postos em vigor conjuntamente pela Grã-Bretanha, a França, os Estados Unidos e mesmo a Alemanha, cobrindo assim todas as questões direta ou indiretamente ligadas com a manutenção da ordem na concessão internacional. Não podem, pois, ser modificados senão após combinação de todas as potências interessadas. Mas, a imprensa inglesa observa ainda que a concessão internacional e a concessão francesa ficaram como duas ilhas em meio da zona atualmente ocupada pelos japoneses e acrescentam que, embora isso seja verdade, em nada poderá modificar o “estatuto” das concessões, mesmo no caso do conselho municipal de Shanghai concordar com as exigências nipônicas, pois que, como foi dito, o acordo de 1869, confirmado em 1899 e em 1930, não poderá ser modificado, senão com o expreso assentimento de todos os signatários.

4. A questão se complicou ainda com o fato conhecido de serem agentes britânicos vítimas, por parte de soldados japoneses, de violências inadmissíveis. Afirmam que um sargento britânico que se encontrava na zona britânica foi violentamente arrastado por soldados japoneses para a concessão nipônica e lá maltratado, isso pelo fato de haver protestado contra o mau tratamento infligido a chineses. O comandante em chefe das tropas britânicas, o brigadeiro general Telfer-Smollett, protestou energicamente junto

ao adido militar japonês, o general Harada, contra essa violação da defesa britânica, declarando que a repetição de tais incidentes poderia ter graves consequências.

5. Esses e outros fatos, noticiados quase que diariamente pela imprensa, provocam uma forte irritação no país e há quem afirme tratar-se de provocações sistemáticas e calculadas. Em todo o caso, torna-se evidente que tais fatos não são de natureza a facilitar mesmo a ideia de uma possível conciliação. Além disso, a atitude especialmente hostil da casta militar nipônica contra a Grã-Breanha, explica-se pelo fato que Hong Kong constitui a principal base, na qual mais facilmente poder-se-á organizar um auxílio ao exército chinês – e há quem diga que tal auxílio existe – representando, assim, Hong Kong, um perigo permanente para a retaguarda nipônica.

6. Mas está visível que, até agora, a Inglaterra está tolhida em seus movimentos no Extremo Oriente; a situação europeia, principalmente no Mediterrâneo, não lhe permitindo [*sic*] dispor da maioria da sua força naval para uma ação útil nos mares da China. Se de um lado existe para a Grã-Bretanha a necessidade absoluta de defender a segurança de um Império disperso por todos os mares terrestres, do outro lado, para os britânicos existe ainda a necessidade, não menos absoluta, de valer pela supremacia naval no ocidente, sobretudo agora que a Itália se esforça, com o novo programa de construções previsto por Mussolini, para adquirir a preponderância no Mediterrâneo. Concebe-se, pois, que tal seja um problema de difícil solução por parte da Inglaterra, o que explica, por sua vez, tenha o governo de Londres dado provas, até aqui, de paciência e espírito de conciliação.

7. A Inglaterra parece querer demonstrar, graças ao seu poderoso esforço no sentido do rearmamento, estar convencida de que o tempo trabalha em seu favor. E o Japão, ativo e guerreiro, certamente compreendendo o perigo futuro para os seus planos de hegemonia asiática, busca, com rapidez, concluir e consolidar uma vitória da qual depende o seu prestígio e a sua própria vida internacional.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

DESPACHO • 10 JAN. 1938 • AHI 419/2/3

[*Índice:*] Cópias de notas.

CC/1/342.1(60)

Ministério das Relações Exteriores
Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1938.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores remete à embaixada do Brasil em Londres cópias das notas trocadas com a embaixada britânica, nesta capital, no decorrer do mês findo.

[*Anexo I*]

SE/24

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1938.

O ministro de Estado das Relações Exteriores tem a honra de apresentar seus cumprimentos ao embaixador de Sua Majestade britânica e de remeter inclusa a Sua Excelência a nota em que o ministro da Fazenda responde à comunicação de 13 do corrente, transmitida por Sua Excelência àquele ministro a pedido do Conselho dos portadores de títulos estrangeiros de Londres.

SE/24/1938/Anexo

AIDE-MEMOIRE

Em resposta ao *aide-memoire* de V. Exa., de 13 do corrente, no qual houve por bem transmitir o pensamento do Conselho dos portadores de títulos estrangeiros, tenho a honra de pedir a V. Exa., que transmita ao mesmo as seguintes considerações:

I – o governo do Brasil determinou a suspensão de remessas para pagamentos dos juros de seus empréstimos devido a fatos econômicos, internos e externos, cuja repercussão e correição exigem exame, tempo e consideração especial.

II – A baixa geral de preços das exportações brasileiras em um momento de transição política trouxe um desequilíbrio de responsabilidades no exterior, de tal natureza que o governo foi forçado, como medida de prudência, não só a cessar as remessas governamentais como mesmo a controlar as de natureza privada.

São fatos notórios, medidas em execução que, por si mesmos, explicam e justificam a atitude do governo brasileiro.

III – Está o governo enfrentando estas dificuldades e tem razões para acreditar que com o decurso do tempo e ação de suas providências a situação venha a melhorar, quer a interna, quer a externa, por tal forma que lhe seja permitido, no menor prazo possível, voltar ao exame da questão, dentro dos propósitos de atender ao interesse dos portadores de títulos e aos objetivos do governo de tudo fazer, como tradicionalmente tem feito o Brasil na defesa e manutenção de seu crédito exterior.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1938.

Confere:

Iracema D. Ferreira

Pelo chefe do serviço de datilografia

Conforme:

Saboia Lima

Pelo chefe dos serviços econômicos

[Anexo II]

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Embaixada britânica

British Embassy

Rio de Janeiro

His Majesty's Ambassador mentioned to His Excellency the Minister for Foreign Affairs on December 3rd, 1937, that it was hoped that provision would be made in the 1938 budget for payment to the Cargo Fleet Tron Company and Messrs. Dorman Long and Company of a sum of money awarded to them by the Supreme Court, and payable by the Federal Treasury.

It appears that much provision has not been made, and the companies hope that steps may be taken for the settlement of the matter by means of a special credit.

O embaixador da Inglaterra acredita, infundadamente, que a soma deve ser incluída no orçamento deste ano. Já lhe disse que assim não seria; o que é preciso é enviar um aviso ao ministro da Fazenda pedindo-lhe que abra um crédito especial para pagar essa reclamação.

M.P.B. 13.1938

v

TELEGRAMA • 11 JAN. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Dados estatísticos para o Boletim do Conselho do Açúcar. Conferência do Açúcar.

Da Embaixada em Londres

Em 11 de janeiro de 1938.

11 – TERÇA-FEIRA – 19hs.15 – Referência ao meu telegrama n. 6. O Conselho do Açúcar telefonou, hoje, dizendo que o boletim está parado nas máquinas, à espera dos dados brasileiros. Com relação aos telegramas ns. 124 e 127, agradeceria uma resposta sobre a ratificação da Convenção do Açúcar. Convindo haver um representante do Brasil na

próxima reunião da Conferência e no caso de Vossa Excelência não mandar ordem em contrário, designarei o secretário comercial desta embaixada. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA³ • 12 JAN. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Conselho Internacional do Açúcar

OSTENSIVO

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Londres
Em 12 de janeiro de 1938.

7 – 51400 – Resposta [ao] telegrama [de V. Exa. n. 11,] esta Secretaria de Estado está providenciando [a sua] ratificação. [Está] autorizado [a] declarar [que] exportaremos [a] mesma cota anterior, salvo alteração que será comunicada até fins de maio. Aprovo [a] designação [do] secretário comercial. EXTERIORES

v

OFÍCIO • 12 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] Relatório econômico n. 1.

N. 15

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 12 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, um relatório sobre a atividade econômica e financeira deste país no mês de dezembro do ano passado.

³ O documento possui diversas intervenções a lápis, de forma a complementar elementos textuais omitidos no telegrama.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo]:

Relatório

N. 1

Mês econômico de dezembro de 1937

Suspensão da dívida externa do Brasil

1. Entre os fatos mais importantes de ordem comercial ocorridos na Inglaterra no mês de dezembro último, que tiveram uma larga repercussão no *Stock Exchange*, destaca-se em primeiro lugar, para nós brasileiros, a suspensão do pagamento da dívida externa do Brasil. Embora esse acontecimento tivesse sido anunciado ao mundo inteiro desde 10 de novembro último, por ocasião da entrada em vigor da nova Constituição do Brasil, parece que o público britânico não deu imediatamente a devida atenção ao caso em apreço, como o fez no correr do mês de dezembro próximo passado; somente os *bondholders* sentiram logo as duras consequências dessa decisão, pela queda brusca de seus títulos brasileiros nos mercados mundiais.

2. Passados os primeiros quinze dias de incertezas, surgirem [*sic*] os comentários diários na imprensa e as interpelações no Parlamento inglês; a desorientação visível dos grandes banqueiros, com relação à nova política financeira do Brasil, era o assunto predileto dos comentários dos *bondholders* no *Stock Exchange*, a maioria dos quais criticavam, muito severamente, a atitude assumida pelo Brasil quanto à suspensão do pagamento de sua dívida externa.

3. A pedido da embaixada do Brasil em Londres, o senhor presidente da República consentiu em conceder, em meados do mês em apreço, uma entrevista ao representante do *Financial Times* no Rio de Janeiro sobre a momentosa questão, entrevista essa que

teve uma larga repercussão no mundo financeiro deste país e também no estrangeiro. Como era de prever, aliás, a entrevista do senhor presidente da República do Brasil trouxe grandes esperanças aos *bondholders*, pela segurança dada aos mesmos de que o Brasil não repudiava as suas obrigações; necessitava apenas de tempo para melhorar a sua situação financeira e negociar um novo acordo com os prestamistas. A consequência imediata dessas palavras do senhor presidente da República foi a alta dos títulos brasileiros na *City*, em Wall Street e nas principais bolsas de títulos no mundo, alta essa que mantiveram até o dia 21 de dezembro. Mas, tempos depois, passados os primeiros entusiasmos dos *bondholders*, as notícias vindas do Brasil que esclareciam melhor o pensamento do senhor presidente da República com relação à referida entrevista, encheram os *bondholders* novamente de apreensões e, certas dúvidas, começaram a surgir, de novo, quanto ao futuro das dívidas brasileiras.

4. A inclusão no orçamento de 1938 da quantia de 240 mil contos ou £2.650.000, ao câmbio atual, em vez de £8.724.600 previsto pelo esquema “Aranha” para o serviço da dívida externa, foi o suficiente para desanimar por completo os *bondholders*; a consequência lógica foi a baixa imediata dos títulos brasileiros nesta praça, baixa essa que permaneceu até o fim de dezembro, com raras e insignificantes oscilações.

5. O editorial do *Financial News*, de 29 de dezembro de 1937, bem revela o desapontamento dos portadores de títulos brasileiros na Grã-Bretanha ao terminar o ano próximo passado, e, assim, vai aqui transcrito.

It would be well were the Brazilian authorities to give proof, at the earliest possible opportunity, of their determination to find a solution to the debt at once fair to bondholders abroad and to her own nationals. So far we have had nothing but equivocation. Since President Vargas declared, on November 10 last, that the service on the external debt would be suspended and his Foreign Minister declared a week later that remittances would continue until an agreement was reached with the foreign bondholders, the position has been obscure and the market a prey to rumor. Now a message from Rio de Janeiro states that a provision of 240.000 contos of reis (about £2.600.000) is to be made in the Budget for 1938, this sum to cover the service ‘until the conclusion of new agreements’. Except for the paucity of the sum mentioned this statement is characteristically vague. The suggested budgetary charge compares with a total of £13.318.000 in 1937, including remittances under the commercial payments agreement, and with the total of £8.724.600 to be remitted under the Aranha Debt Plan

year which ends on March 31 next. It is, from the bondholders' viewpoint, merely a token payment from the Brazilian Treasury's petty cash box.

Between now and the end of March every effort must be made to formulate an acceptable substitute for the Aranha plan. What, broadly speaking, should be the basis of a new debt scheme? It is, of course, quite impossible, at this stage, permanently to measure Brazil's 'capacity to pay' now that she has wisely discarded her coffee restriction scheme. For that reason, we again emphasise that any agreement between Brazil and bondholders in this country must be of a short-term character, capable of upward revision as her finances improve. Any new debt scheme must be the product of complete agreement between the two parties: no fresh attempt to force a unilateral agreement upon bondholders can be tolerated. Attempts to shift still more of the responsibility for economic failures on to the shoulders of foreign 'capitalists' must be resisted. Equally will it prove necessary to keep a watchful eye on the use of the new exchange powers invested in the Bank of Brazil. It would appear that, under the regulations announced over a weekend, importers of goods into Brazil will be permitted to make payments abroad only within the limits of a quota based on the trade surplus in favor of Brazil. Such a system would favor countries like the U.S.A. and Japan but would deal harshly by Great Britain and the Argentine. In the present economic dispensation, it is not possible to be over-critical on the means taken to achieve a favorable trade balance, but Great Britain's services to the Brazilian Republic cannot be truly weighed in a mere balance of an exports and imports table.

Situação da indústria no mês de dezembro.

1. Durante a primeira quinzena do mês de dezembro, densas nuvens de pessimismos e de apreensões pairaram sobre a Grã-Bretanha – em consequência da difícil situação industrial nos Estados Unidos – e isso apesar de ter a indústria britânica aumentado, mensalmente, a sua prodigiosa produção industrial nos dez primeiros meses no ano de 1937, produção que, no mesmo período em apreço, absorveu mais de meio milhão de trabalhadores do enorme exército dos sem trabalho na Inglaterra.

2. A verdade é que, ainda hoje, não se sabe bem no Reino Unido se a crise americana atual é devida, exclusivamente, aos vários fatores de ordem econômico-financeiros, se à falta de confiança – oriunda dos choques políticos na Europa e na Ásia – ou se oriunda, ainda, da política financeira e econômica do presidente Roosevelt. O certo, porém, é que as indústrias básicas da Grã-Bretanha sentiram quase que imediatamente a reação da brusca queda dos preços dos artigos manufaturados

americanos, e isso, pela falta de consumo no grande mercado interno dos Estados Unidos desses mesmos artigos.

3. Não há dúvida de que a onda de pessimismo ia, aos poucos, se avolumando na Grã-Bretanha no mês de dezembro, e, a tal ponto, que foi preciso o presidente do Conselho, senhor Neville Chamberlain, declarar com toda a força de persuasão que lhe é reconhecida, que a campanha de pessimismo com relação à crise que se anunciava não só era muito exagerada como perigosa.

4. Outros estadistas e homens de grandes negócios, tais como o senhor Oliver Stanley, presidente do Board of Trade; *lord* Runciman, antigo ministro; visconde de Dudley, presidente das Câmaras de Comércio do Império Britânico; *lord* McGowan, presidente das Indústrias Químicas do Império; *lord* Riverdale, chefe da firma Arthur Balfour & Cia Ltda.; visconde Horne, presidente da Great Western Railway; senhor R. McKenna, antigo ministro da Fazenda etc. etc., foram obrigados a afirmar publicamente a sua confiança no futuro das indústrias britânicas e incutir a necessária confiança no espírito público deste grande país, sobre o futuro das indústrias da Inglaterra.

5. Entre muitas outras coisas, disse [o] senhor Oliver Stanley: “Todas as informações que possuo atualmente indicam que as possibilidades futuras das indústrias e do comércio são boas e o país pode estar, assim, seguro de que o progresso industrial alcançado em 1937 será mantido no ano vindouro”.

6. O visconde Dudley disse também:

No corrente ano a indústria do aço aumentou a sua produção em mais de um milhão de toneladas, e isso apesar do custo de produção ter sido ainda mais elevado do que anteriormente. É tal a procura de aço atualmente para as entregas futuras, que novas fábricas e fornos estão sendo construídos, a fim de permitir acelerar as entregas, tanto para o consumo interno do país como para permitir o necessário aumento da exportação de aço para o estrangeiro. Uma indústria que paga 50 milhões de libras esterlinas por ano de salário aos operários, que gasta 19 milhões de libras esterlinas, em dois anos, com remodelações e que contribui, ainda, com 49 milhões de libras esterlinas para o aumento da balança comercial da Grã-Bretanha em 1937, não pode, de modo algum, ser pessimista no que diz respeito ao futuro da mesma indústria.

7. Disse ainda *lord Hirst*, entre outras coisas, o seguinte: “Há atualmente muito trabalho e, ainda, muito trabalho em vista, não vejo, pois, porque as indústrias britânicas não devam continuar a produzir no ano vindouro no mesmo nível da produção atual”.

8. Não há dúvida de que esta campanha de otimismo, feita por homens de responsabilidade, muito contribuiu – como contribuiu também os festejos de Natal – época em que todos se esquecem ou se esforçam por esquecer durante alguns dias as suas dificuldades materiais – para restabelecer, até certo ponto, a confiança no futuro das indústrias britânicas, na segunda quinzena do mês de dezembro, e permitir que se espere, com a necessária calma, uma possível crise econômica, a qual, porém, em nada se parecerá à crise que dominou este país durante os anos de 1930 a 1935.

9. Só mesmo o futuro poderá precisar com segurança de que lado está a razão: se esta campanha de otimismo, lançada pelas grandes indústrias e homens de governo, é justificada, ou se o aumento constante nos últimos quatro meses dos sem trabalho não justifica, na Inglaterra, um certo pessimismo do público, em geral, quanto ao futuro das indústrias britânicas.

Tratado de Comércio Anglo-Americano.

1. Durante o mês de dezembro findo foram continuadas as conversações anglo-americanas com o fim de se negociar um tratado de comércio entre as duas grandes democracias anglo-saxãs. As dificuldades de ordem técnicas e a peculiar posição da Grã-Bretanha com relação aos seus *dominions*, porém, são de tal ordem – em consequência da Conferência de Ottawa – pela cláusula preferencial concedida aos produtos importados na Grã-Bretanha que, mesmo a cláusula da nação mais favorecida, não pode satisfazer aos Estados Unidos, no que se refere às importações, aqui, de seus produtos agrícolas.

2. Por outro lado também, o não pagamento pela Inglaterra das dívidas de guerra aos Estados Unidos, certos favores que este país pleiteia para as suas indústrias e a continuação do acordo cambial entre os dois governos, encontram uma tal oposição no outro lado do Atlântico, que é lícito duvidar se, realmente, as negociações em curso terão uma feliz solução. Essas negociações devem ser retomadas em fevereiro próximo, devendo os técnicos das duas delegações estudarem atualmente os meios de contornarem certas dificuldades do momento, as quais, seja dito de passagem, parecem insuperáveis, mas que uma necessidade imprescindível de ordem política, talvez,

encontre a desejada solução para o quase indispensável acordo comercial anglo-americano.

O problema dos sem trabalho

1. Um dos principais motivos de inquietação do público britânico é, sem dúvida, o problema dos sem trabalho, o qual, nos últimos quatro meses do ano de 1937, tomou tais proporções que muita gente vê nesse fato sinais evidentes de uma próxima crise.

2. Segundo dados estatísticos recentes, parece que o aumento das pessoas desempregadas em dezembro superou o número de novembro em 166.204; os aumentos dos desempregados foram sucessivamente os seguintes: 108.954 em novembro; 51.045 em outubro e 29.979 em setembro. Não pode, assim, ser levado em consideração a afirmação de que o aumento formidável dos desempregados, verificados no mês de dezembro, seja consequência do mau tempo como muitos querem mascarar esse doloroso acontecimento; sem dúvida esse fator contribuiu, em parte, para o aumento referido, mas, certamente, não foi o principal.

3. De acordo com as estatísticas públicas, 68% dos sem trabalho pertencem à categoria dos trabalhadores ao ar livre; assim, as principais indústrias atingidas foram: pesca, construções navais; trabalhos de pedreiras; construções civis (83.300) agricultura (19.000) etc. e as indústrias propriamente ditas ficam responsáveis por 32% dos desempregados. Das indústrias atingidas as principais foram: tecidos de algodão (11.182) e tecidos de lã (5.501).

4. No fim do ano de 1937 existiam ainda na Inglaterra 1.665.405 pessoas totalmente desempregadas inscritas no rol dos sem trabalho, as quais recebem uma subvenção semanal do governo britânico.

5. A tabela abaixo indica a relação existente entre os meses de novembro e dezembro nos últimos anos, no que se refere aos sem trabalho:

Dezembro	Aumento ou diminuição sobre novembro
1927	- 26.202
1928	-124.383
1929	+18.099
1930	+121.911
1931	-105.194
1932	-76.519

1933	-56.033
1934	-34.970
1935	-49.997
1936	+5.117
1937	+166.204

6. A tabela seguinte indica as mudanças, dos empregados e dos desempregados, no ano findo:

Aumento ou diminuição por mês		
[Mês]	Desempregados	Empregados
Janeiro	+ 60.504	- 26.000
Fevereiro	- 61.378	+ 81.000
Março	- 26.644	+ 55.000
Abril	-146.758	+152.000
Mai	- 3.313	- 7.000
Junho	- 94.732	+ 130.000
Julho	+ 22.861	---
Agosto	- 20.838	+ 45.000
Setembro	+ 29.979	- 7.000
Outubro	+ 51.045	- 47.000
Novembro	+ 108.954	- 86.000
Dezembro	+ 166.204	- 136.000

Londres, em 12 de janeiro de 1938.

v

TELEGRAMA⁴ • 13 JAN. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Bloqueio do câmbio.

⁴ O documento possui diversas intervenções à lápis, de forma a complementar elementos textuais omitidos no telegrama.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

À Embaixada em Londres

Em 13 de janeiro de 1938.

8 – 51920 – Com referência ao telegrama n. 9, o Banco do Brasil informa que, entrando o mil réis em regime [de] controle, seu movimento no país, por intermédio dos bancos no exterior, não mais será possível sem disponibilidade lá fora⁵ em moedas de curso internacional. Assim sendo, não interessa aos referidos bancos manter contas em moeda nacional sem poder delas dispor para jogo de câmbio, o que tem sido, até agora, o seu objetivo principal. Daí a suspensão da cotação, nos mercados estrangeiros, para a moeda brasileira. Isso não impedirá, entretanto, a inversão de capitais no Brasil⁶ pela compra ou troca do mil réis em nosso mercado, e nesse caso, a cotação da moeda nacional será dada pelo mercado brasileiro. Rogo transmitir às embaixadas em Paris, Berlim, Roma e [às] legações em Berna e Haia, recomendando[-lhes] que comuniquem aos consulados.

EXTERIORES

v

OFÍCIO • 14 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] A nova “declaração de paz” do *Fuhrer* e a opinião inglesa.

N. 21

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 14 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

Os comentários da imprensa inglesa sobre a última “declaração de paz do chanceler Hitler” (alocução pronunciada em resposta às felicitações do corpo diplomático) revelam que o desejo de acreditar na possibilidade de um entendimento com o Reich é cada vez mais vivo neste país. Entretanto, do tom geral da imprensa

⁵ No original, “no estrangeiro” mas esta parte foi riscada.

⁶ No original, “no banco” mas esta parte também foi riscada.

sobre o assunto em apreço, sobressai que a Inglaterra continua a esperar provas concretas de boa vontade por parte da Alemanha.

2. O *Daily Telegraph and Morning Post*, órgão conservador, escreve em seu editorial:

Se a Alemanha não quiser declarar guerra a ninguém, tudo estará pelo melhor, porque ninguém deseja guerrear a Alemanha. Seria pouco generoso e pouco político duvidar da sinceridade das palavras do *Fuhrer*. Mas não será fora de propósito inquirir como esta paz, tão desejada, possa ser atingida. Porque, por exemplo, há de ser para “pacificar” a China que o Japão a invade. Assim não seria desejar demais do chefe do povo alemão, esperar que ele, depois desta declaração sobre a sua vontade de sincera reconciliação entre as nações, contribua “solidamente” para a pacificação dos espíritos.

3. Deve-se ainda ter em conta que a alusão irônica às operações de guerra, conduzidas pelo Japão em nome da paz, é, de uma forma ou de outra, repetida em todos os jornais que comentaram as declarações do senhor Hitler.

4. O *News Chronicle*, órgão liberal, observa suspeitosamente:

É necessário não ser considerado sem importância, o fato que o *Fuhrer* fala de paz, porque não existe um só homem no mundo que, tanto quanto ele, tenha o poder de escolher entre a guerra e a paz. O humor e as intenções da ditadura armada que reina na Alemanha, constituem o grande enigma do mundo. Não devemos negligenciar nenhum dos sinais que possam nos permitir decifrar o enigma.

5. Sublinhando, também ele, que “o Japão não confessa que o seu fim seja de guerra”, o órgão trabalhista *Daily Herald* acredita, entretanto, que há razões para esperar-se da sinceridade do pacifismo alemão: “O sentimento de ser oprimido pelo resto do mundo, sentimento que, no espírito de Hitler tomara a forma de mania de perseguição, parece ter perdido da sua acuidade”.

6. Tais são, Senhor Ministro, os principais comentários da imprensa deste país sobre as novas declarações de paz do chanceler Hitler.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 17 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[*Índice*]: Comércio e as finanças britânicas.

N. 24

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 17 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

Um dos pontos mais salientes da Grã-Bretanha é, economicamente, ser este país o maior “credor” de todo o mundo. Um país credor é aquele que, em virtude do emprego dos seus capitais em países estrangeiros, recebe desses países juros e outros pagamentos em resultado da sua aplicação. É um fato extraordinário que, nada menos de um vigésimo do rendimento nacional da Grã-Bretanha, seja devido a juros e dividendos dos empregos dos seus capitais no estrangeiro, e calcula-se que as quantias empregadas desta forma pelos ingleses no exterior, excedem... £4.000 milhões. Esta quantia gigantesca, acumulada durante um século de emprego de capitais do exterior, é indiscutivelmente um lucro fabuloso para a economia nacional britânica, mas tal fato tem sido de um benefício enorme na construção da economia nacional dos países em que o capital britânico foi empregado. Em qualquer dos casos, o emprego de capital no estrangeiro continua até esta data a ser a maior “indústria” da Grã-Bretanha.

2. Como tal, tem sido objeto de grandes cuidados de governos britânicos sucessivos, e alguns dos fatos e problemas que se relacionam com este importante assunto, vão aqui ser considerados.

3. Durante os últimos vinte anos, os empregos de capitais da Grã-Bretanha em países estrangeiros têm sido ruinosamente afetados por dois acontecimentos mundiais que abalaram o mundo inteiro: a grande guerra e a grande crise. O primeiro alterou de uma forma extraordinária a distribuição geográfica do emprego de capitais. Antes da guerra, aproximadamente uma quinta parte dos capitais britânicos empregados no estrangeiro, via Bolsa de Londres, ia para os Estados Unidos. As necessidades causadas

pela grande guerra, fizeram com que um grande número de papéis americanos que pertenciam a súditos britânicos, fosse vendido, donde resultou serem hoje os Estados Unidos uma nação credora.

4. O efeito da grande crise sobre os empregos de capitais britânicos no exterior foi o não cumprimento involuntário do pagamento de juros sobre empréstimos de governos estrangeiros e a dificuldade de fazer remessas de capital do estrangeiro, devido a várias medidas tomadas para se evitar a depreciação das moedas. Como é natural, isto produziu o efeito de intimidar a tendência de se emprestar dinheiro a países estrangeiros.

5. Não obstante, opiniões de influência nos meios governamentais da Grã-Bretanha dizem que o comércio mundial só progredirá amplamente, quando voltar a praça de Londres a aplicar capitais no estrangeiro. Até que ponto os empréstimos britânicos para o estrangeiro declinaram, pode ser verificado pelos seguintes algarismos, que são extraídos [do] *Economist*, um dos principais periódicos britânicos especializados em economia. Diz aquele periódico que o montante mais elevado, anual, de empréstimos britânicos para o estrangeiro, antes da guerra, foi em 1910, quando se empregaram £207 milhões para este fim.

6. O montante médio anual para emprego no ultramar, nos anos antes da guerra, 1910 a 1914, foi de £169 milhões. Em 1919 emprestaram-se quase £50 milhões, e a média anual para os anos que antecederam a grande crise econômica do mundo, 1925-1929, foi de £115 milhões. Durante os anos de crise 1930-1934, a média anual baixou para um pouco mais de £53 milhões. Em 1935 e 1936, as quantias britânicas emprestadas para o estrangeiro tinham baixado para £20 milhões e £26 milhões respectivamente.

7. Como, segundo o *Economist* o capital britânico no estrangeiro está sofrendo um “desperdício” de cerca de dois por cento anualmente (isso é: perdas, revendas a cidadãos de outros países, remissão de obrigações etc.), o capital britânico deveria ser empregado ou reempregado em papéis do ultramar, até um montante de £50 a £60 milhões anualmente, a fim de manter o capital da Grã-Bretanha empregado no estrangeiro, devidamente intacto.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 25 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] Missões militar, naval e aérea britânicas a Portugal.

N. 45

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 25 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

A próxima partida para Lisboa das missões militar, naval e aérea britânicas, leva o *Times* a lembrar a intimidade da secular aliança de Portugal e Inglaterra – não obstante as contingências da política internacional – e a importância vital que representam para as comunicações marítimas britânicas as bases navais portuguesas, tais como Madeira, ilha do Cabo Verde e Açores. “É manifestamente da mais alta importância – escreve o grande órgão da imprensa inglesa – que estas posições continuem nas mãos da potência aliada, em caso de guerra, mas a Inglaterra não é a única a beneficiar com a aliança que a associa à defesa das costas, comunicações marítimas e fronteiras terrestres de Portugal. A assistência britânica aliviará grandemente o fardo que seria bastante pesado para Portugal, se devesse contar só com os seus recursos.

2. O jornal é de opinião de que as comissões organizarão inquéritos sobre os problemas estratégicos e outros que se apresentem, devido à aliança. Os pontos de apoio portugueses no Atlântico – diz – foram de uma grande utilidade para a esquadra britânica, em várias ocasiões, sobretudo durante a guerra mundial. A Grã-Bretanha assumirá a defesa das costas e das fronteiras terrestres de Portugal contra qualquer agressor. O *Times* termina dizendo que as missões britânicas terão de examinar todo o problema da colaboração inglesa com Portugal e adaptar os pormenores à situação presente.

3. Nos círculos oficiais é comentado com a maior simpatia o envio das missões militares britânicas a Portugal, fato considerado como um novo testemunho do estreitamento das relações entre os governos de Londres e Lisboa. Afirma-se que o gabinete britânico não duvida de que a visita das missões será coroada do maior êxito, no sentido de uma ativa colaboração militar anglo-lusa, em qualquer emergência.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 25 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] A opinião inglesa sobre a reforma do Pacto da S[ociedade] D[as] N[ações].

N. 46

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 25 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

O gabinete reuniu-se ontem para estudar as diversas questões que se prendem com a próxima sessão do Conselho da Sociedade das Nações e com a reunião da Comissão dos 28. A partida do senhor Eden para Genebra justificou esta reunião extraordinária. Entre os problemas que preocupam o governo de Londres, figuram as disposições de certas potências, com respeito à anexação da Etiópia, além das discussões sobre a revisão do Pacto da S.D.N. O secretário de Estado terá ocasião, nas suas conversas com o senhor Delbos, de conhecer a opinião do governo francês e, durante as suas futuras entrevistas com os representantes dos outros Estados, poderá obter esclarecimentos sobre as suas atitudes, ainda insuficientemente conhecidas em Londres.

2. Parece muito duvidoso que a próxima sessão da S.D.N venha modificar a sua posição perante o problema da Etiópia. Mas não é impossível que a atitude dos Estados que desejam a normalização das suas relações com a Itália tenha certa influência sobre a abertura de negociações anglo-italianas, as quais foram demoradas, por diversas vezes, em virtude da oposição britânica à discussão do problema da Etiópia.

3. Relativamente à revisão do Pacto, prevê-se que o governo inglês, bem como o francês, tornarão conhecida a sua posição na Comissão dos Vinte e Oito, em termos aproximadamente idênticos. É de esperar ver a Inglaterra recomendar que se mantenha o *status quo*. Não se vê em Londres a necessidade de grandes reformas no Pacto da Sociedade das Nações, criando, desta maneira, uma provável cisão no seio do organismo de Genebra.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 27 JAN. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Conferência da Carne.

Da Embaixada em Londres

Em 27 de janeiro de 1938.

15 – QUARTA-FEIRA – 18hs.15 – O cônsul Alfredo Polzin diz: "Nas reuniões das Conferências de Carnes, de ontem, e de hoje, foram aprovadas, provisoriamente, até nova reunião, em março próximo, quando será revista toda a situação do mercado, as seguintes cotas: importação no 2º trimestre de 1938, de carne resfriada do Brasil, 253.000 cwts; carne congelada 40.000 cwts, divididas proporcionalmente na razão de Ottawa Standard Year, entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai mais correspondente

quantidade de vitelo e miúdos, além de 230.000 cwts de carne enlatada da cota global nas condições anteriores". RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 27 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] Projeto de uma Conferência de Paz.

N. 49

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 27 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

A notícia publicada por um jornal de domingo, anunciando que o senhor Neville Chamberlain tinha a intenção de convocar em junho deste ano uma Conferência de Paz, encarregada de regular todos os problemas políticos atuais, é considerada nos meios mais vizinhos de Whitehall como prematura.

2. Entretanto, parece certo que, se todas as condições necessárias para o sucesso de uma Conferência de paz, na ocasião oportuna, estiverem visíveis, o chefe do governo inglês não hesitará em tomar a iniciativa da convocação de uma reunião capaz de assegurar a paz do mundo.

3. Basta, porém, saber se, naquela ocasião, o desenvolvimento do conflito sino-japonês, a guerra na Espanha, o estado das relações entre Roma e Berlim, apresentar-se-ão como acontecimentos capazes de autorizar tão largas esperanças.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 27 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] O Mediterrâneo visto sob o ponto de vista estratégico britânico.

N. 50

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 27 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

A título informativo, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo ao presente ofício, dois artigos publicados, a 10 e 12 do corrente mês, do jornal *The Daily Telegraph and Morning Post* (I e II), sobre a importância do Mediterrâneo sob o ponto de vista estratégico britânico.⁷

2. O primeiro desses artigos, da lavra do general A. C. Temperley, correspondente militar do referido jornal, afirma a necessidade para a Grã-Bretanha de um novo centro ou foco estratégico no Próximo Oriente. Opina o general Temperley que a Palestina é indicada como celeiro de forças em reserva, sendo por outro lado necessário justificar e desenvolver a ilha de Chipre. Considerando que a posição estratégica da Itália, único adversário no Mediterrâneo a temer, é de extrema dificuldade, não deixa o general Temperley de reconhecer que a estreita passagem entre a Sicília e o cabo Bon, na África, dominada pela ilha fortificada italiana de Pantellaria, e a fortificação da ilha de Leros, no arquipélago de Dodecaneso, sobre as costas da Turquia, colocam a Itália em posição de poder ameaçar seriamente as comunicações britânicas naquele mar.

3. Na edição de 12 do corrente do *Daily Telegraph and Morning Post*, o seu correspondente naval, senhor Hector C. Bywater, publicou outro artigo interessante sobre o mesmo problema. A imprensa italiana, diz, se estende constantemente sobre o dilema (embaraço) estratégico da Grã-Bretanha, em consequência dos grandes armamentos da Itália e do triângulo Roma-Berlim-Tóquio. Assim, é de interesse examinar a fraqueza estratégica italiana, muito mais pronunciada, segundo observadores navais britânicos e de outros países, do que a da Grã-Bretanha.

4. Segundo declara o senhor Bywater, a Itália importa anualmente 26 milhões de toneladas de mercadorias, das quais 80% lhe chegam pela via marítima. A maior parte dessa importação só lhe pode chegar pela via dos mares, sendo que importa 3.000.000 de toneladas de cereais, algodão, café, açúcar, lã e carne frigorífica da América do Sul;

⁷ Não encontram-se anexados no volume.

12.000.000 de toneladas de carvão e ferro do norte da Europa, devendo todas essas mercadorias passar praticamente pelo estreito de Gibraltar.

5. Do mar Negro procedem milhões de toneladas de trigo e óleo que exigem a livre navegação dos estreitos dos Dardanelos. Por sua vez, pela via do canal de Suez, a Itália recebe 1.200.000 toneladas de cereais, gorduras, juta, algodão, lã e estanho.

6. Opina, assim, o correspondente naval do *Daily Telegraph* que o fechamento de algumas dessas vias marítimas, especialmente a do estreito de Gibraltar ou dos Dardanelos, implicaria rapidamente a falta de matérias-primas e de mantimentos para a Itália. Por outro lado, sem o uso irrestrito do canal de Suez ficaria isolada do seu novo Império na África Oriental.

7. Apontando a situação quase insular da Itália, e reproduzindo um trecho de um escrito do capitão de Courten, da marinha italiana, publicado no *Brassey's naval annual*, de 1930, em que o oficial italiano salienta a vulnerabilidade de península, o senhor Bywater conclui que a posição estratégica da Itália é pouco invejável e em muito inferior à da Grã-Bretanha, sob o ponto de vista de defesa.

8. Embora os dois artigos aludidos sejam tranquilizadores para a opinião pública inglesa, não resta dúvida, entretanto, que a expansão da Itália no Mediterrâneo, a sua atividade diplomática na Iugoslávia e na Romênia, a sua rádio propaganda na Palestina e nos países árabes estão causando alguma inquietação aos responsáveis pela defesa das comunicações imperiais britânicas.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 27 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] Opiniões sobre a supressão do artigo 16 do Pacto da S.D.N.

N. 53

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 27 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

Com referência ao meu ofício n. 46, de anteontem, tenho a honra de resumir, para o conhecimento de Vossa Excelência, a opinião dos principais órgãos da imprensa inglesa sobre o assunto.

2. O *Times* diz que tudo se fará para que se encurte, tanto quanto possível, as sessões do conselho da S.D.N.. O *Daily Telegraph* crê que as sessões do conselho se encerrarão antes do fim da semana. Os ministros dos Negócios Estrangeiros trocarão impressões sobre a situação no Extremo Oriente e observarão que uma mediação seria impraticável no momento. O *Daily Express* supõe que o gabinete inglês tomará, brevemente, decisões importantes sobre o futuro da S.D.N.. O governo seria partidário de uma separação do Pacto do Tratado de Paz, assim como da abolição das sanções.

3. O correspondente do *Manchester Guardian*, em Genebra, crê que o embaixador da França e o ministro da Grã-Bretanha, em Berna, farão sentir ao governo helvético, que o momento não é oportuno para se levantar no Conselho da S.D.N. a questão do Pacto, com a supressão do artigo 16. Teriam igualmente frisado que uma proposta tendente a suprimir o referido artigo, ao mesmo tempo que o pedido para recuperar a neutralidade da Suíça, sem condições, não seriam compatíveis.

4. *Lord Cecil*, discursando em Henley (Staffordshire), denunciou os esforços da Alemanha e da Itália para afastarem as nações pequenas da S.D.N. “Esta campanha – disse – não é dirigida contra uma cláusula do Pacto, em particular, mas contra o próprio princípio da organização internacional da paz”. Concluindo, *lord Cecil* aconselhou uma pressão internacional contra o Japão e exortou o povo inglês a organizar a boicotagem dos produtos nipônicos.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

TELEGRAMA • 28 JAN. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] 64º Relatório anual do Conselho de portadores de títulos estrangeiros.

Da Embaixada em Londres

Em 28 de janeiro de 1938.

18 – SEXTA-FEIRA – 18hs.15 – Toda a imprensa desta capital comenta o 64º relatório anual do Conselho de portadores de títulos estrangeiros, salientando especialmente a suspensão do serviço da dívida externa do Brasil e advogando o entendimento e a cooperação entre os credores nos diferentes países. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 28 JAN. 1938 • AHI 27/5/9

[*Índice:*] Filha de Luiz Carlos Prestes.

N. 54

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 28 de janeiro de 1938.

Senhor Ministro,

A título de informação, remeto a Vossa Excelência os três recortes anexos, extraídos do *Daily Express*, *News Chronicle* e *Daily Herald* (I, II e II), de 24 do corrente, comunicando haverem as autoridades alemãs soltado da prisão a filha de Luiz Carlos Prestes, de quinze meses de idade.

2. Como Vossa Excelência poderá verificar, o *Daily Express* e o *News Chronicle* estamparam o retrato da menina Anita Prestes.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão

Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexos:⁸ n. 1 “Baby captive freed from Nazi gaol”. *News Chronicle*, Londres, 24 de janeiro de 1938;

n. 2 “Jail-born baby freed by Nazis”. *Daily Express*, Londres, 24 de janeiro de 1938;

n. 3 “Nazis free baby, hold mother”. *Daily Herald*, Londres, 24 de janeiro de 1938.]

v

OFÍCIO • 01 FEV. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] Acordo entre a Inglaterra e a Alemanha sobre limitação de armamentos navais.
N. 72

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 1º de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência, na inclusa publicação oficial do Foreign Office (*Treaty Series* n. 2, 1938), o texto do acordo firmado entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, sobre limitação de armamentos navais e trocas de informações concernentes a construções navais.

2. O mencionado acordo foi firmado em Londres, em 17 de julho de 1937 e as ratificações foram trocadas em 4 de novembro do mesmo ano.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

⁸ Não transcritos.

TELEGRAMA • 02 FEV. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Dívida externa.

Da Embaixada em Londres

Em 2 de fevereiro de 1938.

20 – QUARTA-FEIRA – 19hs.00 – Eden declarou, hoje, em resposta à interpelação do deputado conservador, Melor, que o ministro da Fazenda do Brasil foi autorizado a entrar em negociações com o representante local do Conselho de portadores de títulos estrangeiros, sobre as dívidas. Lamentava dizer que, não obstante as representações do embaixador inglês no Rio e do representante local dos portadores de títulos, nenhuma oferta para a retomada dos pagamentos foi feita, e não foi ainda possível fixar a data do início das negociações. RÉGIS

v

TELEGRAMA • 09 FEV. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Conselho Internacional do Açúcar.

Da Embaixada em Londres

Em 9 de fevereiro de 1938.

21 – QUARTA-FEIRA – 17hs.00 – Em vista da queda do preço do açúcar, neste mercado, o presidente do Conselho Internacional do Açúcar solicita, novamente, a desistência do Brasil das partes das cotas não exportáveis em 1937 e 1938. Agradeceria a Vossa Excelência uma resposta urgente ao meu ofício aéreo n. 47, de 27 de janeiro, sobre este assunto. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 15 FEV. 1938 • AHI 27/5/9

[*Índice:*] Fascismo e a doutrina Monroe na América Latina.

N. 99

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 15 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, um recorte da revista *The Spectator*, de 4 do corrente mês, contendo um artigo sobre “Fascismo e a doutrina Monroe” por Wilbur Burton.

2. Como Vossa Excelência verificará, o senhor Burton afirma que a política tradicional do governo americano sempre foi de dar apoio a todos os governos dos outros países do continente, que fossem, ao mesmo tempo, nacionais e sem ligações fora do continente. Alega o senhor Burton que a mudança de regime político efetuada no Brasil em novembro de 1937, representa um afastamento tácito da doutrina de Monroe e da política do “bom vizinho”, com uma aproximação conseqüente à frente internacional fascista e ao eixo Roma-Tóquio-Berlim.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão

Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo:⁹ “Fascism and the Monroe Doctrine”. *The Spectator*, Londres, 4 de fevereiro de 1938.]

v

OFÍCIO • 15 FEV. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] A base naval de Singapura.

N. 101

⁹ Não transcrito.

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 15 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

A título de informação, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência um editorial do *Manchester Guardian*, de 9 do corrente, constante do recorte anexo, sobre a nova base naval britânica de Singapura.¹⁰

2. Em data de ontem teve lugar a sua inauguração oficial, terminando-se os importantes exercícios navais ultimamente realizados na vizinhança de Singapura.

3. A base de Singapura é protegida por baterias de artilharia as mais eficientes e a guarnição é reforçada por uma forte esquadrilha aérea. Acha-se quase terminado o dique que pode receber os maiores vapores do mundo, e qualquer navio de guerra, até 57.000 toneladas de deslocamento.

3. O projeto da base de Singapura começou a tomar uma forma definitiva em 1921, quando deixou de ser renovada a aliança anglo-japonesa. Ao terminar-se a guerra mundial a Grã-Bretanha verificou que o seu domínio das vias de comunicação com a Austrália e a Nova Zelândia diminuía e que os novos navios de guerra tinha um deslocamento demasiado grande para a base de Hong Kong.

4. De 1921 a 1930 os trabalhos de construção da base naval foram prosseguindo morosamente, tendo até sido suspensos em 1924, quando o partido operário se achava no leme do país e novamente em 1930. Quando em 1931 o Japão ocupou o Manchukuo, tornou-se de atualidade o problema, e em 1934 foram iniciadas novamente as obras, ora quase terminadas.

5. Considera-se neste país que antes da construção da base de Singapura existia um perigo potencial para a Austrália e a Nova Zelândia, e bem assim para a segurança da Índia e da península Malaia, porque, numa emergência, não se podiam enviar navios de guerra ao Pacífico sem grave perigo de que fossem os mesmos perdidos. Os navios de guerra não podem navegar indefinidamente em mar alto e necessitam de um dique para a limpeza dos cascos e de uma base naval para alimentar-se de combustível. Sem a base naval de Singapura, os navios de guerra ingleses só poderiam realizar operações no Pacífico acompanhados de numerosos vulneráveis navios-tanques e de transportes.

¹⁰ Não localizado no volume.

6. Os domínios do extremo sul reconhecendo a severidade da situação, a Nova Zelândia contribuiu [com] £1.000.000 para a construção da base e a colônia de Malásia deu £2.000.000. A Austrália considerou que a sua melhor participação na defesa do Império britânico seria de construir, como construiu, uma armada própria.

7. Admiravelmente colocado como ponto de defesa, dominando a via marítima que vai do Japão, da China e dos antípodas em direção à Europa, sendo ao mesmo tempo o centro de um comércio ativo, a utilidade da base de Singapura é limitada como ponto de partida para uma operação agressiva. Considera-se, assim, na Grã-Bretanha, que nenhum país pode se queixar de que Singapura fortificada constitua uma ameaça. Por outro lado, as colônias da Indochina francesa, as portuguesas de Macau e Timor, e as Índias neerlandesas, em cuja integridade a Grã-Bretanha está muito interessada – seguindo com apreensão cada vez maior os acontecimentos na China – devem reconhecer que a base de Singapura não ameaça os seus interesses legítimos, sendo, no atual momento internacional, apenas uma precaução necessária da defesa britânica.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 15 FEV. 1938 • AHI 27/5/9

[Índice:] Negociações gerais anglo-italianas e a Espanha.

N. 104

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 15 de fevereiro de 1938.

Senhor Ministro,

Alguns jornais observam que um acordo com a Itália, sobre a questão espanhola, poderia ser o ponto de partida para negociações gerais anglo-italianas. Esta opinião é apresentada especialmente pelo *Times*.

2. O *Daily Telegraph* comunica que o conde Grandi teve ontem, à noite, no Foreign Office, uma segunda entrevista com o subsecretário permanente dos Negócios Estrangeiros. Do lado britânico, foram feitas novas propostas.

3. O *Daily Mail* anuncia a possibilidade de uma próxima visita de *sir* Robert Vansittart a Roma ou de uma visita do conde Ciano a Londres. O mesmo jornal observa que os meios londrinos competentes desmentem os boatos segundo os quais a Itália teria abordado a questão de um empréstimo em Londres. O governo britânico estaria disposto, no quadro de um acordo geral sobre o Mediterrâneo, a reconhecer o Império italiano. No que diz respeito à questão da retirada dos voluntários, conta-se com novas dificuldades, por parte da Rússia soviética. De fato, o embaixador Maisky teria aqui avisado a *lord* Plymouth de que insistiria pela retirada de 75 por cento dos voluntários estrangeiros.

4. O *Daily Herald* crê que a URSS pedirá uma retirada de 85 por cento e a Grã-Bretanha e a França [*de*] 75 por cento. O conde Grandi teria proposto que se desse à Comissão de Londres liberdade de definir o que se entender por “progresso essencial na questão da retirada de voluntários”. A Inglaterra seria favorável a esta proposta, que a Rússia soviética considera inaceitável. A França ainda não fixou a sua atitude.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 21 FEV. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política na Inglaterra.

Da Embaixada em Londres

Em 21 de fevereiro de 1938.

24 – SEGUNDA-FEIRA – 17hs.30 – O secretário de Estado das Relações Exteriores Anthony Eden renunciou ontem à noite. Em carta dirigida ao primeiro-ministro, Eden declarou que essa decisão era motivada por divergência entre eles na esfera das relações internacionais no atual momento, sobretudo quanto aos métodos a serem empregados. Na sua resposta, o primeiro-ministro esclareceu referir-se às divergências, especialmente sobre a oportunidade do início de conversações com a Itália. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 23 FEV. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política na Inglaterra.

Da Embaixada em Londres
Em 23 de fevereiro de 1938.

26 – QUARTA-FEIRA – 14hs.00 – Depois de dois dias, acalmaram-se os debates na Câmara dos Comuns sobre a questão das conversações com a Itália e cujo início provocou a renúncia de Eden, e o primeiro-ministro, após brilhante exposição sobre a política externa, conseguiu grande maioria, sendo o voto de censura, apresentado pela oposição socialista, repellido por 330 votos contra 168. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 26 FEV. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política na Inglaterra.

Da Embaixada em Londres
Em 26 de fevereiro de 1938.

28 – SÁBADO – 13hs.30 – *Lord* Halifax foi nomeado ontem secretário de Estado das Relações Exteriores, pasta que já de fato dirigia desde a renúncia de Eden. RÉGIS

OFÍCIO • 07 MAR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] Propaganda do nazismo e fascismo no Brasil.

N. 147

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 7 de março de 1938.

Senhor Ministro,

Com referência ao meu ofício n. 107, de 16 de fevereiro próximo passado, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, um recorte do jornal *The Scotsman*, de Edimburgo, de 2 do corrente mês, noticiando uma preocupação crescente nos círculos diplomáticos norte-americanos com a intensificação da propaganda nazista e fascista na América do Sul e especialmente no Brasil.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão

Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo:¹¹ “German activity in South America”. *The Scotsman*, Edimburgo, 2 de março de 1938.]

TELEGRAMA • 12 MAR. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política na Áustria.

¹¹ Não transcrito.

Da Embaixada em Londres

Em 12 de março de 1938.

33 – SÁBADO – 14hs.00 – Desde ontem à tarde o conhecimento aqui dos acontecimentos da Áustria causou a pior impressão, revelando a imprensa desta madrugada [*sic*] e desta manhã a repulsa completa da opinião pública contra a brutal invasão alemã. Evidentemente, o início da conversação deste governo com o ministro dos Negócios Estrangeiros ficou logo prejudicado, tendo este partido esta madrugada. A nota de protesto apresentada pelo representante da Grã-Bretanha em Berlim bem reflete a realidade da grave situação, quando protesta nos termos mais veementes contra o uso de coerção, impelindo a força armada a ceifar a independência de um Estado soberano, assim terminando: "Tal ação certamente produzirá a mais grave reação, cujas consequências são impossíveis de prever". Sabe-se aqui que a nota francesa foi *mutatis mutandis*, redigida em termos semelhantes. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 14 MAR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] As conversações anglo-italianas.

N. 156

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 14 de março de 1938.

Senhor Ministro,

O *Gentlemen's Agreement* entre a Grã-Bretanha e a Itália, assinado em 2 de janeiro de 1937, fora o resultado das tentativas feitas pelos dois governos de conciliar os seus respectivos interesses. Como Vossa Excelência sabe o aludido pacto visava à manutenção do *status quo* territorial e o respeito mútuo dos interesses britânicos e italianos no Mediterrâneo.

2. A crise provocada pelo conflito espanhol, e o franco apoio dado pela Itália às forças nacionalistas espanholas, abalaram completamente o valor, já bastante problemático, do dito pacto. As relações entre os dois países tornaram-se cada vez piores e a propaganda antibritânica feita pela Itália no Próximo Oriente fora reiniciada

com vigor. O aumento das guarnições italianas na Líbia foi interpretado neste país como uma ameaça italiano ao Egito.

3. Quando o senhor Neville Chamberlain assumiu a chefia do governo, patenteou a sua intenção de persistir nos esforços para encontrar uma solução às diferenças anglo-italianas. A primeira prova desse seu pensamento, deu-a, em agosto último, com a sua carta a Mussolini, que pode ser considerada como o início de novas negociações, e talvez como o começo da recente crise ministerial, que teve como resultado a renúncia do senhor Anthony Eden.

4. Continuaram morosamente as conversações, embora a Itália reforçasse, em setembro último, os seus contingentes militares na Líbia, assinasse o pacto anti Komintern, em novembro, e deixasse a Liga das Nações em dezembro de 1937. Durante esse tempo, não é demais dizer, persistiu a intervenção italiana na Espanha.

5. O senhor Neville Chamberlain, entretanto, não ficou desanimado, e convidou o embaixador da Itália para uma entrevista pessoal pouco tempo antes da renúncia do seu secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, senhor Anthony Eden, declarando, em discurso pronunciado na Câmara dos Comuns, que estava pronto a iniciar negociações para normalizar as relações entre os dois países.

6. A Itália, por sua vez, aceitara a fórmula britânica sobre a questão da retirada dos voluntários da Espanha, e os jornais da península refletiram a impressão geral de que o governo italiano era favorável a retomar as negociações tendentes a melhorar as relações com a Grã-Bretanha.

7. A frente única, estratégica e militar, entre a Alemanha e a Itália, estabelecida pela absorção da Áustria, se, por um lado, deve fortalecer a posição italiana nas negociações em curso, por outro lado não pode deixar de causar oculta preocupação no espírito do *Duce*. Considerando talvez o *Anschluss* inevitável, é seguro, entretanto, que a anexação da Áustria não pode ter agradado ao chefe do governo italiano, cujas forças agora se defrontam com as tropas alemãs no passo do Brenner. Parece-me lícito sustentar a tese de que o preço da anuência de Mussolini à anexação da Áustria, se encontre no apoio da Alemanha às reivindicações italianas no Mediterrâneo.

8. Como Vossa Excelência sabe, o senhor Anthony Eden era de opinião não ser o momento oportuno para o início de conversações anglo-italianas, receando provavelmente que as mesmas redundassem apenas em múltiplas concessões por parte da Inglaterra, sem vantagens concretas e compensadoras de parte da Itália.

9. O futuro mostrará se a interpretação do primeiro-ministro é a que corresponde às realidades do momento internacional, ou se o ponto de vista adotado pelo senhor Eden, tido por alguns como “idealista” traduza, paradoxalmente, a verdade.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Mário de Pimentel Brandão
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 15 MAR. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política internacional.

Da Embaixada em Londres

Em 15 de março de 1938.

35 – TERÇA-FEIRA – 17hs.15 – Estive, ontem, na sessão da Câmara dos Deputados. O primeiro-ministro, depois de salientar a gravidade dos acontecimentos internacionais, recapitulando a atuação da Grã-Bretanha junto ao governo de Berlim quando o ex-chanceler austríaco anunciou o plebiscito, leu o texto completo da nota do governo alemão rejeitando como inadmissível o protesto apresentado pelo embaixador inglês em Berlim após o golpe de força alemão. Chamberlain declarou que não admitia a tese de nota aludida de que as relações austro-germânicas constituíam assunto interno, lembrando que a Áustria é membro da Liga das Nações. Condenando severamente os métodos adotados pela Alemanha, disse "dura verdade é que nada poderia ter impedido a ação teutônica, a não ser que nós e outros tivéssemos estado preparados para recorrer à força" e que era imprescindível dar maior extensão aos reforços para o armamento e o aparelhamento do país e esperava a cooperação de todos os elementos da nação, declaração erroneamente interpretada como uma alusão à possibilidade do serviço militar obrigatório. Convém salientar que este governo manteve, nos últimos dias, íntimo contato com elementos da oposição. Churchill, em discurso que muito

impressionou, na Câmara dos Comuns, insistiu na necessidade absoluta de uma declaração formal e clara sobre a política desse país, terminando por pedir ao governo manifestar em termos enérgicos a adesão ao Pacto da Liga das Nações procurando, por meio de uma ação internacional, restabelecer na Europa um regime de respeito à lei. Tenho a impressão de ser patente o desejo geral deste país de que se esclareça, definitivamente, a política externa inglesa, dando-lhe forte cunho nacional. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 15 MAR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] A Inglaterra e a ocupação da Áustria.

N. 163

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 15 de março de 1938.

Senhor Ministro,

Enquanto a imprensa anunciava a entrada triunfal do chanceler Hitler em Viena e a opinião pública deste país media ansiosamente a ruína da Áustria independente, a atenção dos meios diplomáticos concentrou-se nas declarações do senhor Neville Chamberlain na Câmara dos Comuns. Ninguém ignora, com efeito, que a atitude da Inglaterra nas trágicas circunstâncias atuais, pode ser decisiva na evolução do plano europeu, convindo ainda lembrar que, cada vez que o governo britânico tentou procurar uma fórmula prática de cooperação com o Reich alemão, Berlim respondeu à iniciativa inglesa com um golpe de força, fazendo do *fait accompli* a sua finalidade política.

2. Tal foi o caso quando a Alemanha repudiou oficialmente as cláusulas militares do Tratado de Versalhes, na própria hora em que a Inglaterra se esforçava para obter uma base de discussão para a limitação e a redução dos armamentos. O mesmo caso se repetiu durante as conversações anglo-alemãs, quando o Reich novamente repudiou o Tratado de Locarno e reocupou, em 7 de março de 1936, a zona renana desmilitarizada. Evidentemente a opinião inglesa, em face dos acontecimentos atuais, não deixa de compará-los e pesá-los em toda a sua premeditada gravidade.

3. A inesperada anexação da Áustria, sem reservas nem condições, foi verificada na hora do início das conversações anglo-italianas, com a presença do senhor Ribbentrop em Londres e no instante em que se supunha que o embaixador e atual ministro dos Estrangeiros da Alemanha tentava sondar e iniciar conversações com o governo britânico. É, pois, natural que a opinião pública inglesa se mostre hostil com a constatação da similitude dos métodos repreensíveis do Reich e pouco inclinada a enxergar possibilidade de qualquer entendimento futuro com Berlim.

4. Referindo-se à sessão da Câmara dos Comuns de 14 próximo passado, da qual tive a honra de dar a Vossa Excelência um resumo em meu telegrama n. 35, reitero aqui a impressão que tive – isto é, que não só pelas declarações governamentais, mas ainda pela moderação da oposição, tem-se a impressão – que todo o país está ciente da gravidade do momento político europeu. Naquela sessão fez o primeiro-ministro uma exposição geral da situação internacional, exposição que foi inspirada pela prudência que reclamava a situação do mundo, mas na qual não deixou de formular uma condenação formal ao *Anschluss* imposto pela violência alemã. Não deixou de desmentir com veemência o boato espalhado no estrangeiro, segundo o qual o governo britânico encorajou, direta ou indiretamente, a absorção da Áustria pelo Reich.

5. Se Londres justificou às vezes o interesse especial da Alemanha pela Áustria, isso em virtude das afinidades de raça e de cultura existentes entre os dois países, sempre deixou claramente expresso que desaprovava qualquer recurso ao método de violência para a resolução do problema. Não escondeu, pois, o senhor Neville Chamberlain, que os acontecimentos que acabam de se desenrolar não podem deixar de enfraquecer o sentimento de confiança na Europa e que o governo britânico não deixará de julgá-los com severidade. Se não se pode ainda calcular os efeitos que exercerão os atuais acontecimentos, não é menos verdadeiro, indicou o senhor Chamberlain, que o resultado imediato dos mesmos é de agravar o sentimento de incerteza e insegurança reinante no continente.

6. Não padece dúvida que, no discurso do primeiro-ministro, existem trechos que devem ser lidos e meditados. Em primeiro lugar, a amarga constatação que nada poderia impedir o gesto alemão, a menos que a Inglaterra e as demais potências estivessem prontas a recorrer ao emprego de força para prevenir e impedir a invasão alemã. Em seguida, esta outra constatação: que a Áustria e a Grã-Bretanha eram, ambas, membros da Sociedades das Nações e signatárias de tratados estipulando ser a liberdade da Áustria intangível, salvo com modificação do pacto. Assim, repetiu, [*que*] o gesto

alemão provoca da Inglaterra a mais severa reprovação, porque perturba a política que até aqui foi responsável pela paz, isto é, a política de segurança coletiva.

7. Em seguida o senhor Neville Chamberlain afirmou que a posição da Tchecoslováquia, em presença dos acontecimentos da Áustria, merece ser atentamente seguida e defendida. Relembrou que o marechal Goering deu em 11 de março, ao ministro da Tchecoslováquia em Berlim, a segurança geral que foi renovada depois em nome do chanceler Hitler e segundo a qual o governo do Reich se esforçará por melhorar as relações germano-tchecas. Ainda em 12 de março o marechal Goering informou ao representante em Praga que as tropas alemãs da Áustria levariam ordem de se manterem a mais de 15 quilômetros da fronteira tcheca, e que, naquele mesmo dia o barão Von Neurath daria a segurança que o Reich se considerava ligado à convenção de arbitragem germano-tcheco do mês de outubro de 1935.

8. Como está patente, tudo isso não comporta, na verdade, uma posição formal tomada pela Inglaterra, no caso de uma invasão alemã na Tchecoslováquia, mas transparece que a Inglaterra não conservará a sua atual atitude de “abstenção”, se um novo golpe de força for desfechado pelo Reich na Europa Central. Além disso, o gabinete britânico foi informado, desde ontem, da segurança dada ao governo de Praga pela França, disposta a cumprir efetiva, imediata e integralmente as obrigações por ela assumidas pelo Tratado franco-tcheco.

9. A passagem mais característica da exposição do senhor Neville Chamberlain é aquela em que precisa o ensinamento que para a Inglaterra sobressai do drama austríaco. Tal ensinamento é que a Grã-Bretanha deve acelerar e desenvolver ainda mais o seu rearmamento. E assim se exprime: “Eu tenho confiança que o país me aprovará, quaisquer que sejam as ideias preconcebidas, e que ninguém poderá se considerar excluído de toda a extensão e de todo o esforço em prol da defesa nacional, qualquer que seja o sacrifício exigido”. Pensou-se mesmo um momento que o senhor Neville Chamberlain fazia alusão à introdução do serviço militar obrigatório.

10. Mais uma vez, pois, não dispondo a Inglaterra de forças suficientes para garantir a sua política de paz e respeito aos tratados, deixa-se surpreender pelos acontecimentos. Acelerando o seu rearmamento demonstra este país a vontade de evitar, para o futuro, a política de força e agressão que domina o mundo moderno.

11. A situação melindrosa do momento político europeu reflete-se claramente nos círculos governamentais e financeiros da Inglaterra, onde se verifica uma fuga

importante de capitais internacionais que se transferem diariamente para os Estados Unidos, como salientam os jornais mais ligados à *City*.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 24 MAR. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Revolução na Espanha.

CONFIDENCIAL

Da Embaixada em Londres

Em 24 de março de 1938.

46 – QUINTA-FEIRA – 19hs.00 – De acordo com as ordens do telegrama de Vossa Excelência n. 23, em nome do Brasil, protestei energicamente junto ao representante do governo de Burgos, o qual exprimiu seu profundo pesar pelos ferimentos recebidos pelo embaixador Alcebíades Peçanha no recente bombardeio de Barcelona e que fará a devida comunicação ao seu governo. O representante, depois, procurou justificar o bombardeio pelas necessidades militares, afirmando a existência, no centro da cidade, de edifícios convertidos em arsenais e o funcionamento de diversas fábricas de munições e material de guerra. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 24 MAR. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política internacional.

Da Embaixada em Londres

Em 24 de março de 1938.

47 – QUINTA-FEIRA – 19hs.45 – No discurso de hoje, na Câmara dos Comuns, o primeiro-ministro Chamberlain declarou que a base fundamental da política britânica sendo de conservação da paz, isto não significa que, em caso algum, a Grã-Bretanha entraria em guerra. Este país fará a sua obrigação, decorrente dos tratados. Embora abalada a sua fé na Liga das Nações como instrumento efetivo de preservação da paz, ainda acreditava na possibilidade de fortalecimento da mesma. Não era necessário para a segurança coletiva conseguir a cooperação das 58 nações da Liga, bastando um número suficiente para formar frente poderosa contra qualquer agressor. Nada tinha a acrescentar às declarações anteriores sobre os acontecimentos da Áustria. Com relação à Tchecoslováquia e ao problema das relações entre o governo tchecoslovaco e a minoria alemã, disse ser inaceitável a sugestão da Grã-Bretanha dar garantias à França do emprego de forças militares britânicas no caso de agressão alemã àquele país e, bem assim, a de qualquer declaração, por parte deste país, de proceder à ação militar para resistir a intervenções violentas contra a integridade e independência da Tchecoslováquia. O governo de Sua Majestade não podia aceitar essas sugestões, pois, na eventualidade de um conflito, ver-se-ia, automaticamente envolvido, sem que, talvez, tivesse possibilidade de exercer controle sobre as circunstâncias que tivessem feito operar tal garantia (?). RÉGIS DE OLIVEIRA

Nota: Sujeito a retificação.

v

TELEGRAMA • 25 MAR. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política internacional.

Da Embaixada em Londres

Em 25 de março de 1938.

48 – SEXTA-FEIRA – 19hs.15 – Aditamento ao meu telegrama n. 47. O discurso do chanceler Chamberlain causou impressão profunda em todos os círculos. A opinião geral é que ultrapassou o que se esperava quanto ao apoio à Tchecoslováquia. Foram

notadas, particularmente, as palavras apontando que, no caso de guerra, seria impossível dizer qual os países abrangidos. Outros países, além dos diretamente interessados, seriam provavelmente logo envolvidos, sendo isso muito especialmente verdadeiro no caso da Inglaterra e da França, cujos interesses estão intimamente ligados. O *Manchester Guardian*, jornal da oposição, no seu editorial de hoje, diz que o discurso, embora cauteloso e deixando livre a decisão do governo que estiver à frente dos destinos do país por ocasião de um conflito futuro, não mais permitia aos estadistas continentais julgar tão erradamente a atitude deste país, como fizeram em 1914 o chanceler alemão e o ex-imperador Guilherme. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 26 MAR. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Revolução na Espanha. Reconhecimento governo general Franco.

Da Embaixada em Londres

Em 26 de março de 1938.

49 – SÁBADO – 14hs.00 – A título meramente informativo comunico que o *Boletim Nacionalista Espanhol* publicado aqui, de 25 de março, diz: "Conforme notícia da *Gazeta do Norte* os círculos diplomáticos de Buenos Aires são de opinião que o governo argentino está prestes a conceder o reconhecimento de fato do governo nacionalista". RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 30 MAR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] Imprensa alemã acusa o governo brasileiro de perseguição das organizações nazistas no Brasil.

N. 211

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 30 de março de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, recortes do *News Chronicle*, de 22 do corrente (I), do *Daily Herald* e *Evening Standard*, de 23 do corrente (II e III) e do *Evening Standard*, de 24 do corrente (IV), noticiando a repulsa da imprensa brasileira às alegações publicadas no *Diplomatische Korrespondenz* de Berlim, acusando o governo brasileiro de perseguir as organizações nazistas no Brasil.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexos:*¹² n. 1. Recorte, sem título. *Evening Standard*, Londres, 23 de março de 1938;
n. 2. “Storm over Nazis”. *Daily Herald*, Londres, 23 de março de 1938;
n. 3 “Nazis and Brazil: Roosevelt urged to warn Hitler”. *Evening Standard*,
Londres, 24 de março de 1938.]

v

TELEGRAMA • 31 MAR. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Dívida externa brasileira.

Da Embaixada em Londres
Em 31 de março de 1938.

51 – QUINTA-FEIRA – 18hs.15 – Em resposta à pergunta do deputado Mellor, relativa à ação deste governo a respeito do serviço da dívida externa brasileira, o subsecretário de Estado, parlamentando, disse que a embaixada inglesa no Rio de Janeiro continua em contato íntimo com as autoridades brasileiras e [com] o representante do Conselho de

¹² Não transcritos.

portadores de títulos, não havendo o governo brasileiro manifestado, ainda, suas intenções. Uma pergunta suplementar, confusa e mal formulada pelo deputado trabalhista Gibson, sobre o mesmo assunto, foi respondida nos termos evasivos usuais.

RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 31 MAR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] A expansão germânica e a opinião inglesa.

N. 217

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 31 de março de 1938.

Senhor Ministro,

Quando se realizou, violentamente, o *Anschluss* houve quem acreditasse que do mesmo resultaria o abalo do eixo Roma-Berlim. Como Vossa Excelência sabe, muito pelo contrário, os telegramas trocados entre Mussolini e o *Fuhrer*, além do discurso pronunciado pelo *Duce* na Câmara italiana, revelam a solidez dos laços existentes entre os dois países. Evidentemente, dos dois responsáveis pela conservação do eixo Roma-Berlim, por mais que o proclamem com idêntico vigor, Mussolini não poderá manter o antigo entusiasmo. Como poder-se-ia esperar, entretanto, que a política italiana fosse procurar logo uma base diferente?

2. A verdade é que a Alemanha manobrou com suma habilidade, colocando a Itália em posição difícil. Fez com que a Itália usasse do melhor das suas forças na Abissínia, na Espanha e mesmo na Líbia, afastando-a das amizades tradicionais – a Inglaterra e a França – das quais, evidentemente, têm a sua parte de culpa, em virtude da política sancionista [*sic*]. Quando Hitler verificou que a Itália estava enfraquecida, desinteressada dos assuntos da Europa Central, deu o golpe na Áustria. Como advertência clara ao aliado, o *Fuhrer* enviou imediatamente tropas alemãs ao passo de Brenner, a fim de “saudar os seus camaradas italianos”.

3. Qual pode ser, doravante, o papel da Itália nos assuntos da Europa Central? Parece difícil que possa ser outro do que seguir, com aparente boa vontade, o ritmo guerreiro alemão, que facilmente chegará aos ouvidos do outro lado do famoso passo de Brenner. Terá que ouvir, indiferente, as aclamações atordoadoras dos “*Heil Hitler*”,

ecoantes dos Alpes bávaros às montanhas da antiga Áustria. Parece que, desde o dia 10 de março, a política externa da Itália é vassala de Berlim.

4. Hitler continuará a manter diante dos olhos de Mussolini a miragem do Mediterrâneo, miragem que, aparentemente, cegou a visão clara da diplomacia italiana e a fez esquecer a tradição de Cavour.

5. O domínio político e militar do Mediterrâneo não pode ser o monopólio de uma potência. O Mediterrâneo é o caminho essencial de tantas nações diferentes, que forçosamente desafiarão o país que dele queira fazer um *mare nostrum*.

6. Por outro lado, a Alemanha projeta fortemente a sua influência, não somente nos países danubianos, como ainda nos balcânicos e do Mediterrâneo. O comércio ítalo-húngaro sofrerá brevemente as consequências do *Anschluss*. As exportações italianas para os países balcânicos e do Mediterrâneo já estão em franco declínio, deslocadas cada vez mais pelas atividades comerciais alemãs, os métodos germânicos ultramodernos e a organização superior, tão característica das coisas teutônicas, e, em última instância, pelo “sistema de *clearing*” adotado pela Alemanha.

7. Na Grécia, por exemplo, a Alemanha figura hoje em primeiro lugar entre os países exportadores. A visita feita àquele país pelo dr. Schacht, então ministro da Fazenda do Reich, e a atitude germanófila do ditador grego, general Metaxas, muito contribuíram para esse estado de coisas. O mesmo vai se dando na Iugoslávia, Bulgária, Romênia e Turquia. A Hungria ficará evidentemente em posição de completa dependência da Alemanha, que constitui, aliás, ótimo mercado para os seus produtos agrícolas. Assim, as perspectivas econômicas da Itália são pouco animadoras.

8. A amizade entre os dois países é garantida pelas divisões em guarnição nas alturas do Brenner. As asseverações de que “as fronteiras não se discutem; defendem-se” podem ser de efeito oratório [*sic*], mas a verdade é que fronteiras se defendem somente com forças e a Alemanha, hoje, é duas vezes mais forte do que a Itália.

9. Embora este governo tenha declarado oficialmente que as conversações anglo-italianas não têm o objetivo de desviar a Itália do eixo Roma-Berlim, está claro que não podem ter senão este objetivo. Se as conversações ora em curso tiverem resultado satisfatório, qual será a situação? Já se vê que a anexação da Áustria é um fato consumado e irremediável. A evolução da política italiana não é, entretanto, impossível. Com o fortalecimento das potências ocidentais, e a compreensão por parte da Iugoslávia de que os seus interesses só podem estar ligados aos da França e da Inglaterra, a

constituição de um bloco de países capaz de barrar o caminho à expansão germânica é tese admissível.

10. Vossa Excelência bem sabe que a Iugoslávia enveredou durante certo período para o caminho de uma aproximação perigosa com a Alemanha, sendo, além disso, em boa parte responsável pelo fatal destino da Áustria, pois foi sempre o país que maior oposição levantou contra a restauração dos Habsburgos. Hoje, com o Império alemão nas suas fronteiras deve arrepende-se e penitenciar-se dos seus erros.

11. Somente a formação no sul da Europa de um grupo de nações determinadas a se oporem ao ímpeto germânico poderá impedir que os países do Balcãs gravitem na esfera da influência alemã, perdendo, assim, a independência efetiva que apenas conquistaram com o desmoronamento do antigo Império austro-húngaro.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 31 MAR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] O discurso do senhor Neville Chamberlain.

N. 218

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 31 de março de 1938.

Senhor Ministro,

O discurso do senhor Neville Chamberlain, na Câmara dos Comuns, tão ansiosamente esperado, corresponde plenamente às previsões dos círculos políticos ingleses e continentais, pois precisou claramente, sem deixar lugar a equívocos, a posição da Inglaterra; posição que continuando a ser a mesma, não sofrendo

modificações essenciais, tem sempre o seu ponto de apoio fundamental na cooperação estreita com a França e a Bélgica.

2. O debate sobre a política externa parece ter consolidado definitivamente a posição do gabinete atual. A campanha da oposição trabalhista não conseguiu enfraquecer a autoridade do primeiro-ministro e as declarações feitas pelo senhor Winston Churchill parecem demonstrar que está afastado o perigo de uma cisão no próprio seio da maioria, o que significaria a perda dos elementos novos do Partido Conservador.

3. Declarou-se o senhor Chamberlain contrário à proposta do governo soviético de convocar uma conferência internacional, tendo por objetivo a negociação de um acordo de segurança mútua e coletiva contra qualquer agressão, opinando que tal conferência poderia resultar na formação de agrupamentos rivais de potências.

4. Afirmando a sua confiança na manutenção da política de não intervenção na Espanha como único meio de impedir um conflito generalizado, confirmou, no tocante às conversações anglo-italianas, o resultado inicial animador dos primeiros entendimentos e anunciou haver patenteado o governo de Roma o desejo de contribuir para a execução do plano britânico sobre a retirada dos voluntários da Espanha. Já se vê que, praticamente, esse plano é quase irrealizável no momento atual, quando as forças do general Franco estão assediando de perto as tropas do governo de Barcelona.

5. O verdadeiro interesse do discurso está concentrado na parte relativa à posição que este país tenciona adotar diante dos acontecimentos da Europa Central, principalmente com relação à situação da Tchecoslováquia. As declarações do senhor Chamberlain sobre a atitude da Inglaterra, na eventualidade de uma agressão à República tchecoslovaca e no caso de um conflito geral no continente europeu, são mais nítidas e mais formais do que as que até agora foram feitas em nome do governo britânico, sobretudo no que diz respeito ao auxílio que a Inglaterra daria à França e à Bélgica se esses dois países viessem a sofrer uma agressão não provocada.

6. O primeiro-ministro, asseverando que a política inglesa não tinha outro objetivo senão o de manter a paz, afirmou que isso não significava que a Inglaterra, em caso algum, bater-se-ia. Este país, ao contrário, estava resolvido a cumprir rigorosamente as suas obrigações contratuais decorrentes dos tratados e defenderia os territórios e as vias de comunicação do Império britânico. As obrigações contratuais não são apenas as que derivam dos tratados bilaterais ou multilaterais, como ainda aquelas originárias do Pacto da Sociedade das Nações.

7. O senhor Chamberlain mostrou bem claramente que o caso de uma agressão à Tchecoslováquia poderia ser incluído entre tais obrigações. Isto, entretanto, não deve ser interpretado como significando que a Inglaterra assuma, desde já, compromisso formal para o caso de agressão à Tchecoslováquia, embora se encontre a França, em virtude do tratado franco-tchecoslovaco, na obrigação de intervir. O governo britânico deseja estar sem compromissos formais em tal eventualidade e poder rejeitar qualquer solução capaz de prejudicar a sua liberdade de ação.

8. Sendo essa, em princípio, a atitude da Grã-Bretanha, o primeiro-ministro fez ver, claramente, que no caso de um conflito armado, seria impossível determinar a sua extensão, declarando ainda que, muito provavelmente, ficariam envolvidos na guerra outros países, além dos diretamente interessados. Essa advertência só pode ser interpretada em Berlim num sentido: a Inglaterra não pode manter-se indiferente diante do destino dos países da Europa Central. Doravante os estadistas continentais não poderão tão facilmente enganar-se quanto à apreciação da atitude da Inglaterra diante de uma guerra europeia. Muito possivelmente, se em 1914 tivesse havido a mesma clareza sobre a política inglesa, ter-se-ia evitado o terrível conflito que dizimou a população do velho continente e abalou tão profundamente os alicerces da civilização ocidental.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 04 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Reconhecimento [da] incorporação da Áustria ao Reich.

Da Embaixada em Londres

Em 4 de abril de 1938.

53 – SEGUNDA-FEIRA – 17hs.45 – O Foreign Office comunicou-me o texto das duas notas diplomáticas enviadas por este governo ao ministro das Relações Exteriores da Alemanha. Refere-se, a primeira, à retirada da legação em Viena, substituída por um consulado-geral. A segunda diz: "... O governo de Sua Majestade reserva, naturalmente, sua posição quanto aos tratados sobre outro assunto que possa surgir em consequência do desaparecimento da Áustria como Estado independente e soberano." Isto constitui o reconhecimento da incorporação da Áustria ao Reich. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 05 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Febre aftosa na Inglaterra.

Da Embaixada em Londres
Em 5 de abril de 1938.

54 – TERÇA-FEIRA – 17hs.15 – Grassa febre aftosa na Inglaterra, tendo o Ministério da Agricultura proibido o transporte de qualquer gado sem prévia licença das autoridades. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 05 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Revolução na Espanha.

Da Embaixada em Londres
Em 5 de abril de 1938.

55 – TERÇA-FEIRA – 19hs.30 – Fui procurado oficiosamente pelo duque d'Alba, representante da Espanha nacionalista, que me consultou a respeito do desejo do seu governo de conseguir uma ação conjunta do governo britânico a dos representantes diplomáticos dos países que tenham asilados em suas embaixadas, legações e

consulados em Madri e em Barcelona, a fim de obter das autoridades de Barcelona a evacuação total dos asilados, que seriam levados a um porto no Mediterrâneo e daí, por via marítima, a Gibraltar. Os civis e militares em idade militar seriam transportados para território neutro e impedidos, senão por troca, de sair antes do fim da guerra. O governo do general Franco custearia as despesas decorrentes. Tratando-se de um dever humanitário, conversei hoje, particularmente, com o embaixador argentino e o encarregado de Negócios do Chile. O duque d'Alba conversará amanhã no Foreign Office. Se este governo aceitar a proposta, procurarei o embaixador espanhol, de cujo governo dependem primordialmente as garantias e as facilidades para a evacuação. Estamos tratando do assunto reservadamente. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 05 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Material bélico para a Bolívia.

RESERVADO

Da Embaixada em Londres

Em 5 de abril de 1938.

56 – TERÇA-FEIRA – 19hs.45 – Chegou ao meu conhecimento que a Bolívia está tratando de encomendar aqui material bélico em grande escala. Estabeleci a veracidade da informação, orçando a projetada encomenda em centenas de milhares de libras para o completo aparelhamento do Exército boliviano. As dificuldades financeiras da Bolívia impedem a aceitação da encomenda. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 06 ABR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] Debate sobre política exterior na Câmara dos Comuns. Atitude do Partido Trabalhista.

N. 228

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 6 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

O debate sobre a política exterior do gabinete Chamberlain que se realizou na Câmara dos Comuns em 4 do corrente mês, proporcionou ao primeiro-ministro um novo triunfo pessoal, pois o voto de censura apresentado pelo Partido Trabalhista foi repellido por 359 votos contra 152.

2. Embora não tenha resultado em modificação importante da política exterior britânica, nem alterado a situação do gabinete, o debate permitiu ao primeiro-ministro rebater algumas críticas da oposição.

3. O Partido Trabalhista é de opinião que a política externa do governo nada tem feito ou está fazendo para impedir a catástrofe, que seria uma nova guerra mundial e que essa política é incompatível com as promessas feitas ao país nas últimas eleições, considerando, assim, que a situação deveria ser submetida imediatamente ao julgamento do eleitorado. Tal foi, em resumo, o teor da moção apresentada pela oposição trabalhista, moção que, aliás, não tinha probabilidade alguma de ser vencedora, em virtude da composição atual do Parlamento, cuja maioria conservadora continua intacta.

4. O deputado Greenwood, ao apresentar a moção, declarou que a intenção dos trabalhistas era de demonstrar aos países democráticos que, na Inglaterra, existia sempre um elemento poderoso que se recusava a subscrever o que o orador apelidou a “traição” do gabinete, por não cumprir os compromissos solenes assumidos com a política exterior da Grã-Bretanha. Afirmou que o atual governo estava sacrificando constantemente a política da Sociedade das Nações e a da segurança coletiva e que, ainda, o Partido Trabalhista deseja aproveitar a ocasião para manifestar o seu desacordo completo com a atitude do primeiro-ministro, em face do conflito na Espanha, e de exprimir, ao mesmo tempo, a sua profunda simpatia para com o povo espanhol. Evidentemente, para o senhor Greenwood, o povo espanhol é apenas aquele que se acha sob o domínio do governo de Barcelona, pois, mais adiante, acusou o governo do senhor Chamberlain, por não ter tomado medidas capazes de impedir uma agressão estrangeira contra a integridade territorial e a independência política do governo legal da Espanha.

5. O deputado liberal, *sir* Archibald Sinclair, achando inoportuno o momento para novas eleições, sustentou, entretanto, que a situação se tem agravado desde o abandono da política de sanções e que os fundamentos da paz, da ordem e da justiça no mundo, estavam mais fracos agora do que quando o senhor Anthony Eden abandonou o Foreign

Office. Opinou *sir* Archibald que era imprescindível a convocação da Sociedade das Nações, a fim de estabelecer a paz sobre as bases do *Covenant*, declarando que deveria voltar ao governo o senhor Anthony Eden, o qual representava para o povo inglês as forças morais da democracia e do instituto genérico [*sic*].

6. O primeiro-ministro não se subtraiu ao exame de nenhuma das questões levantadas pela oposição. Afirmando sua convicção de que a atitude do governo recebera o assentimento geral do país e que a mesma fora aprovada pelo mundo inteiro, com a possível exceção da União Soviética, declarou que a Sociedade das Nações e a conservação da paz continuavam a ser a base da política do Partido Conservador. Quanto à segurança coletiva, o senhor Chamberlain disse que a Sociedade das Nações não se achava na possibilidade de cumprir a condição essencial, ou seja, a de que todos os países estivessem prontos a agir imediatamente e conjuntamente. Negar a realidade dos fatos, disse o primeiro-ministro, seria incorrer em “hipocrisia voluntária”.

7. O primeiro-ministro passou em seguida a examinar vários dos pontos suscitados no manifesto do Partido Trabalhista: a convocação da Assembleia da Sociedade das Nações; um entendimento entre os países partidários da paz para fazer face ao agressor, especialmente da Grã-Bretanha, da França e União Soviética; negociações com todas as potências a fim de alcançar o apaziguamento político na Europa; e a intervenção na Espanha, autorizando o fornecimento de armas ao governo republicano. Asseverou o senhor Chamberlain que um programa semelhante não constituía uma contribuição eficaz à paz. Apontou que o entendimento, ou uma aliança entre certas potências, não reforçaria a segurança coletiva, porque uma aliança ofensiva e defensiva entre a Inglaterra, a França e União Soviética resultaria na divisão da Europa em dois campos rivais, pois a um bloco assim constituído opor-se-ia logo outro grupo hostil. Finalmente repeliu categoricamente a exigência formulada pelo Partido Trabalhista de novas eleições.

8. Em resumo, o senhor Neville Chamberlain considera evidentemente a situação do seu governo como bastante forte para não temer a pressão do Partido Trabalhista. Parece resolvido a continuar o seu esforço, que visa o entendimento com os países de governo autoritário, e não deseja, assim, aliança com a Rússia, por considerar que a aliança com os soviets constituiria um obstáculo a esse entendimento. Quanto à Espanha, a política de não intervenção continua a ser a política do governo britânico. Por outro lado, o acordo com a Itália, prestes a ser assinado, permitirá, sem dúvida, ao primeiro-ministro, de justificar plenamente a sua política diante da nação inglesa.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo I*]:

Memorandum on the work of the News Department

Embaixada do Brasil
Londres, 7 de abril de 1938.

O embaixador do Brasil em Londres cumprimenta atenciosamente o chefe do gabinete do ministro de Estado das Relações Exteriores e, com referência ao bilhete verbal de 31 de janeiro próximo passado, tem a honra de remeter a Sua Senhoria, em anexo, cópia de uma informação do Foreign Office, relativa à organização do seu serviço de imprensa. O senhor R. W. A. Leeper, C. M. G., C. B. E., conselheiro da embaixada, é atualmente diretor desse serviço.

[*Anexo II*]:

Memorandum on the work of the news Department

Embaixada do Brasil

The work of the News Department of the Foreign Office with the press consists of the following activities.

(a) The issue of material to, and conversations with, the representatives of the British and foreign press in London.

One section of the News Department, consisting at the present time of four officials, in addition to the Head of the Department of the rank of Counsellor, who has also other duties, interview any accredited representatives of the British and foreign press, who may wish to present themselves.

Representatives of the British and foreign telegraph agencies are received together every morning except Sunday at 12:30; in the afternoon from 3:30 to 6 p.m., representatives of the newspapers are received either independently or in groups, as they prefer, for more extended conversations. It is the rule of the Department, and an absolute condition on which all their contacts with the press are conducted, that the Foreign Office is not to be mentioned or quoted in anything they write as a result of their conversations and that the news and views they are given at the Foreign Office are not to be described as official or from official sources without specific permission in each case.

It is not the normal practice of the Foreign Office to issue official communiqués except in respect of the appointments of Ambassadors, Ministers etc. and in a few other rare cases.

(b) British Official Wireless.

Another section of the News Department prepares a bulletin of the significant British news of the day, which is transmitted three times daily in morse code by wireless from the Rugby wireless transmitting station on long and short waves. It is known as the British Official Wireless. The Rugby station has a world-wide range and the British Official Wireless service is designed to supplement the supply of British news available to newspapers abroad and is addressed to all stations. The news it contains is non-copyright and may be taken down and published without payment or acknowledgment of its source.

(c) The News Department also prepares a few weekly articles on subjects of general national interest, which are available for newspapers abroad.

Confere:

[*ilegível*] Ribeiro dos Santos

Datilógrafo-Arquivista

Conforme:

Caio de Mello Franco

Conselheiro

TELEGRAMA • 07 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Revolução na Espanha.

Da Embaixada em Londres

Em 7 de abril de 1938.

57 – QUINTA-FEIRA – 18hs.50 – Em comunicação dirigida a Barcelona e a Burgos, o governo britânico manifestou esperança de que as vidas dos reféns prisioneiros, de ambos os lados, sejam respeitadas durante os acontecimentos e as atuais operações militares. Esse pedido foi motivado pelo receio, aqui, de chacina em Barcelona, provocando represália do general Franco. RÉGIS DE OLIVEIRA

OFÍCIO • 08 ABR. 1938 • AHI 27/5/10

[*Índice:*] Discurso de *lord* Halifax.

No. 229

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 8 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

Lord Halifax, ministro dos Negócios Estrangeiros, em discurso pronunciado ontem em Bristol, procurou denunciar a oposição trabalhista que torna difícil a vida governamental criticando com excessiva liberdade os atos internos dos governos estrangeiros. O ministro reprovou tal gênero de ataque, admissível na política interna, mas cujas graves repercussões nos países estrangeiros torna difícil os acordos internacionais necessários à política externa britânica.

2. Em outros termos, *lord* Halifax indica que as seguidas interpelações e os recentes debates em assunto de política internacional, muito prejudicaram as conversações políticas entre Londres e Roma e que a mesma consideração se aplica ao caso alemão. Afirma que os trabalhistas muito se enganam quando pretendem levar ao

juízo da Sociedade das Nações os problemas internacionais que o organismo de Genebra, com suas forças atuais, não poderá resolver. Segundo pensa o secretário de Estado, qualquer apelo à Genebra, em nome da segurança coletiva, teria como efeito certo dividir de novo a Europa em dois grupos rivais.

3. Referindo-se especialmente ao próximo acordo anglo-italiano, *lord* Halifax diz: “Nós, repetidamente, temos exposto com clareza a nossa atitude, a saber: que a conclusão de um acordo, qualquer que seja, deve necessariamente estar subordinado, na parte que nos concerne, à liquidação do assunto espanhol.”

3. Enfim, *lord* Halifax termina rendendo homenagem ao seu predecessor no Foreign Office, senhor Eden, e exprimindo a esperança de vê-lo em breve volver à atividade política e governamental.

4. A passagem final do discurso de *lord* Halifax foi interpretada como significando a confirmação dos boatos atualmente em curso e segundo os quais o governo nacional inglês poderia ser reformado e alargado, entrando para membros do gabinete, além de outras personalidades, ainda o senhor Eden e Winston Churchill.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 11 ABR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] O plebiscito alemão e a opinião inglesa.

N. 235

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 11 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

Se a quase unanimidade do plebiscito alemão era destinada, no espírito dos seus organizadores, a convencer a opinião pública estrangeira do sentimento profundo do povo austríaco; pode-se dizer que, na realidade, tal plebiscito logrou o efeito oposto junto da opinião inglesa, de acordo com o que reflete hoje a imprensa de Londres.

2. O *Times*, que se aplicou a demonstrar o que havia de natural na união da Áustria à Alemanha, chega hoje à conclusão que o plebiscito só teria valor se tivesse sido feito, quando e como queria o chanceler Schuschnigg. Tendo sido feito à sombra das baionetas alemãs, constitui assim, segundo opina o grande órgão conservador, a digna coroação dos “métodos deploráveis” empregados pelos dirigentes nazistas, desde o golpe de força do mês passado.

3. Como instrumento revelador do verdadeiro sentimento dos austríacos – escreve o *Daily Telegraph* – o plebiscito tem a só significação de um barômetro, cuja agulha foi deslocada à mão e não pela ampliação do mercúrio. Uma unanimidade “tão excessivamente astronômica” – continua –, longe de representar uma força em si, representa apenas, de fato, o uso sem moderação da força e a completa ausência de liberdade.

4. Não será ainda sem interesse constatar que o único órgão favorável à Alemanha de Hitler, o *Daily Mail*, é em toda a imprensa o só jornal a não publicar comentários sobre o plebiscito.

5. Assim, será fácil imaginar as reflexões dos órgãos da esquerda. Fecham o círculo da “unanimidade” desaprovadora da opinião britânica, de todos os matizes, em face da monstruosa “unanimidade” de opinião expressa na Grande Alemanha. E o que revolta ainda mais, é menos “um resultado exatamente previsto com antecedência”, segundo a expressão do liberal *News Chronicle*, que a ressurreição do “velho bom Deus alemão”, revivido nas arengas de Hitler e chegado diretamente dos discursos do *Kaiser*.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

TELEGRAMA • 12 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Soberania da Itália sobre a Abissínia.

Da Embaixada em Londres

Em 12 de abril de 1938.

58 – TERÇA-FEIRA – 14hs.20 – O governo britânico dirigiu nota ao secretário-geral da Liga das Nações dizendo que, em vista da situação anormal decorrente do fato de haver vários membros, cinco dos quais representados no Conselho da Liga das Nações, reconhecido o exercício da soberania italiana sobre a Abissínia, o governo de Sua Majestade considera que a situação deve ser esclarecida, solicitando a inclusão do assunto em ordem do dia, na próxima sessão do Conselho da Liga das Nações. O resultado prático será deixar o reconhecimento ao arbítrio dos vários países, desligando-os dos compromissos do não reconhecimento. RÉGIS

v

TELEGRAMA • 12 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Dívida externa brasileira.

Da Embaixada em Londres

Em 12 de abril de 1938.

59 – TERÇA-FEIRA – 17hs.30 – Os ma[t]utinos de hoje comentam longamente o não pagamento do *coupon* do *funding-loan* de 1931, vencido em 1º de abril. O artigo do *Times*, de redação confusa, parece indicar que os fundos remetidos para amortização, antes da suspensão de pagamentos, foram empregados em comprar títulos por valor muito além do nominal, devido à cotação dos títulos brasileiros desde novembro último. Rothschild esclarecerá, retificando os comentários. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 13 ABR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] Acordo anglo-italiano.

N. 240

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 13 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

Anuncia-se em Londres que as conversações políticas entre *lord* Perth e o conde Ciano, estão virtualmente terminadas. Como resultado prático de tais conversações, firmar-se-á um acordo político que se traduzirá em troca de declarações completadas por protocolos anexos, prevendo-se que as assinaturas ainda terão lugar no correr da presente semana. Ter-se-á, assim, realizado um entendimento geral sobre todas as questões envolvendo diretamente as relações anglo-italianas que estiveram profundamente comprometidas desde a crise etiópica.

2. As soluções consideradas por *lord* Perth e o conde Ciano tocam, não somente as relações das duas potências no Mediterrâneo, mas ainda a situação de fato nas regiões do Próximo Oriente, principalmente no mar Vermelho, atingindo o problema da Etiópia propriamente dito e envolvendo a situação criada na Espanha depois da guerra civil, na parte em que essa situação afeta o *status quo* no Mediterrâneo ocidental. Tratar-se-ia, em primeiro lugar, de confirmar o *Gentlemen's agreement* que foi assinado em princípio do ano e que estipula a inteira liberdade da navegação no mar latino, além do reconhecimento dos interesses essenciais das duas potências. A fim de dissipar as desconfianças existentes em ambos os lados, teria ficado combinado que a Grã-Bretanha e a Itália trocariam periodicamente informações completas referentes às medidas de defesa das suas posições naquele mar, o que traria o resultado de prevenir, no futuro, qualquer surpresa desagradável para uma ou outra parte. No que concerne diretamente ao Próximo Oriente, os tratados existentes seriam confirmados, especialmente a Convenção de 1888 relativa ao canal de Suez, que garante a navegação livre para todas as marinhas, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra. Está claro que para a Itália é de suma importância obter a confirmação da antiga garantia, isso em vista da sua nova posição na África Oriental.

3. Por sua vez, reconhecendo a Itália o protetorado britânico no Aden, protetorado instituído no ano passado, referir-se-á ao Tratado de 1927 que fixou a esfera de influências no mar Vermelho, o que implica, naturalmente, o *status quo* para os Estados

árabes da margem oriental daquele mar. Quanto à Palestina, assumirá a Itália o compromisso formal de não criar dificuldades à administração do país em virtude do mandato que possui a Grã-Bretanha, ficando claro que o problema da reorganização do território palestino em Estado judaico e Estado árabe, sob a tutela britânica, ficará exclusivamente entregue à competência da Inglaterra e entendido que os direitos religiosos da Itália na Terra Santa ficarão garantidos, tais como os de todas as outras potências. E o que é essencial, sob o ponto de vista político, é que cesse definitivamente a propaganda antibritânica organizada pelos postos radiofônicos italianos, pois que tal propaganda contribuiu perigosamente para envenenar as relações entre os dois países.

4. Na realidade, considerou-se sempre que as questões relativas ao novo estado de coisas na Abissínia poderia ser facilmente resolvido, tendo-se em conta o nenhum interesse da Itália em modificar o regime das águas do lago Tsana, que é de capital importância para a irrigação das terras do Sudão anglo-egípcio e, quanto à delimitação das fronteiras entre a Etiópia, possessão italiana, e os territórios britânicos vizinhos, ela se fará, evidentemente, sob a base do traçado já existente entre o ex-Império do Negus e as possessões inglesas. Mais delicado será, pois, o problema das tropas italianas concentradas na Líbia, cuja concentração constitui aos olhos de muitos, uma espécie de ameaça constante ao Egito. O receio existente nos meios britânicos é que a Itália possa ser levada, na eventualidade de complicações internacionais, a procurar estabelecer uma ligação direta através do vale do Nilo, entre a Líbia e a Etiópia. Ficará, pois, assentado, entre o conde Ciano e *lord* Perth, que desde a entrada em vigor do arranjo em preparação, o governo de Roma retirará uma parte dos efetivos que atualmente se encontram na Líbia, de forma a reduzir a pouco mais que a metade as forças italianas naquela região.

5. Tal seria, nas suas grandes linhas, o acordo que se considera como virtualmente concluído entre a Itália e a Grã-Bretanha. Faltarão, é verdade, resolver o problema espanhol, partindo do princípio da manutenção do *status quo* no Mediterrâneo ocidental. Mas, no que especialmente se refere à retirada dos voluntários italianos combatendo no exército nacionalista – retirada já decidida em princípio, de acordo com o plano britânico adotado pelo comitê que caberá a árdua tarefa de liquidar definitivamente o assunto. Assim, o reconhecimento da anexação da Abissínia à Itália, terá lugar – como sugere o governo britânico no discurso da sessão do mês de maio da Sociedade das Nações, onde os países se verão desligados dos seus compromissos de não reconhecimento.

5. A rapidez das negociações atuais demonstra que os dois governos estavam empenhados em achar um terreno prático de entendimento, dando provas de um real espírito de conciliação e de um sincero desejo de paz. Se a conclusão final intervier rapidamente, como se assegura, poder-se-á considerar que os riscos de guerra no Mediterrâneo, que a rivalidade entre a Inglaterra e a Itália complicava, estão consideravelmente diminuídos e o ambiente europeu desanuviado. E como resultado final, verificar-se-á que a política geral da Grã-Bretanha – de acordo com o plano preconcebido pelo senhor Neville Chamberlain – será reforçada não somente em Londres, mas ainda no plano continental.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 14 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Revolução na Espanha.

Da Embaixada em Londres

Em 14 de abril de 1938.

60 – QUINTA-FEIRA – 18hs.30 – Agradeço o telegrama de Vossa Excelência n. 30. Ficou combinado com o governo britânico que a proposta será apresentada quando voltar para Londres, dentro em poucos dias, o embaixador chileno, o maior interessado. RÉGIS

v

TELEGRAMA • 16 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Acordo ítalo-britânico.

Da Embaixada em Londres

Em 16 de abril de 1938.

61 – SÁBADO – 17hs.00 – O acordo internacional ítalo-britânico será assinado hoje à tarde. A imprensa local acaba de publicar um resumo do acordo, cujos pontos essenciais se referem ao protetorado da Inglaterra na Arábia e na Palestina, na manutenção do trânsito livre no canal de Suez, ao reconhecimento da soberania italiana na Abissínia através da Liga das Nações, a liquidação do problema espanhol com a retirada progressiva dos voluntários etc. Essa publicação causou a melhor impressão, refletindo, hoje, a imprensa desta capital, esperanças de paz continental. Consta ser condição preliminar a entrada em vigor do ponto referente ao reconhecimento do Império italiano na Abissínia e dos esforços substanciais para a retirada dos voluntários na Espanha. O acordo internacional ítalo-britânico marca um ponto importante contra a política ideologista da separação do continente europeu em dois grupos rivais, não sendo Chamberlain fascista nem Mussolini liberal. RÉGIS

v

TELEGRAMA • 20 ABR. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Conferência Internacional de Carnes.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

À Embaixada do Brasil em Londres

Em [20] de abril de 1938.

31 – 41730 – Em referência ao seu ofício número 101, convém reclamar contra o excesso da importação de carne resfriada da Argentina e do Uruguai, principalmente quando a procedente do Brasil foi inferior à cota estabelecida pela Conferência.

EXTERIORES

Expedido em 20 de abril de 1938 via [Stalcable].

v

TELEGRAMA • 23 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Conselho Internacional sobre o Açúcar.

Da Embaixada em Londres

Em 23 de abril de 1938.

63 – SÁBADO – 12hs.00 – Realizando-se, na manhã de quarta-feira próxima, a reunião do Conselho Internacional do Açúcar e estando sem as instruções pedidas em ofício, depois da abertura do Congresso, rogo a Vossa Excelência informar: I – se o governo brasileiro pode aceitar a data de 1º de setembro de 1937 como data inicial para a entrada em vigor do acordo internacional sobre o açúcar; II – qual a quantidade de açúcar que o Brasil poderá exportar ainda, até 31 de agosto, já tendo desistido de metade da cota para exportação do ano corrente, os açucareiros, segundo informei em ofício n. 134, de 1º de março. RÉGIS

v

TELEGRAMA • 23 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Declaração [*do*] presidente Getúlio Vargas.

Da Embaixada em Londres

Em 23 de abril de 1938.

64 – SÁBADO – 13hs.45 – Os jornais de hoje publicaram a declarações do senhor presidente da República, no sentido da possível retomada da dívida externa, em consequência do reajustamento da nova política econômica. Segundo o *Times*, o presidente teria declarado, ainda, poder o Brasil nacionalizar a dívida externa convertendo os títulos em divisas nacionais, e que aceitaria, eventualmente, sugestões para uma qualquer solução razoável. RÉGIS

v

OFÍCIO • 23 ABR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] As conversações anglo-francesas. A visita dos ministros Deladier e Bonnet a Londres.

N. 251

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 23 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

Na sua reunião hebdomadária da quarta-feira próxima, o gabinete britânico, depois de ouvir o relatório do ministro da Guerra, senhor Hore-Belisha, de volta da sua recente viagem a Malta, à Itália e à França, estudará o programa das conversações que se realizarão entre os ministros britânicos e franceses na quinta e sexta-feira desta semana, pois, por aqueles dias é esperada a visita a Londres dos senhores Daladier, presidente do Conselho e ministro da Defesa Nacional, e Bonnet, titular do Quay d'Orsay.

2. A visita dos ministros Deladier e Bonnet será de dois dias apenas, tempo apenas suficiente para abordar os numerosos problemas apresentados pela actual situação internacional, mas comportará, assim mesmo, além dos almoços protocolares oferecidos pelo senhor Neville Chamberlain, primeiro-ministro, e por *lord* Halifax, secretário de Estado das Relações Exteriores, um convite ao castelo de Windsor, onde os visitantes jantarão com a família real.

3. O programa das conversações não está ainda fixado inteiramente, dependendo dos colóquios entre *lord* Halifax e o embaixador Corbin, devendo ser, finalmente, aprovado no Conselho do gabinete da quarta-feira próxima. Parece, entretanto, que a lista dos assuntos a serem encarados é, mais ou menos, a seguinte: a coordenação da política da Inglaterra e da França com relação ao governo de Roma; os problemas decorrentes do reconhecimento do Império italiano na Abissínia; a manutenção da independência e da integridade territorial da Espanha e das suas colônias e dependências; a situação na Europa Central em consequência da anexação da Áustria pelo Reich, e as apreensões de certos países em virtude da expansão germânica, especialmente da Tchecoslováquia; as probabilidades de um apaziguamento naquela região da Europa, e a probabilidade de que a Grã-Bretanha reinicie as suas *démarches* diplomáticas, feitas em Berlim no ano passado; o estado actual dos armamentos da Inglaterra e da França, sobretudo dos armamentos aéreos, e a necessidade da

cooperação, sob o ponto de vista técnico, entre as suas forças navais e aéreas; finalmente, a consolidação do acordo monetário tripartido, e a situação atual do franco francês.

4. Nos círculos políticos bem informados desmente-se ser a intenção do senhor Chamberlain constituir, eventualmente, um acordo das quatro potências, Inglaterra, França, Itália e Alemanha, acordo para o qual seria convidada a União Soviética. Nega-se também que seja pensamento do primeiro-ministro pedir à França o abandono do pacto franco-soviético.

5. É evidente que o senhor Chamberlain visa, em primeiro lugar, conseguir o melhoramento da situação europeia, e mesmo um entendimento continental nas relações políticas e econômicas. Não se atém, para isso, a nenhum plano preconcebido, o que seria alheio à tradição da política britânica, mas espera alcançar o seu objetivo com a colaboração do governo francês. É de notar, nesse particular, que tanto o presidente do Conselho Deladier, como o seu ministro das Relações Exteriores, senhor Bonnet, gozam de grande simpatia nesse país.

6. É, portanto, numa atmosfera de confiança, que se iniciarão entre os dois países as conversações diplomáticas sobre os numerosos e grandes problemas que os interessam mutuamente.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 25 ABR. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Conselho internacional sobre o açúcar

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada do Brasil em Londres
Em [25] de abril de 1938.

32 – 220.00 – Em resposta ao seu telegrama número 63 o governo brasileiro poderá aceitar a data de 1º de setembro de 1937 como período inicial para a entrada em vigor do acordo internacional sobre o açúcar, mas lembra que a sua¹³ ratificação foi¹⁴ feita em 15 de fevereiro de 1938. A quantidade do açúcar a ser exportado até 31 de agosto será de 150 mil sacas de 60 quilos. EXTERIORES

Expedido em 25 de abril de 1938 via rádio.

v

OFÍCIO • 25 ABR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] Remete texto do acordo anglo-italiano e do Acordo de Boa Vizinhança entre Reino Unido, Egito e Itália.

N. 255

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 25 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, o texto do acordo assinado em Roma, a 16 do corrente, entre a Grã-Bretanha e a Itália, bem assim o do Acordo de Boa Vizinhança entre o Reino Unido, o Egito e a Itália, da mesma data (Treaty Series N. 31, 1938).

2. Os detalhes do tratado demonstram que as causas que poderiam suscitar algum conflito entre os dois países são, na verdade, bem tênues. A independência dos Estados árabes fica sendo reconhecida. As fronteiras entre as possessões britânicas e a África oriental italiana serão demarcadas, e a Itália confirma a sua promessa, contida entre tratado anterior, de não intervir nas águas do Alto Nilo por intermédio da soberania, que exerce, no lago Tsana. O ponto principal é constituído, evidentemente, pelo compromisso assumido por parte da Grã-Bretanha de usar a sua influência favorável na Sociedade das Nações, junto dos países que ainda não reconheceram a anexação da

¹³ No trecho “mas lembra que a”, originalmente se lê “se bem que a”, mas esta parte foi riscada.

¹⁴ Onde se lê “foi”, originalmente lê-se “tenha sido”.

Abissínia. O reconhecimento por parte da Grã-Bretanha já está, tacitamente, entendido no acordo.

3. O resto do acordo completa e define novamente a declaração anglo-italiana de identidade de interesses no Mediterrâneo, feita em janeiro de 1937. A importância vital para ambos os países de acesso livre ao Mediterrâneo formava a base do documento diplomático de janeiro de 1937; o novo pacto contém o reconhecimento específico por ambas as partes da liberdade de navegação do canal de Suez, em tempo de paz e em tempo de guerra, de acordo com o Tratado de 1888, conforme já tive a honra de comunicar a Vossa Excelência pelo meu ofício n. 240, de 13 do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*:¹⁵ “Treaty Series No. 31 (1938)”, folheto contendo 39 páginas.]

v

OFÍCIO • 26 ABR. 1938 • AHI 27/5/10

[*Índice*:] Expulsão do Brasil de agente nazista.

N. 257

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 26 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência quatro recortes, extraídos dos jornais *Daily Telegraph*, *News Chronicle*, *Daily Express* e *Daily Mail*¹⁶, de 21 do

¹⁵ Não transcrito.

¹⁶ Recorte do periódico *Daily Mail* não localizado no volume.

corrente, noticiando a expulsão do Brasil, em consequência do decreto assinado pelo senhor presidente da República, proibindo as atividades políticas de estrangeiros residentes no Brasil, do senhor Wilhelm Tender, tido como chefe dos agentes do Reich em nosso país.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexos*:¹⁷ n. 1 “German chief agente reported expelled”. *Daily Express*, Londres, 21 de abril de 1938;

n. 2 “Expelled”. *News Chronicle*, Londres, 21 de abril de 1938;

n. 3 “Nazi agente in Brazil”. *The Daily Telegraph*, Londres, 21 de abril de 1938.]

v

DESPACHO • 26 ABR. 1938 • AHI 419/2/3

SE/74/843.51(60)(42)¹⁸

URGENTE

Em 26 de abril de 1938.

— Senhor Embaixador,

— Em aditamento ao bilhete verbal SE/65/843.51(60)(42), de quatro de abril do corrente ano, referente à tributação que incide sobre o bacalhau, tenho a honra de

¹⁷ Não transcritos.

¹⁸ Doc. SE/74/843.51(60)(42) é anexo de despacho datado de 06/05/1938, pelo qual a SERE remete à embaixada do Brasil em Londres cópia de notas trocadas com a embaixada da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro, no decorrer do mês de abril de 1938. (Despacho foi fotografado, renomeado lon-1938-05-06).

~~informar Vossa Excelência de que pelo decreto-lei n. 365, de cinco de abril de 1938, foram aproveitadas as alterações e correções feitas no novo regulamento para arrecadação e fiscalização do imposto de consumo, passando assim a taxa que onerava o bacalhau a ser cobrado à razão de \$200 por quilograma ou fração, peso bruto.~~

~~Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.~~

~~Em nome do ministro de Estado:~~

~~Hildebrando Accioly~~

~~A Sua Excelência *sir.* Hugh Gurney, K.C.M.C., M.V.O.~~

~~Embaixador de Sua Majestade Britânica~~

~~{*Anexo*}~~

~~Secretaria de Estado das Relações Exteriores~~

~~CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA~~

~~*British Embassy*~~

~~PERSONAL AND URGENT~~

~~Rio de Janeiro, 22nd November 1937.~~

~~——— My dear Minister,~~

~~As I informed you today, I have just received a telegram from Mr. Eden to the effect that the Brazilian Ambassador communicated to him today a translation of the statement issued here after the Cabinet meeting on November 20th. Mr. Eden informed him that the action of the Brazilian Government would have a deplorable effect throughout the country, particularly after the assurance which you had given to me. He went on to say that he deeply regretted the unilateral action of the Brazilian Government and pressed His Excellency to urge them seriously to reconsider the situation, and if~~

~~possible to revert to the previous position, arranging for a continuation of the service of the external debt, pending the conclusion of a new agreement.~~

~~—— The telegram continues that the Council of Foreign Bondholders see no economic justification for the default and in their view a unilateral suspension of current payments can only make negotiations more difficult. They therefore express the hope that further representations may be made to the Brazilian Government as to the unwisdom of their present attitude.~~

~~—— The telegram concludes by instructing me to communicate these views urgently to you and to urge that the position may be reconsidered in view of the disastrous effects created in Great Britain.~~

~~Yours sincerely~~

~~Hugh Gurney~~

~~His Excellency Dr. Mario de Pimentel Brandão~~

~~Minister for Foreign Affairs~~

v

OFÍCIO • 29 ABR. 1938 • AHI 27/5/10

[Índice:] Acordo entre a Grã-Bretanha e a URSS sobre limitação de armamentos e construções navais.

N. 269

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 29 de abril de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, um exemplar da publicação oficial do Foreign Office (Treaty Series n. 17, 1938), contendo o texto do acordo firmado entre a Grã-Bretanha e a URSS, sobre limitação de armamentos navais e troca de informações sobre construções navais.

2. O mencionado acordo foi assinado em Londres, em 17 de julho de 1937 e as ratificações foram trocadas na mesma cidade, em 4 de novembro do ano passado.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*:¹⁹ “Treaty Series N. 17 (1938)”, folheto contendo 40 páginas].

v

TELEGRAMA • 30 ABR. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice*:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 30 de abril de 1938.

65 – SÁBADO – 13hs.00 – As conversações anglo-francesas confirmaram o entendimento entre ambos os países sobre todos os pontos da política internacional, podendo o acordo sobre a cooperação das forças aérea[s] e navais ser considerado uma aliança militar defensiva. É uma política comum de apaziguamento da situação europeia, visando muito especialmente a solução do caso das relações das minorias alemãs e outras com o governo da Tchecoslováquia. Com relação à Espanha, prevalece o espírito do acordo de não intervenção. O ambiente é de otimismo, relativamente às conversações franco-italianas. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

¹⁹ Não transcrito.

TELEGRAMA • 02 MAIO 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Cota do açúcar para 1938.

Da Embaixada em Londres

Em 2 de maio de 1938.

68 – SEGUNDA-FEIRA – 15hs.30 – O Conselho Internacional do Açúcar, reunido em 27 e em 30 de abril, estimou a necessidade do mercado livre em três milhões e cinquenta mil toneladas métricas, no ano açucareiro de 1937 e 1938. O Conselho resolveu cortar cota deste ano 5% acordo internacional, artigo XXI, parágrafo 1º, permanecendo o total da cota em três milhões, duzentos e trinta mil, novecentos e cinquenta toneladas métricas. A delegação cubana apresentou uma proposta no sentido da flexibilidade do artigo XXI, parágrafo 1º, a fim de permitir, na próxima reunião em 5 de julho, ajustar a cota de exportação às necessidades do mercado, a fim de evitar a queda do preço do açúcar. Seguirá brevemente o relatório do secretário comercial Weguelin Vieira. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 04 MAIO 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Conferência Internacional de Carnes.

Da Embaixada em Londres

Em 4 de maio de 1938.

69 – QUARTA-FEIRA – 17hs.30 – O delegado do Brasil à Conferência Internacional de Carnes, após animados debates com os da Argentina e do Uruguai, na reunião especial de hoje, e referida no telegrama n. 5, do consulado-geral aqui, conseguiu, para o Brasil, a adicional de 8.191 cwts de carnes refrigeradas, como compensação ao excesso das do Rio da Prata, no ano passado, sendo essa quantidade proporcionalmente deduzida, em 1938, da Argentina e do Uruguai. Os representantes da Argentina e do Uruguai apreciariam, se fosse possível, embarcar antes da afluência das carnes daquela origem. RÉGIS

DESPACHO • 06 MAIO 1938 • AHI 419/2/3

[Índice:] Cópias de notas.

CC

Ministério das Relações Exteriores

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1938.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores remete à embaixada do Brasil em Londres cópias de notas trocadas com a embaixada da Grã-Bretanha, nesta capital, no decorrer do mês findo.

[Anexo]

SE/74/843.51(60)(42)

URGENTE

Em 26 de abril de 1938.

Senhor Embaixador,

Em aditamento ao bilhete verbal SE/65/843.51(60)(42), de quatro de abril do corrente ano, referente à tributação que incide sobre o bacalhau, tenho a honra de informar Vossa Excelência de que pelo decreto-lei n. 365, de cinco de abril de 1938, foram aproveitadas as alterações e correções feitas no novo regulamento para arrecadação e fiscalização do imposto de consumo, passando assim a taxa que onerava o bacalhau a ser cobrado à razão de \$200 por quilograma ou fração, peso bruto.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

Em nome do ministro de Estado:

Hildebrando Accioly

A Sua Excelência *sir*. Hugh Gurney, K.C.M.C., M.V.O.

Embaixador de Sua Majestade Britânica

v

DESPACHO ²⁰• 07 MAIO 1938 • AHI 419/2/3

[*Índice:*] Suspensão do pagamento da dívida externa.

SE/40/822.4(85)

Ministério das Relações Exteriores

Em 7 de maio de 1938.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, cópia do *memorandum* que, de acordo com o Ministério da Fazenda, foi expedido às embaixadas dos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Bélgica, Portugal e Itália e às legações da Suíça e Países-Baixos, sobre a suspensão do pagamento da dívida externa do Brasil.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e *mui* distinta consideração.

Em nome do ministro de Estado:

Hildebrando Accioly

A Sua Excelência o Senhor Raul Régis de Oliveira

Embaixador do Brasil em Londres

[*Anexo*]

SE/40/822.4(85)/1938/Anexo

Memorandum

²⁰ Intervenção na margem superior: "Resp[ondido] com ofício n. 324, de 25/5/[19]38. [Vide] ofício 362, de 10/6/[19]38. Vide carta do *Financial Times* anexa."

O governo brasileiro, em reunião coletiva de 20 de novembro próximo passado, convocado pelo senhor presidente da República, resolveu suspender, por motivos imperiosos, a partir da mesma data, as remessas de fundos destinados ao serviço da dívida externa e autorizar o ministro da Fazenda a encetar negociações com os interessados, no sentido de serem realizados novos acordos dentro das possibilidades reais do país.

2. A suspensão desse serviço foi determinada por fatos econômicos internos e externos, cuja repercussão e correição exigem exame, tempo e consideração especial. A baixa geral dos preços da exportação brasileira, num momento de transição política, trouxe um desequilíbrio de disponibilidades no exterior, de tal natureza, que o governo teve, como medida de prudência, não só de cessar as remessas governamentais, mas também controlar mesmo as de natureza privada.

3. Não obstante já terem decorrido quatro meses, não se verificou ainda nas condições gerais que permita a realização com êxito desses entendimentos.

4. O café e o algodão, os dois principais artigos de exportação do país, mantêm as suas cotações baixas e tiveram nos últimos quatorze meses ainda preços menores. O café tipo 7 cotava-se em Nova York, em janeiro de 1937 a 11 7/32 e em março de 1938 a 7 23/24, sofrendo a queda de 36% e o algodão de São Paulo que em abril do ano passado era cotado em Liverpool a 7,46, não alcançou em março deste ano preço maior que 5, em média de todo o mês, o que representa baixa muito próxima de 33%.

5. Essa queda de preços agravou consideravelmente a situação do comércio exterior, dificultando as liquidações e afetou de modo altamente sensível o curso do câmbio, elevando o ágio de ouro.

6. A restrição considerável da importação consequente à crise trouxe o enfraquecimento das indústrias produtivas, o trabalho forçado do material fixo e rodante das estradas de ferro e outras instalações do aparelhamento econômico do país, e do material de defesa nacional.

7. Obrigados esses materiais a trabalho superior ao que permitia a depreciação natural, retardadas as substituições imprescindíveis e as ampliações necessárias, o país viu-se na iminência de uma crise que seria a pior de todas porque deixaria em risco a exploração de sua indústria, do seu comércio interno e externo e reduziria a nada os elementos de sua defesa.

8. Podem-se resumir nos seguintes itens as causas que explicam a intensa crise de câmbio que o país sofre:

- a) redução do comércio mundial;
- b) baixa de preços externos dos principais artigos de sua exportação.
- c) supressão persistente nas correntes de capitais que animavam e faziam florescer o comércio exterior do país;
- d) necessidade de restauração do seu aparelhamento econômico e de sua defesa nacional, o que exige aumento de importação de ferro e aço, tanto em matéria-prima como em artigos manufaturados, tais como máquinas, ferramentas etc. e de veículos, entre os quais se inclua o material rodante das vias férreas.

9. Prosseguindo a restauração do aparelhamento econômico, ativado como está o desenvolvimento da produção extrativa e industrial de novos artigos exportáveis, como os siderúrgicos, é de esperar que em pouco tempo possa o país elevar o nível de seu comércio externo, de modo a solver regularmente todos os seus compromissos no exterior.

E tão pronto se efetive a previsão de tal recuperação econômica, serão iniciados os entendimentos para regularizar a situação da dívida externa do país, assunto que o governo considera da mais alta e relevante importância.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1936.

Confere:

[Ilegível] [Lobo]

Pelo chefe do Serviço de Datilografia

Conforme:

[Ilegível] Lima

Pelo chefe dos Serviços Econômicos

v

TELEGRAMA ²¹• 09 MAIO 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Autorização

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

²¹ O documento possui diversas intervenções posteriores a lápis.

À Embaixada em Londres

33 – 21900 – O capitão [dr.] Artur Alcântara, delegado do Brasil à Conferência Internacional da Cruz Vermelha está autorizado a sacar £167 pela [verba] 1ª, pessoal sub-[?] n. 7. EXTERIORES

Expedido em 9 de maio de 1938 via rádio.

v

OFÍCIO • 11 MAIO 1938 • AHI 28/1/1

[Índice:] O problema da Tchecoslováquia e as decisões de Londres.

N. 294

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 11 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

De acordo com as decisões tomadas quando das recentes conversações franco-inglesas de Londres, *démarches* concomitantes foram feitas pelos representantes britânicos e franceses em Praga, junto ao senhor Krofta, ministro dos Negócios Estrangeiros da Tchecoslováquia e pelo embaixador da Inglaterra em Berlim junto ao senhor Woermann, secretário de Estado para os Negócios do Reich. É sabido que não são idênticas as posições da Inglaterra e da França com relação à Europa Central e isso em virtude de estar a última ligada à Tchecoslováquia pelo acordo de 1925, enquanto a primeira se acha desligada de qualquer compromisso formal com o governo de Praga; entretanto, é fora de dúvida, as duas grandes potências ocidentais demonstram um mesmo interesse em face da situação de fato criada no centro do continente, verificando-se assim que, para ambas, a manutenção da paz naquele país, representa como uma necessidade primordial dentro do equilíbrio europeu. Afigura-se, pois, natural, que as duas potências liberais, estreitamente associadas não somente na salvaguarda da própria segurança, mas em vista da consolidação da ordem política na Europa, tenham o desejo de ver dissipado o mal-estar que pesa sobre as relações entre Praga e Berlim, mal-estar ocasionado pelo movimento dos alemães das Sudetas.

2. No que especialmente concerne à *démarche* feita pelo embaixador da Grã-Bretanha na sua visita à Wilhelmstrasse, não se trata – informam – da procura de uma solução pacífica para o problema germano-tcheco, o que traria como efeito transformar em debate internacional um problema especialmente tchecoslovaco, problema que equitativamente só deve ser resolvido pelas duas partes interessadas e sem ingerência estrangeira. Mas como o partido do senhor Henlein, que se proclama abertamente nacional-socialista alemão, está totalmente [enfeudado] à influência hitleriana, a atitude do Reich com relação à Tchecoslováquia, segundo se afirme conciliante ou intransigente, será de natureza a facilitar uma solução pacífica ou a provocar complicações de ordem geral. Tudo isso indica que a Tchecoslováquia representa um triunfo no jogo diplomático alemão, isso desde a anexação da Áustria pelo Reich e enquanto se presente um novo *Drang nach Osten* da vontade alemã. A doutrina do regime hitleriano, segundo a qual a Alemanha nova não pode se desinteressar da sorte das populações alemãs que vivem para além das suas fronteiras, dispõe à prática de uma perigosa política de ingerência nos negócios interiores das nações vizinhas, ingerência que nenhum estado independente e soberano poderá tolerar. Aí está o verdadeiro perigo, sendo ainda necessário indicar que as violentas campanhas da imprensa nacional-socialista contra a Tchecoslováquia criaram um estado de espírito singularmente inquietante. A solução justa e equitativa do problema do estatuto da minoria alemã dificilmente poderá ser atingida, visto que o partido do senhor Henlein fica assim encorajado a formular e reclamar reivindicações excessivas.

3. O governo de Praga mostrou-se sempre disposto a dar provas de largo espírito de conciliação. O presidente da República, senhor Benes, pronunciou recentemente um discurso conciliatório. Por outro lado, o presidente do Conselho, senhor Hodga, anuncia um projeto de estatuto que deve trazer substanciais satisfações às minorias alemãs, pois busca salvaguardar os interesses culturais e econômicos daquelas minorias.

4. Assim, as *démarches* dos ministros da Grã-Bretanha e França junto ao senhor Krofta, em resumo, assumiram um caráter amigável. Não se trata de intervir nos negócios internos da República tchecoslovaca, exercendo uma pressão em favor de tal ou qual fórmula, de antemão resolvida. É fora de dúvida, porém, que as duas grandes potências ocidentais mantêm com a Tchecoslováquia relações as mais cordiais, mesmo porque, como ficou dito, Paris se encontra ligada a Praga por um acordo formal e a Inglaterra, repetidamente, pela voz do seu primeiro-ministro, demonstra ter todo o interesse em manter a segurança daquele Estado.

5. Está claro que é em virtude desse legítimo interesse que o senhor Neville Chamberlain, em nome do seu governo, procurou, por via diplomática, dar conhecimento ao Reich da verdadeira posição da Inglaterra, definindo o que o primeiro-ministro explicou, em seu discurso, à Câmara dos Comuns, discurso no qual o senhor Neville Chamberlain afirma que, nas questões de paz ou de guerra, num caso de conflito, outras nações seriam ainda arrastadas, mesmo livres de compromissos formais. O aviso britânico, pois, deve agora ser pesado e meditado pelos governantes do Reich.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 12 MAIO 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política interna.

Da Embaixada em Londres

Em 12 de maio de 1938.

73 – QUINTA-FEIRA – 19hs.30 – Toda a imprensa desta capital continua a se referir à tentativa frustrada de revolta no Brasil. O *Times*, em editorial, comentando o golpe integralista, afasta a tese da influência nazi como corresponsável do movimento abortado e considera o problema brasileiro *sui generis*. Terminando, refere-se, em termos favoráveis, à administração do presidente Vargas. Em artigo do correspondente no Brasil, intitulado "À sombra da cruz gamada", o mesmo jornal estuda os objetivos do Partido Integralista, considerado ligado intimamente ao Partido Nacional-Socialista alemão, narrando as providências tomadas pelo governo brasileiro proibindo as atividades políticas dos estrangeiros residentes no Brasil e o fechamento das escolas alemãs, medidas que, diz, resultaram de gestões do embaixador alemão no Rio de Janeiro repelidas, energicamente, pelo nosso Ministério das Relações Exteriores, repulsa

unanimemente aprovada pelo continente americano. Os jornais *Daily Express*, *Daily Mail* e *Daily Telegraph* publicarão a entrevista concedida pelo telefone pela senhorita Vargas, narrando as impressões do ataque do palácio Guanabara e a defesa do presidente. Devo informar que a citada entrevista causou impressão ótima. Toda a imprensa salienta a coragem pessoal do presidente da República. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 14 MAIO 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política interna.

Da Embaixada em Londres
Em 14 de maio de 1938.

74 – SÁBADO – 13hs.20 – O *Times* publicou, hoje, uma notícia dizendo que o seu número do dia 12 foi confiscado em Berlim, em consequência de um artigo sobre o Brasil do seu correspondente aludido no meu telegrama n. 73. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 14 MAIO 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política interna.

Da Embaixada em Londres
Em 14 de maio de 1938.

75 – SÁBADO – 13hs.20 – O *Daily Telegraph* noticiou o discurso do presidente da República no *meeting* de 50.000 operários, no Rio de Janeiro, declarando que a tentativa integralista fora apoiada por influência estrangeira e condenando as ideologias extremistas da direita como a pior forma de escravidão. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 21 MAIO 1938 • AHI 28/1/1

[Índice:] Conferência sul-americana anticomunista.

N. 312

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 21 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

Remeto a Vossa Excelência, em anexo, um recorte extraído do jornal *Evening News*, de 3 do corrente mês, contendo notícias sobre a conferência realizada em Buenos Aires entre delegações das polícias do Brasil, da Argentina e do Chile, a fim de organizar a defesa comum contra as atividades comunistas na América do Sul.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo:²² “Fight with Communism”. *Evening News*, Londres, 3 de maio de 1938.]

v

TELEGRAMA • 22 MAIO 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política na Europa.

Da Embaixada em Londres

Em 22 de maio de 1938.

²² Não transcrito.

77 – DOMINGO – 16hs.30 – Estive no Foreign Office, constando que a situação internacional preocupa seriamente este governo, reinando muito grande ansiedade em virtude da mobilização das tropas na Tchecoslováquia, sob o pretexto de manutenção da ordem pública do território. A mobilização motivou a indignação da Alemanha, que, por outro lado, já efetuou movimento de tropas, dando ensejo a um inquérito do embaixador inglês em Berlim. Particularmente, estou informado de que a mobilização das tropas na Tchecoslováquia é muito completa. Consta aqui, que o governo francês está decidido a prestar todo auxílio à Tchecoslováquia, no caso de uma agressão. Este governo emprega todos os esforços junto a Berlim e a Praga, para evitar um gesto definitivo. A situação é muito difícil, podendo tornar-se irreparável, à mercê de qualquer incidente podendo surgir a cada momento. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 23 MAIO 1938 • AHI 28/1/1

[Índice:] A crise germano-tcheca.

N. 315

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 23 de maio de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 294, de 11 do corrente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que dois novos fatos de capital importância na evolução da crise germano-tchecoslovaca confirmam que a gravidade da tensão política se encontra agora diminuída. Refiro-me às declarações do senhor Neville Chamberlain na Câmara dos Comuns e às conversações de Praga entre o presidente do Conselho tcheco, senhor Hodza e o líder do partido alemão dos Sudetes, senhor Henlein.

2. O primeiro-ministro britânico, na Câmara baixa, descreveu com a maior franqueza a atividade empregada pelo seu governo durante os dias da crise, procurando influenciar a opinião das duas partes em litígio e buscando uma fórmula conciliatória capaz de evitar a catástrofe. Assim é que insistiu junto ao governo da Tchecoslováquia sobre a necessidade de serem tomadas todas as providências em vista de evitar

incidentes irremediáveis, aconselhando ao governo de Praga a procura de uma solução razoável para o caso alemão dos Sudetes. E, como resultado, obteve o governo inglês, por parte da Tchecoslováquia, a promessa de uma solução rápida e equitativa.

3. Por outro lado, o governo britânico dirigiu-se também ao governo do Reich, ao qual deu conhecimento das seguranças recebidas de Praga, e indicou a necessidade de uma urgente solução para a crise continental, acrescentando que era seu desejo sincero obter a necessária colaboração do gabinete de Berlim. “O ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, disse o senhor Chamberlain, declarou que acolheria favoravelmente os esforços feitos pelo governo britânico e que o governo alemão partilhava inteiramente o seu desejo de ver solucionada a crise”.

4. Essa declaração feita em nome do governo do Reich pelo senhor Von Ribbentrop, da qual o primeiro-ministro pode oficialmente se valer diante da Câmara dos Comuns, marca um resultado feliz no que concerne às relações germano-tchecas. E os principais órgãos da imprensa londrina, referindo-se hoje à situação menos aguda, salientam que o otimismo relevado pelo primeiro-ministro não deixa de ser amplamente justificado.

5. Entretanto, a verdade é que tudo isso não significa que uma fórmula pacífica para o problema que representa as reivindicações das minorias na Tchecoslováquia esteja atualmente em vias de ser elaborada. O problema subsiste, com toda a sua complexidade; mas, ao em vez do que ainda há pouco acontecia no jogo difícil da política em face de duas teses de aparência irreconciliáveis, a Europa se encontra hoje (graças aos esforços deste governo) em presença da segurança dada pelo governo de Praga e de uma confirmação de boa vontade apresentada pelo governo de Berlim.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

[Índice:] Dívida externa.

Da Embaixada em Londres

Em 27 de maio de 1938.

79 – SEXTA-FEIRA – 17hs.00 – De acordo com as notícias dos jornais financeiros, publicadas hoje, na reunião dos acionistas, o presidente do “Trust Geral dos Industriais” propôs um *meeting* dos portadores de títulos brasileiros para junho próximo, até aventando a ideia absurda da presença do embaixador brasileiro, se porventura não houver, por parte do Brasil, qualquer gesto relativamente à dívida. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 30 MAIO 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Dívida externa. Artigo do *The Statist* de Londres.

Da Embaixada em Londres

Em 30 de maio de 1938.

80 – SEGUNDA-FEIRA – 21hs.00 – *The Times*, no editorial financeiro de hoje comenta um artigo do *The Statist*, de 28 de maio, que seguirá por via aérea. O artigo ocupa-se da situação econômico-financeira do Brasil e de outros países americanos. O artigo do *The Statist* reconhece as dificuldades da situação do Brasil, em virtude da balança “déficit”, de acordo com a última estatística comercial, e acrescenta que enquanto não for equilibrada a balança, os pagamentos das dívidas não poderão ser [r]einiciados, mesmo sob o esquema Aranha. Alude o *The Statist* ao fato incontestável de estar o Brasil atravessando o período comercial mais crítico de sua história: o reajustamento de seus principais artigos de exportação, sobre a base racionalista, de cujo sucesso dependerá a estabilidade de sua estrutura econômica, no futuro. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 01 JUN. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Suspensão do pagamento da dívida externa.

Da Embaixada em Londres

Em 1º de junho de 1938.

81 – QUARTA-FEIRA – 16hs.30 – Em vista do recrudescimento dos comentários desfavoráveis da imprensa desta capital e da publicação da carta dos portadores de títulos brasileiros sobre a suspensão do serviço da dívida externa, consulto sobre a conveniência de um comunicado desta embaixada a um importante jornal financeiro, baseado no **memorandum²³ anexo ao despacho n. 40**. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 02 JUN. 1938 • AHI 28/1/1

[Índice:] A guerra civil espanhola.

N. 345

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 2 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

O perigo iminente de guerra decorrente, em certo momento, das reivindicações da população alemã da República tchecoslovaca, felizmente afastado pelas gestões diplomáticas da Grã-Bretanha, em conjunto com a França, fez com que se esquecesse, passageiramente, a gravidade do problema apresentado pelo sangrento conflito que se está desenvolvendo desde há quase dois anos na península Ibérica.

2. Não há dúvida, entretanto, que a solução dessa questão é de igual modo importante para o equilíbrio político da Europa. Se bem que recentemente o avanço das tropas franquistas até o Mediterrâneo parecia indicar, em dado momento, o breve colapso das forças republicanas, tal não se realizou, sendo impossível prognosticar o

²³ Publicados nesta edição dos *Cadernos do CHDD*. Referem-se ao despacho n. SE/40/822.4(85) e anexo, datados, respectivamente, de 07 e de 05/05/1938.

fim das hostilidades. Tanto do lado do governo de Barcelona como do de Burgos parece existir a vontade firme de continuar a luta fratricida.

3. Torna-se, assim, de suma importância manter a política de não intervenção, que, com todas as suas reconhecidas falhas, tem evitado até certo ponto as repercussões da crise espanhola no terreno internacional. Somente a aplicação do princípio de não intervenção poderá apaziguar a atmosfera política no continente europeu e tornar possível a cooperação das principais potências.

4. O senhor Mussolini, no discurso pronunciado em Gênova, apontou claramente que ao problema espanhol se devia a morosidade no desenvolvimento das conversações franco-italianas. Além disso, a continuação do conflito põe até certo ponto em perigo o acordo anglo-italiano, o qual foi assinado pela Itália quando a vitória definitiva do general Franco parecia iminente.

5. O governo francês, obedecendo a razões ligadas a sua política interna, cujas correntes se orientam em grande parte para a esquerda, e, por outro lado, preocupado com as consequências do estabelecimento na sua fronteira dos Pirineus de um governo com tendências fascistas, permitiu, segundo aqui consta, o reforço em grande escala do governo de Barcelona com material de guerra estrangeiro. Se esse procedimento não apresenta o caráter de uma intervenção ou auxílio direto a Barcelona, já que os aludidos armamentos passam pelo território francês em trânsito e com caráter de mercadorias inofensivas, não há dúvida, entretanto, que o resultado prático é o prolongamento da luta entre as duas facções espanholas.

6. Percebendo o impasse a que chegou a situação, o governo britânico está considerando a possibilidade de ampliar a sua política relativa ao conflito ibérico e de promover a terminação das hostilidades, iniciativa que, dada a paixão de que se acham animados os dois adversários, não parece, à primeira vista, ter muita possibilidade de êxito. Tal gestão, entretanto, só seria empreendida depois de aplicadas com êxito as propostas britânicas para a retirada dos voluntários estrangeiros.

7. O gabinete inglês está examinando a viabilidade de uma intervenção política por parte da Grã-Bretanha a fim de estabelecer uma trégua entre os governos de Barcelona e de Burgos e de alcançar que os dois adversários se reúnam em uma conferência.

8. Parece que este governo acredita que a retirada dos voluntários é operação praticamente realizável dentro de um futuro próximo, sendo lícito supor que tenha havido conversações a esse respeito entre a Itália e a Grã-Bretanha.

9. Por outro lado há indicações de que o gabinete de Downing Street está disposto a tomar uma atitude firme quanto ao bombardeio de navios ingleses fora do limite das águas territoriais espanholas.

10. É difícil, por enquanto, apreciar as possibilidades com que conta o senhor Neville Chamberlain para levar a êxito a iniciativa de terminar a luta na península Ibérica, iniciativa que certamente deveria merecer o apoio de todos os países, seja qual for a sua ideologia política.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 10 JUN. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Suspensão do pagamento da dívida externa.

Da Embaixada em Londres

Em 10 de junho de 1938.

82 – SEXTA-FEIRA – 17hs.45 – Referência ao meu telegrama n. 81. O *Financial News* hoje publicou, na primeira página e nas duas primeiras colunas, o comunicado desta embaixada, em forma de carta, sobre a questão da dívida externa, acompanhado de editorial intitulado: "O problema brasileiro", em que comenta, com imparcialidade e simpatia, a situação do Brasil, reconhecendo o êxito do esforço do governo no desenvolvimento do comércio exterior do Brasil, dependente do nível dos preços mundiais e da possibilidade de acesso dos nossos produtos no mercado. Finalmente, alude à possibilidade de início das negociações, que seriam recebidas com simpatia pelos portadores de títulos, mesmo se o resultado fosse apenas o pagamento de uma porcentagem insignificante, citando, a esse respeito, o que o Chile tem feito com relação à sua dívida externa. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 11 JUN. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Suspensão pagamento dívida externa

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

À Embaixada em Londres

Em 11 de junho de 1938.

38 – 71400 – Em referência ao seu telegrama n. 82. As declarações feitas por V. Exa. sobre o pagamento das dívidas tiveram a melhor repercussão na imprensa desta capital.

EXTERIORES

v

OFÍCIO • 13 JUN. 1938 • AHI 28/1/1

[Índice:] Artigo do *World Review* sobre a influência nazista no Brasil. Carta do senhor G. A. Mulford, do Rio de Janeiro.

N. 368

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 13 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

Com referência ao ofício n. 107, de 16 de fevereiro último, com o qual remeti a essa Secretaria de Estado um artigo publicado pela revista *World Review*, de janeiro deste ano, intitulado “O Brasil – O Cavalo de Tróia dos Nazis”, de R. A. Martinez, e cópia de uma carta que, a esse propósito, dirigi à aludida revista, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o recorte anexo do *World Review*, de junho, contendo uma carta à respeito do senhor G. A. Mulford, residente no Rio de Janeiro.

2. O senhor G. A. Mulford que reside no Brasil desde há muitos anos, manifesta o seu desacordo completo com as asseverações do autor do referido artigo, senhor Martinez, e endossa as declarações feitas por esta embaixada na carta rebatendo as alegações de um predomínio nazista no Brasil.

3. A carta do senhor Mulford, que é de nacionalidade britânica e evidentemente conhece o Brasil, certamente contribuirá para desfazer a concepção errônea, entre certa parte da opinião pública inglesa – se é que ainda existe – de que há no Brasil um perigo nazista ou fascista.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo:²⁴ “Brazil and Facism”. *World Review*, Londres, junho de 1938.]

v

TELEGRAMA • 14 JUN. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Pagamento da dívida externa.

Da Embaixada em Londres

Em 14 de junho de 1938.

82 – TERÇA-FEIRA – 18hs.45 – O Conselho dos portadores de títulos estrangeiros, em declaração publicada hoje, afirma que continuará a empregar todos os esforços, conjuntamente com as associações similares de outros países, no sentido de obter do governo brasileiro uma proposta aceitável de reinício do pagamento da dívida. A

²⁴ Não transcrito.

imprensa, comentando a declaração, opina ser necessário chegar, com a brevidade possível, a algum entendimento sobre a questão. O *Financial Times*, em editorial, embora admitindo a situação delicada da economia brasileira, critica a impassibilidade do Brasil com relação ao problema da dívida externa. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 15 JUN. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Dívida externa

Da Embaixada em Londres

Em 15 de junho de 1938.

85 – QUARTA-FEIRA – 19hs.30 – O deputado conservador, John Leech, propondrá amanhã, na Câmara dos Comuns, a tarifa aduaneira proibitiva para a importação de produtos brasileiros, medida que seria revogada quando o Brasil recomeçar o serviço da dívida externa. Essa sugestão será feita em forma de pergunta ao ministro da Fazenda. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 15 JUN. 1938 • AHI 28/1/1

[*Índice:*] O conflito espanhol. Os bombardeios aéreos e a atitude do governo britânico.

N. 369

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 15 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

A Câmara dos Comuns esperava ontem com grande interesse as declarações do primeiro ministro, senhor Neville Chamberlain, sobre a atitude do governo britânico em face dos recentes bombardeios de navios ingleses em portos espanhóis.

2. De acordo com a expectativa geral, o primeiro-ministro declarou que o governo britânico não podia garantir uma proteção eficiente aos navios ingleses que fizessem comércio nos portos espanhóis situados na zona de guerra e enquanto os mesmos se achassem dentro das águas territoriais espanholas. Depois de examinar cuidadosamente as possíveis medidas para proteger os navios ingleses, o governo chegara a conclusão de que não poderia dar uma proteção eficaz a não ser que a Inglaterra estivesse pronta a abandonar a política de não intervenção.

3. Como o abandono da política de não intervenção importaria seguramente na extensão do conflito espanhol, além dos seus atuais limites, o governo britânico, disse o senhor Neville Chamberlain, não podia fazer outra coisa do que repetir a advertência que dera aos armadores em novembro último. Isto é, o governo britânico continuará a proteger os navios ingleses em alto-mar, porém os navios que entrarem em portos susceptíveis de operações militares assim procederiam a seu próprio risco. Acrescentou, entretanto, que esses ataques a navios ingleses que, às vezes, pareciam propositais, não poderiam continuar sem afetar seriamente as relações amistosas com as autoridades de Burgos.

4. Embora o bombardeio de vários navios ingleses nos portos de Barcelona, Castellon, Gandia e Valência, tenha levantado grande celeuma na imprensa inglesa, o primeiro-ministro, ao voltar do *weekend*, não julgou necessário convocar uma sessão extraordinária do gabinete. Limitou-se a conferenciar com *lord* Halifax, secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros e *sir* Kingsley Wood, ministro da Aviação. Essa circunstância permitia predizer com bastante segurança que a atitude do governo britânico seria a que tive a honra de expor acima.

5. O governo está examinando a possibilidade de estabelecer, de acordo com os governos de Barcelona e de Burgos, zonas de segurança em certos portos espanhóis, mas parece haver muitas dificuldades técnicas.

6. Na sessão de ontem da Câmara dos Comuns os partidos da oposição manifestaram o seu desagrado com as declarações do senhor Chamberlain e parece que também do lado governamental a opinião é dividida, havendo quem deseje uma atitude mais definida, com o possível abandono do princípio de não intervenção, outros que consideram que o bombardeio é justificado nas condições de guerra moderna e,

finalmente, um terceiro grupo, o mais importante, que tomando em devida conta a perda de prestígio que a Inglaterra está sofrendo, por outro lado tem a consciência dos grandes riscos que correria o governo britânico se abandonasse a sua posição de potência não intervencionista a fim de dar uma demonstração passageira e espetaculosa de sua força.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 16 JUN. 1938 • AHI 28/1/1

[Índice:] O conflito espanhol. Os bombardeios aéreos e a atitude do governo britânico.
N. 373

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 16 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento ao meu ofício n. 369, de ontem, com o qual tive a honra de prestar informações a Vossa Excelência sobre a atitude deste governo com relação ao bombardeio de navios ingleses nos portos e nas águas territoriais espanholas, desejo resumir os comentários da imprensa desta capital sobre esse importante assunto.

2. As declarações do primeiro-ministro foram bem recebidas pela imprensa conservadora que reconhece o alto bom senso com que o chefe do governo encarou a delicada situação. Este, de fato, tem bons motivos para manter uma atitude prudente em face de uma situação sem precedente na história. A imprensa da oposição, já se vê, critica vivamente o senhor Neville Chamberlain, condenando a “importância” do governo, e conclui que o gabinete de Downing Street nada fará para proteger os marinheiros e os navios britânicos.

3. O *Times*, jornal ponderado por excelência, mostra que se a Inglaterra tenciona manter a política de não intervenção, em conjunção com os demais países, ela não pode, individualmente, tomar medidas de força nas águas territoriais espanholas. Tais medidas, acha o *Times*, equivaleriam ao abandono da não intervenção coletiva e à participação na guerra civil.

4. O grande órgão conservador aproveitou a ocasião para defender o mecanismo da não intervenção. Embora admitindo que o pacto não impede eficazmente as remessas de armamentos à Espanha, assim mesmo as limita fortemente, e de qualquer modo, realizou-se o objetivo principal do acordo, isto é, de evitar que o conflito se estendesse além das fronteiras espanholas e abrangesse a Europa.

5. O *Daily Telegraph* e [sic] *Morning Post*, por sua vez, manifesta a esperança de que o governo não se deixe intimidar pela oposição que já reclamou um debate na Câmara dos Comuns sobre o assunto e que deseje medidas enérgicas contra o governo de Burgos. Acredita o aludido jornal que o governo continuará a manter a atitude de reserva que adotou, sem que isto, acrescenta, signifique que a questão se ache resolvida. O problema é novo e não foi ainda solucionado nem por Whitehall e nem tampouco pela Câmara dos Comuns.

6. Parece, assim, que a atitude do governo do senhor Chamberlain corresponde ao pensamento da maioria da nação, e não há dúvida de que a opinião pública, em geral, compreendeu que não é pelos meios violentos e apressados que se pode remediar a delicada situação criada, mais uma vez, pelo conflito espanhol.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 25 JUN. 1938 • AHI 28/1/1

[Índice:] Relatório político do mês de junho. Partes 1ª e 2ª de 1 a 10 e de 11 a 20 de junho.

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 25 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

Com referência ao meu ofício aéreo n. 374, de 16 do corrente, sobre relatório político, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo ao presente, as partes 1ª e 2ª do relatório político do mês de junho, relativas ao período de 1 a 10 e de 11 a 20 do mês em curso.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha

Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*]:

Relatório político do mês de junho

1ª Parte – de 1 a 10 de junho

O rearmamento da Inglaterra – O serviço militar obrigatório

No debate da Câmara dos Comuns de 30 de maio, sobre as medidas de precaução contra bombardeios aéreos, o ministro para a Coordenação da Defesa, *sir* Thomas Inskip, fez uma declaração que foi interpretada por alguns deputados como significando que na eventualidade de uma guerra se adotaria imediatamente o serviço militar obrigatório. As palavras do ministro Inskip, que deram ensejo a essa interpretação, foram elucidadas no dia seguinte pelo primeiro-ministro. O senhor Neville Chamberlain declarou que, embora não fosse exato dizer que os planos preparados pelo governo para a eventualidade de uma guerra incluíam o estabelecimento do serviço obrigatório, de fato o governo havia cogitado desse assunto para o caso de uma guerra. Isto não constituía uma novidade, pois desde 1922 existia

um projeto de lei estabelecendo o serviço militar obrigatório. Também, disse o senhor Chamberlain, não se haviam elaborado por enquanto quaisquer medidas referentes aos serviços industriais e sem caráter militar. Evidentemente, acrescentou, era impossível prever quais seriam as exigências, a que a nação se veria submetida em caso de uma guerra. De qualquer maneira, todas as propostas nesse sentido teriam que passar pelos trâmites legais e receber o assentimento do Parlamento.

As declarações do primeiro-ministro não satisfizeram a oposição e o assunto deu ensejo a grandes discussões na imprensa. Não resta dúvida, entretanto, que o governo britânico está estudando com muito afinco o melhor modo de utilizar plenamente os recursos do país para a eventualidade, infelizmente nada improvável, de uma guerra.

O “A. R. P.” (Air Raid Precautions)

A utilização da arma aérea na guerra sino-japonesa e no conflito espanhol está sendo seguida com grande atenção neste país. Este governo, muito apreensivo de que no caso de uma guerra a Inglaterra seja atacada subitamente por numerosas e fortes esquadrilhas de aviões, tem dedicado o maior interesse ao desenvolvimento de medidas de precaução contra os bombardeios aéreos, e está mobilizando a opinião pública nesse sentido. Como a maior parte da população inglesa se acha concentrada nas cidades e nas regiões industriais, alvo evidente de tais ataques, o governo está estudando a possibilidade de evacuar, em caso de guerra, boa parte da população dos centros mais importantes e transportá-la para o campo. No que se refere à Londres, cogita-se da construção de refúgios subterrâneos para abrigar aproximadamente um milhão e meio de pessoas. O governo está procurando obter um milhão de voluntários (homens e mulheres) para os serviços decorrentes das precauções contra os bombardeios aéreos.

A compra de alimentos essenciais

Mais uma prova de que este país se acha em estado de mobilização parcial e de que o governo está tomando todas as medidas possíveis para fortificar a posição da Inglaterra no caso de uma guerra, se encontra na lei agora em discussão no Parlamento e que prevê a compra de alimentos essenciais, com o objetivo de constituir reservas, por parte do governo. A referida lei já foi aprovada em segunda discussão e faculta ao governo a compra das matérias alimentícias julgadas essenciais e a constituição de um fundo especial destinado a tais aquisições.

O conflito espanhol

Em 26 de maio a Subcomissão presencial do Comitê de Não Intervenção adotou o plano proposto pela Inglaterra para a retirada dos voluntários estrangeiros da Espanha. A retirada dos voluntários far-se-ia conjuntamente com o fechamento das fronteiras francesa e portuguesa, sob controle internacional. Reiniciar-se-ia o controle internacional das costas espanholas e, uma vez efetuada a retirada de uma parte substancial dos voluntários de ambos os lados, conceder-se-ia o reconhecimento da beligerância do governo do general Franco. O plano inglês encontrara oposição principalmente por parte dos soviéticos. Na sessão de 2 de junho o encarregado de Negócios da Rússia anunciou à Subcomissão que o governo retirara suas objeções com relação à classificação dos voluntários, e no que se referia ao restabelecimento do controle das fronteiras, continuando, porém, a mantê-las no que dizia respeito à proposta para o controle das costas, por considerar as medidas advogadas como insuficientes.

O conflito espanhol – O bombardeio de cidades abertas

Na sessão da Câmara dos Comuns de 3 de junho o senhor Butler, subsecretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, declarou que o governo era de opinião que se deveria pôr termo ao bombardeio de cidades abertas na China e na Espanha, e que a opinião internacional poderia exercer uma grande influência na matéria. O governo, disse, estava estudando a possibilidade de convidar certos países estrangeiros que não eram afetados pelo conflito espanhol para, conjuntamente com os mesmos, constituir uma pequena comissão independente. A tarefa dessa comissão seria de visitar imediatamente qualquer cidade bombardeada, a pedido da parte que sofrera o ataque, a fim de examinar os danos causados, e de verificar se existiam ou não objetivos de caráter militar na vizinhança. O relatório da comissão seria imediatamente publicado e a opinião mundial teria assim ensejo de julgar se a utilização de métodos tão bárbaros de guerra era justificada. A Suécia e a Noruega, que foram convidados para esta comissão, já responderam aceitando, não tendo chegado ainda a resposta dos Estados Unidos que também recebera convite.

Relações anglo-italianas – A fortificação da ilha de Leros

Segundo artigo publicado no *Daily Telegraph and Morning Post*, de 10 de junho, da autoria do correspondente naval do dito jornal, senhor Hector C. Bywater, a

ilha de Leros, que pertence ao grupo Dodecaneso no Mediterrâneo oriental, está sendo fortificada pelos italianos. Desde 1933 a população da ilha aumentou de 6.429 a 13.657. Do total, 7.550 são italianos. O comércio exportador da ilha tem diminuído muito; por outro lado a importação de metais e manufaturas de metais, encomendadas pelo comandante em chefe da guarnição, tem crescido consideravelmente. A posição da ilha de Leros é de grande importância estratégica, pois domina o mar Egeu. A sua proximidade com a ilha de Chipre, possessão inglesa, não pode deixar de inquietar a Inglaterra. Leros constituiria uma base excelente para operações aéreas contra Haifa e Port Said.

2ª Parte – de 11 a 20 de junho de 1938

O conflito espanhol – Os bombardeios aéreos e a atitude do governo britânico

Na sessão da Câmara dos Comuns de 14 de junho o primeiro-ministro definiu a atitude do governo britânico em face dos bombardeios aéreos de vários portos espanhóis, bombardeios em que alguns navios mercantes ingleses foram postos a pique ou danificados. O senhor Chamberlain declarou que o governo britânico não podia garantir uma proteção eficaz aos navios ingleses que fizessem comércio nos portos espanhóis situados na zona de guerra, e aos que se achassem dentro de águas territoriais espanholas. Para proteger os seus navios a Inglaterra deveria adotar medidas que significariam o abandono da política de não intervenção. Essa política, com todas as suas reconhecidas falhas, tinha evitado a extensão do conflito além dos seus atuais limites. O governo, portanto, se limitava a repetir a advertência feita aos armadores em novembro último, isto é, os navios ingleses em alto-mar seriam devidamente protegidos, porém os que entrassem em portos susceptíveis de operações militares tinham que arcar com os riscos decorrentes.

A atitude do governo foi severamente criticada pela oposição, e parece que mesmo do lado governamental não reina unanimidade a respeito. Há os que desejam uma atitude mais definida, e que encaram o possível abandono da política de não intervenção. Outros consideram que o bombardeio aéreo é justificado nas condições da guerra moderna, e um terceiro grupo, o mais importante, é de opinião que o governo escolheu a atitude aconselhada pelas circunstâncias, conformando-se com a perda de prestígio que correria este país se abandonasse a sua posição de potência não intervencionista a fim de fazer uma demonstração de força no Mediterrâneo.

Fiel a sua política tradicional de procurar uma solução intermediária, a Grã-Bretanha está empenhada em estabelecer, de acordo com os governos de Barcelona e de Burgos, zonas de segurança em certos portos espanhóis.

Na sessão de 15 de junho o senhor Butler, subsecretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, manifestou a esperança de poder fazer brevemente uma declaração sobre a constituição de uma comissão internacional independente a fim de investigar os bombardeios aéreos. Declarou, na mesma ocasião, que as propostas do governo espanhol sobre a constituição de uma comissão internacional para a troca de prisioneiros estavam sendo estudadas.

O problema tchecoslovaco – Impressão na Inglaterra

O comunicado publicado conjuntamente pelo governo de Praga e pela delegação dos alemães dos Sudeten, anunciando que o *memorandum* Sudete e o projeto do estatuto das minorias, do governo tchecoslovaco, podiam constituir uma base para negociações, foi recebido em Londres com satisfação, não provocando, entretanto, otimismo exagerado.

As relações comerciais anglo-alemães e os empréstimos austríacos.

Quando se discutiam na Câmara dos Comuns os créditos do seu departamento, o senhor Oliver Stanley, presidente do Board of Trade, aconselhou muita prudência aos negociantes ingleses nas relações comerciais com a Alemanha posteriores ao mês de junho. Aludindo às negociações sobre os empréstimos austríacos, disse:

É impossível, no momento atual das negociações, fazer qualquer declaração sobre a natureza da ação que será provavelmente empreendida e que depende evidentemente das circunstâncias. Esperamos ainda que as negociações tenham êxito, mas os negociantes devem ter presente que, nas circunstâncias atuais, eles poderão encontrar dificuldades para serem pagos depois do mês de junho. Deverão, portanto, exercer muita prudência nos negócios com a Alemanha que resultem no aumento dos seus créditos naquele país.

Examinando em seguida a expansão comercial na Europa Central, assunto que tem suscitado bastante interesse ultimamente, o senhor Stanley declarou que a Grã-Bretanha não havia renunciado a manifestar a sua presença nos países da Europa

Central. Essa declaração tem grande interesse, pois mostra que este país não está disposto a permitir que os mercados centro-europeus e os da península Balcânica fiquem entregues inteiramente à Alemanha, e, em segundo lugar, à Itália. Depois do *Anschluss* a posição da Alemanha na Europa Central, politicamente e sob o ponto de vista econômico, tornou-se ainda mais forte do que já era antes da incorporação da Áustria no Reich. Os países da bacia danubiana necessitam, evidentemente, de forte amparo financeiro e econômico por parte da Inglaterra e da França a fim de manter uma independência real em face de tão poderoso vizinho. A declaração do presidente do Board of Trade parece indicar que a Inglaterra compreendeu a necessidade de não abandonar aquela parte da Europa à influência germânica.

Os empréstimos austríacos e a opinião inglesa

O discurso feito em 16 de junho pelo senhor Funk, ministro da Economia Nacional do Reich, com relação ao não pagamento pela Alemanha dos empréstimos da antiga Áustria, é considerado neste país como uma tentativa pouco hábil para justificar uma atitude imperdoável. A opinião da Inglaterra é que não tem fundamento algum os argumentos do ministro alemão de que as dívidas da Áustria são de ordem política e de natureza semelhante às reparações de guerra. A imprensa é acorde em lembrar que a Áustria ficou isenta de qualquer pagamento a título de reparações durante um período de vinte anos, e que recebeu das potências aliadas auxílios financeiros que lhe permitiram reconstituir a sua economia. O Reich, quando executou o *Anschluss*, apoderou-se dessas reservas e agora pretende não mais pagar os juros respectivos, juros que sempre foram pagos pontualmente pela Áustria que deixou de existir.

Reconhecendo ser exata a insinuação feita pelo ministro Funk de que, amparando-se financeiramente, as potências aliadas visavam manter a independência da Áustria, o *Daily Telegraph and Morning Post* lembra que o próprio senhor Hitler reconheceu solenemente a independência austríaca no acordo de 1936. O grande jornal conservador nega formalmente que: 1) um Estado tenha o direito de repudiar as obrigações financeiras de um território por ele incorporado; 2) que uma firma solvente perca a sua identidade quando se amalgamar com outra e que anule assim todos os seus compromissos.

Não há dúvida, entretanto, que a Inglaterra aceitaria algum arranjo da questão, se é que o ministro Funk venha a sugerir uma solução aceitável. De outro modo este país recorrerá a um sistema de *clearing* para recuperar nas receitas do comércio exterior com

a Alemanha as importâncias retidas pelo Reich em consequência do não pagamento dos empréstimos austríacos.

v

OFÍCIO • 28 JUN 1938 • AHI 28/1/1

[Índice:] O conflito espanhol. A atitude do governo de Barcelona em face dos bombardeios aéreos.

N. 396

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 28 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

Parece afastado o grave perigo criado pelas gestões do governo de Barcelona junto aos de Londres e de Paris, declarando que eventualmente exerceria represálias, mesmo contra “objetivos longínquos”, no caso de continuarem os bombardeios aéreos de cidade abertas por parte da aviação nacionalista. A reação enérgica da Inglaterra e da França contra tal atitude certamente não deixou de impressionar as autoridades de Barcelona. Por outro lado, Barcelona compreendeu que represálias dessa natureza provocariam uma resposta imediata da Itália e da Alemanha, países alvejados nas suas declarações, e não há dúvida que o governo republicano espanhol está bem ciente de que não poderia esperar auxílio algum direto ou indireto da Inglaterra e da França que não prestariam a uma tática cujo resultado inevitável seria a extensão do conflito espanhol.

2. Quaisquer que sejam os erros cometidos pelas potências que auxiliaram uma ou outra das partes na guerra civil espanhola, o essencial é manter a paz europeia. A Grã-Bretanha e a França fizeram grandes sacrifícios, em circunstâncias muito difíceis, para impedir que o conflito espanhol degenerasse em guerra europeia. Parece que o governo italiano vai reconhecendo o valor da ação diplomática exercida pelos gabinetes de Londres e de Paris junto ao governo de Barcelona no sentido de evitar uma ameaça que anularia todos os resultados conseguidos até agora pela política de não intervenção.

3. A influência da Itália poderá conseguir do general Franco a cessação dos bombardeios aéreos que não tenham objetivo militar definido. O recurso a represálias por parte do governo de Barcelona é certamente inadmissível em vista das graves complicações internacionais que deles decorreriam. Não se pode, por outro lado, admitir que Burgos continue uma política susceptível de provocar uma atitude tão perigosa, qual a seguida até agora.

4. Como o general Franco na hora atual não parece seguro de sua vitória final deve desejar conservar para a sua causa as simpatias de grandes países como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos. A continuação dos bombardeios aéreos de cidades abertas, bombardeios cujos resultados militares são de importância bastante restrita, só pode alienar tal simpatia para a causa nacionalista.

5. Não deixa de ser bastante estranho que a ameaça de represálias feita por Barcelona se tenha realizado no momento atual. Como Vossa Excelência sabe, o plano para a retirada dos voluntários estrangeiros da Espanha recebera, finalmente, a aprovação e o apoio das grandes potências, membros do Comitê de Não Intervenção. O plano prevê o restabelecimento do controle das costas e o fechamento das fronteiras francesa e portuguesa. Delinhou-se [*sic*] assim uma perspectiva favorável à restrição do conflito. Foi o momento escolhido pelo governo de Barcelona para fazer as declarações sobre represálias que tanto alarmaram as chancelarias europeias. Quando se reflete na influência exercida em Barcelona pelos elementos da III Internacional, elementos que desde o início aproveitaram o conflito espanhol para provocar uma revolução bolchevista universal, a recente atitude do governo republicano não deixa de parecer como uma coincidência muito curiosa.

6. A única política que se impõe na hora atual é a de tratar de restituir à crise espanhola o seu caráter de guerra civil, apressando a retirada dos voluntários estrangeiros e o restabelecimento do controle das fronteiras. Isto permitiria reduzir, na medida possível, a duração da guerra. Tal política facilitará a ação atualmente desenvolvida por este país a fim de obter a cessação das hostilidades e abriria o caminho para uma mediação.

7. Do que não há dúvida é que a Grã-Bretanha, conjuntamente com o auxílio da França – embora este último país se veja dilacerado pelo choque de opiniões violentamente contrárias – constitui no momento europeu presente o mais firme baluarte da paz.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 28 JUN. 1938 • AHI 28/1/1

[Índice]: O conflito espanhol. Os bombardeios aéreos e a atitude da Grã-Bretanha.
N. 397

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 28 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

Comentando a insinuação feita pelo senhor Azarate, embaixador do governo de Barcelona, ao Foreign Office, e a gestão similar do seu colega junto ao Quay d'Orsay, sobre a eventualidade de represálias por parte do governo republicano espanhol contra o território dos países que fornecerem aviões e aviadores ao general Franco, o *Times*, de ontem, opinou que a lógica justificaria tais represálias. Lembra, a esse propósito, o citado jornal, que a imprensa italiana proclama abertamente a nacionalidade italiana dos aviões responsáveis. A situação das autoridades de Barcelona, acrescenta o *Times* é difícil pois não há dúvida de que boa parte da opinião pública republicana reclama medidas contra os constantes bombardeios por parte da aviação nacionalista.

2. Acha o *Times*, que fala com certa autoridade, que é necessário apressar a partida para a fronteira dos Pirineus da comissão encarregada de fazer um inquérito *in loco* sobre os bombardeios aéreos.

3. Consta que *sir* Alexander Cadogan, subsecretário de Estado permanente para os Negócios Estrangeiros, assegurou ao embaixador Azarate que a aludida comissão partiria brevemente.

4. A ameaça deste governo ao do general Franco de romper as relações comerciais com a Espanha nacionalista em vista dos contínuos ataques aéreos contra navios mercantes ingleses parece estar produzindo algum efeito em Burgos.

5. Os repetidos ataques sofridos pelos navios mercantes ingleses fizeram com que, mesmo entre os conservadores que apoiam integralmente o senhor Neville Chamberlain e que aprovam a sua política exterior, existia um certo mal-estar quanto às consequências ulteriores do abandono, embora temporário, de uma tradição secular de proteção à vida e aos bens dos súditos britânicos em alto-mar ou nos países estrangeiros.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 29 JUN. 1938 • AHI 28/1/1

[Índice:] O conflito espanhol. A política de não intervenção.

N. 404

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 29 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

Depois de uma longa e penosa discussão, as potências não intervencionistas concordaram ontem sobre os meios de financiar a retirada dos combatentes estrangeiros da Espanha.

2. Continuando, embora de modo mais moderado, a sua política de obstrução, o representante dos soviets declarou que o seu governo não estava disposto a pagar a parte dessas despesas que lhe competia, ou seja uma quinta parte do montante total. O governo dos soviets aceitava, entretanto, de pagar uma parte da sua cota.

3. As outras quatro potências – a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e a Itália – concordaram então em pagar cada uma a sua quinta parte e de dividir entre si a parte da despesa que os soviets deixarão de pagar.
4. Na hipótese de que o plano venha a ser aceito por ambas as partes em conflito, partirão brevemente duas comissões internacionais cuja tarefa será a de contar os combatentes estrangeiros do lado dos nacionalistas e dos governistas. Terminado esse trabalho, iniciar-se-á a retira proporcional e sistemática de ambos os lados.
5. Tudo depende, portanto, da aceitação, por ambos os lados, do plano que já assumiu uma feição prática.
6. O critério adotado será o seguinte: retirar-se-ão 10.000 combatentes do lado que tem menor número de voluntários estrangeiros a seu serviço; do lado adverso, que logicamente terá um número superior, proceder-se-á à retirada de um coeficiente proporcional e que evidentemente será maior. Tendo-se realizada a retirada dos mencionados contingentes conceder-se-á o direito de beligerância ao governo de Burgos.
7. Com o intuito evidente de pôr em dúvida o êxito do plano, o encarregado de Negócios dos soviets, senhor Kagan, sustentou que durante os últimos dezoito meses muitas decisões importantes do Comitê de Não Intervenção haviam sido praticamente anuladas por dificuldades técnicas suscitadas de propósito pelas partes interessadas. O diplomata soviético sugeriu que o custeio dos combatentes estrangeiros, depois de terminada a contagem dos mesmos e antes do respectivo embarque, fosse pago pelas autoridades de Burgos e de Barcelona, em proporção ao número de voluntários retirados.
8. Eis a situação atual da política seguida pelo Comitê de Não Intervenção. O futuro próximo mostrará se o plano terá execução prática. Nesse caso contribuirá sem dúvida para reduzir a duração do conflito espanhol, que, além de devastar o território da península Ibérica e de custar centenas de milhares de vidas humanas, tem sido e continua a ser um foco perigosíssimo para a paz europeia.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha

Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 30 JUN. 1938 • AHI 28/1/1

[Índice:] O conflito espanhol. O protesto do governo britânico contra o bombardeio de navios mercantes ingleses.

N. 406

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 30 de junho de 1938.

Senhor Ministro,

No meu ofício de ontem n. 404, resumi os resultados da última sessão do Comitê de Não Intervenção, realizada em 28 do corrente, em que foram estabelecidas, em princípio, as condições financeiras necessárias para o bom funcionamento do organismo encarregado do recenseamento e da retirada dos voluntários estrangeiros que combatem os dois lados do conflito espanhol.

2. Não é menos importante resolver o espinhoso problema causado pelos bombardeios aéreos sistemáticos empreendidos pela aviação nacionalista. Esse problema suscitou e continua a suscitar grandes dificuldades ao governo do senhor Neville Chamberlain. Depois dos últimos bombardeios de Valência e Alicante o agente do governo britânico junto ao governo de Burgos, *sir* Robert Hodgson, teve instruções de obter do general Franco uma resposta aos protestos repetidos que apresentara contra os bombardeios de navios mercantes ingleses que se achavam em portos espanhóis situados na zona das operações militares. Tivera ordem de regressar a Londres depois de receber a resposta do general Franco, ordem que foi interpretada na imprensa londrina como uma insinuação às autoridades de Burgos de que não mais voltaria *sir* Robert Hodgson a Burgos caso a resposta dada fosse julgada pouco satisfatória.

3. Reconhecendo tacitamente a quase aliança existente entre a Itália e a Espanha nacionalista, o gabinete de Downing Street deu instruções ao seu embaixador em Roma, *lord* Perth, para examinar com o conde Ciano, ministro das Relações Exteriores da Itália, a situação criada pela atuação da aviação nacionalista. Embora não haja informações oficiais a respeito dessas conversações, é patente que a iniciativa deste

governo foi motivada pelo seu conhecimento da grande influência exercida pela Itália sobre o governo do general Franco.

4. Os jornais de hoje confirmam essas suposições, reproduzindo trechos de um artigo da autoria do senhor Gayda, porta-voz oficioso do governo fascista, publicado no *Giornale d'Italia*, de 29 do corrente. Declara o senhor Gayda que o conde Ciano pode informar o embaixador *lord* Perth que o general Franco, por iniciativa própria, já havia tomado várias medidas que seriam de resultado benéfico para os interesses legítimos do governo britânico. Segundo diz o senhor Gayda, o general Franco proibiu o ataque de navios britânicos *in navigazione* – isto é, que não se achem ancorados nos portos espanhóis. Ordenou também que, tanto quanto possível, os aviões nacionalistas exercessem o maior cuidado em seus ataques aos portos republicanos a fim de não bombardear navios ingleses. Finalmente, consentiu em que fossem designados portos livres, isto é, portos que não seriam atacados pela aviação, para o uso do comércio legítimo, navegando sob a bandeira internacional. Disse-me o duque de Alba que Almeria seria um dos portos em questão.

5. *Sir* Robert Hodgson deve chegar em Londres na tarde de hoje com a resposta do general Franco. Essa resposta e as seguranças comunicadas, segundo o senhor Gayda, ao embaixador Perth, sobre a futura atitude das autoridades de Burgos, serão discutidas nestes dias pelo gabinete de Downing Street, o qual resolverá sobre se o seu agente, *sir* Robert, deve ou não voltar à Espanha nacionalista.

6. O que há de mais notável em tudo isso é o interesse do governo italiano em apressar, na medida do possível, a solução dos problemas relativos à Espanha. É patente o desejo do senhor Mussolini de fazer vigorar quanto antes o acordo anglo-italiano, acordo que, como Vossa Excelência sabe, só entrará em vigor depois do início da retirada dos combatentes estrangeiros – no caso, os italianos – da Espanha. Aliás o senhor Mussolini longe de dissimular esse desejo, manifestou-o abertamente, e a recente atuação da Itália no Comitê de Não Intervenção e com relação ao problema apresentado pelos ataques aéreos de cidades abertas – com especial interesse para os navios ingleses envolvidos nesses ataques – obedeceram a esse intuito.

7. Qual será o motivo do senhor Mussolini em querer apressar a entrada em vigor do acordo com a Grã-Bretanha? Embora a embaixada italiana nesta capital tenha desmentido os boatos segundo os quais a Itália estava procurando colocar um empréstimo na praça de Londres ou obter créditos do governo inglês, assim mesmo é possível que o senhor Mussolini necessite de recursos para os seus empreendimentos na

Etiópia. Consta, por outro lado, que a Itália se verá obrigada a importar grandes quantidades de trigo devido às más colheitas italianas. Finalmente – e talvez seja a explicação mais plausível – o chefe do governo italiano deve forçosamente desejar que se concretize o acordo com a Inglaterra, acordo que constitui, evidentemente, um trunfo nas suas relações com a Alemanha, vizinha e aliada um tanto incômoda e prepotente, sobretudo depois do *Anschluss*. Sem dúvida a Itália, no presente momento internacional, desejaria sentir-se tranquila no Mediterrâneo a fim de poder proteger os seus interesses na península Balcânica, ameaçada pela expansão comercial da Alemanha. Não obstante as declarações dramáticas do senhor Hitler, quando da sua visita a Roma, sobre a inviolabilidade da fronteira do Brenner, é natural que os italianos tenham uma certa apreensão desde que na sua fronteira do norte se encontrem tropas alemãs e não mais as forças de um pequeno estado qual a Áustria republicana.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

DESPACHO • 30 JUN. 1938 • AHI 419/2/3

Em 30 de junho de 1938.

LA/111/240.(611)²⁵

— Senhor Embaixador,

— Tenho a honra de acusar o recebimento da nota n. 97, de 28 de junho corrente, pela qual Vossa Excelência comunica a satisfação do governo de Sua Majestade

²⁵ Doc. LA/111/240.(611) é anexo de despacho datado de 06/07/1938, pelo qual a SERE remete à embaixada do Brasil em Londres cópia de notas trocadas com a embaixada da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro, no decorrer do mês de junho de 1938. (Despacho foi fotografado, renomeado lon-1938-07-06).

~~Britânica pela feliz terminação dos trabalhos de demarcação entre a Guiana Britânica e o Brasil.~~

~~2. — Muito agradeço a Vossa Excelência essa obsequiosa comunicação.~~

~~— Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.~~

Em nome do ministro de Estado:

Hildebrando Accioly

A Sua Excelência *Sir* Hugh Gurney, K.C.M.G., M.V.C.

Embaixador de Sua Majestade Britânica

[*Anexo*]

British Embassy

Rio de Janeiro

25th June, 1938.

N. 97

~~— Monsieur le Ministre,~~

~~— With reference to my note n[umber] 21 of January 26th last and to previous correspondence dealing with the survey of the boundary between British Guiana and Brazil, I have the honor, under instructions from His Majesty's Principal Secretary of State for Foreign Affairs, to request Your Excellency to convey to the Brazilian Government an expression of the appreciation of His Majesty's Government of the work accomplished by the Brazilian Commission during the past field season and their satisfaction at the completion of the field work in connection with the demarcation of this boundary.~~

~~— I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.~~

~~(For the Ambassador)~~

~~(Sd) W.R. Connor Green~~

~~His Excellency~~

~~Dr. Oswaldo Aranha~~

~~Minister for Foreign Affairs~~

~~Rio de Janeiro~~

v

TELEGRAMA²⁶ • 02 JUL. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Congratulações com o governo britânico pela terminação da demarcação da fronteira Brasil-Guiana Inglesa.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

À Embaixada do Brasil em Londres

Em 2 de julho de 1938.

46 – 71350 – Tendo o embaixador da Inglaterra aqui me enviado nota extremamente cordial de congratulações do seu governo com o governo brasileiro por motivo da terminação da demarcação da fronteira Brasil-Guiana Inglesa, lembro a V. Excelência a conveniência de passar nota a esse governo no mesmo sentido.²⁷ EXTERIORES

v

OFÍCIO • 06 JUL. 1938 • AHI 28/1/2

[Índice:] A situação na Palestina.

N. 421

²⁶ O documento possui diversas intervenções posteriores feitas a lápis.

²⁷ Trecho riscado do documento original que havia embaixo: “antecipando meus agradecimentos por esse obséquio.”²⁷

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 6 de julho de 1938.

Senhor Ministro,

Os recentes acontecimentos na Palestina estão proporcionando sérios cuidados ao governo britânico. O conflito entre os judeus e os árabes vai tomando proporções de uma verdadeira guerra civil. Os atos de terrorismo, os ataques contra as colônias agrícolas isoladas vão aumentando dia a dia. No dia 6 do corrente houve quarenta mortos e mais de cem feridos. Em Haifa, o importante porto petrolífero, um atentado no mercado árabe matou vinte sete pessoas.

2. As forças de polícia não puderam arcar com a situação e o governo britânico se viu obrigado a enviar vários batalhões para reforçar as duas divisões que já se acham no mandato. O encouraçado *Repulse* e o cruzador *Emerald* partiram para Haifa.

3. Os árabes iniciaram um movimento de greve geral sob o pretexto de protestar contra os incidentes de Haifa o que paralisou os serviços de transporte em Jerusalém. Consta que a agitação se vai estendendo à Transjordânia.

4. Não há dúvida que os acontecimentos atuais são muito mais graves do que os havidos até agora entre judeus e árabes. Seria interessante saber de onde vem os recursos que estão mantendo essa agitação e sem os quais o movimento árabe não poderia ter tomado o desenvolvimento atual. A imprensa inglesa alega que o Grande Mufti de Jerusalém continua a controlar, do seu retiro em Al-Zok, o movimento antibritânico e antissionista. Seja como for, a Grã-Bretanha se vê obrigada a enfrentar uma situação muito crítica e que, cada dia, vai tornando mais difícil o exercício do seu mandato na Palestina.

5. A verdade é que o governo britânico não conseguiu progresso algum na resolução do problema palestino e que todos os esforços da administração inglesa para reconciliar os interesses dos judeus e dos árabes não tiveram resultado algum.

6. Os judeus, baseando-se nas promessas que lhes foram feitas, reclamam energicamente o desenvolvimento do seu núcleo nacional, de acordo com a Declaração [de] Balfour. Os árabes, por sua vez, estão resolvidos a conservar o território que efetivamente ocupam desde há séculos. O projeto de divisão do território da Palestina, bem longe de apaziguar as paixões dos dois adversários, muito pelo contrário teve como resultado agravar a rivalidade entre os dois elementos e de exacerbar os ódios.

7. Quando, por ocasião dos distúrbios de 1937, as autoridades britânicas dissolveram o Alto Comitê árabe, prenderam os principais chefes do movimento e depuseram o Grande Mufti de Jerusalém, parecia que a resistência árabe havia sido aniquilada. O recrudescimento do terrorismo prova que assim não foi e a situação é hoje mais grave porque os judeus, por sua vez, também lançaram mão de meios violentos.

8. É indispensável, portanto, modificar o regime ora em vigor o que oferece, infelizmente, grandes dificuldades. Nem os judeus nem os árabes aceitaram as conclusões da Real Comissão britânica sobre o funcionamento do mandato. Como Vossa Excelência sabe a comissão chegou à conclusão de que as duas raças, representando duas civilizações tão fundamentalmente diferentes, não podiam coabitar no território da Palestina tal qual se acha organizado atualmente; foi o que a levou a indicar a conveniência de serem criados dois Estados independentes. Duas terças partes da Palestina ficariam reservadas para os judeus e uma terça parte para os árabes. Os dois Estados seriam separados por um “corredor” – essa curiosa invenção do Tratado de Versalhes – sob o protetorado da Grã-Bretanha. Este protetorado abrangeria as cidades santas e – o que mais importa à Inglaterra – o porto de Haifa.

9. O Comitê Permanente de Mandatos da Sociedade das Nações examinou o relatório da comissão britânica e o projeto relativo à constituição dos estados judeu e árabe, fazendo sérias objeções ao mesmo. O comitê opinou que os dois Estados palestinos independentes não poderiam manter, com os seus próprios recursos, a sua integridade territorial, o que teria graves consequências para a ordem pública e a segurança geral. A Liga sugeriu duas alternativas: a primeira, a organização da Palestina em cantões federados, sob o controle da potência mandatária, e a segunda, a criação de dois mandatos separados, um para os judeus e outro para os árabes.

10. O governo britânico tomou em consideração as objeções de Genebra e anunciou em janeiro último a constituição de uma comissão técnica, cuja tarefa seria a de modificar o primeiro projeto e de estudar detalhadamente as condições em que, eventualmente, se poderia dividir a Palestina.

11. Infelizmente a crise palestina se está desenvolvendo com uma rapidez tal que, sem medidas das mais enérgicas e imediatas por parte das autoridades britânicas, será difícil evitar o fracasso da política liberal e generosa iniciada pela Declaração Balfour.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

DESPACHO • 06 JUL. 1938 • AHI 419/2/3

[Índice]: Cópias de notas.

CC

Ministério das Relações Exteriores
Rio de Janeiro, 6 de julho de 1938.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores remete à embaixada do Brasil em Londres cópias de notas trocadas com a emb[axada] da Grã-Bretanha, nesta capital, no decorrer do mês findo.

[Anexo]

Em 30 de junho de 1938.

LA/111/240.(611)

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar o recebimento da nota n. 97, de 28 de junho corrente, pela qual Vossa Excelência comunica a satisfação do governo de Sua Majestade Britânica pela feliz terminação dos trabalhos de demarcação entre a Guiana Britânica e o Brasil.

2. Muito agradeço a Vossa Excelência essa obsequiosa comunicação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Em nome do ministro de Estado:

Hildebrando Accioly

A Sua Excelência *Sir* Hugh Gurney, K.C.M.G., M.V.C.

Embaixador de Sua Majestade Britânica

v

OFÍCIO • 07 JUL. 1938 • AHI 28/1/2

[*Índice:*] Relatório político do mês de junho. 3ª parte, de 21 a 30 de junho.

N. 422

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 7 de julho de 1938.

Senhor Ministro,

Com referência ao meu ofício nº 374, de 16 do corrente, sobre relatório político, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo ao presente, a parte 3ª do relatório político do mês de junho, relativa ao período de 21 a 30 do mês em curso.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha

Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*]:

Relatório político do mês de junho

3ª Parte – de 21 a 30 de junho de 1938

Relatório do Partido Operário sobre obtenção de gasolina de carvão

O Comitê do Partido Trabalhista, composto dos seguintes membros da Câmara dos Comuns: G. H. Hall, presidente; E. Dunn; E. Edwards; J. Griffiths; E. Shinwell; W. M. Watson e W. Whiteley, publicou, a 21 do corrente, o seu parecer sobre a possibilidade de obtenção de gasolina de carvão mineral. Os planos elaborados pelo

referido comitê proporcionariam trabalho para 11.500 desempregados, nas zonas mais afetadas pela crise. O plano estudado pelo comitê recomenda a construção de doze usinas para a extração da gasolina de carvão, usinas cuja construção custaria £17.500.000. Dessas usinas três seriam construídas no sul do País de Gales, três no condado de Lancashire, duas na Escócia, duas em Cumberland e uma em Durham. O comitê é de opinião que essas usinas desenvolveriam a procura do carvão inglês e forneceriam uma reserva de gasolina de importância vital na eventualidade de uma guerra. É de notar que o parecer do comitê é diametralmente contrário nas suas conclusões ao do Comitê Oficial Falmouth, o qual desaconselhou a construção de tais usinas.

Medida legislativa para a proteção da propriedade do Imperador Haile Selassie

O senhor Henderson, membro da Câmara dos Comuns, [*do*] Partido Trabalhista, pediu e obteve licença parlamentar para apresentar, em 22 do corrente, uma lei intitulada “Propriedades de Haile Selassie, Imperador da Etiópia”. A aludida lei procura resguardar os direitos do Imperador com relação aos móveis e imóveis de sua propriedade sob a jurisdição dos tribunais do Reino Unido e da Irlanda do Norte. Essa medida, se for aprovada, não deixa de ser bastante interessante em virtude das suas possíveis consequências políticas. O senhor Henderson, justificando a sua proposta, explicou que em março último o Imperador instituiu no Supremo Tribunal um processo para reaver da companhia Cable and Wireless cerca de £10.000, de acordo com um contrato existente entre o diretor dos Correios e Telégrafos da Etiópia – o qual agia em nome do Imperador – e a aludida companhia. Como o governo britânico havia reconhecido de fato o governo italiano como exercendo soberania sobre a Abissínia, o juiz opinou que ele não tinha jurisdição para resolver sobre os direitos do Imperador e sustou o processo. Nas circunstâncias atuais o Imperador não podia, portanto, reaver a mencionada importância, e na eventualidade de que o governo britânico venha a reconhecer de jure a soberania italiana sobre a Abissínia, o governo italiano, de acordo com a legislação inglesa, estabeleceria título sobre esse dinheiro.

A lei em questão, disse o senhor Henderson, impediria que o governo italiano pudesse reclamar para si pagamentos devidos a Haile Selassie, pois a medida estabelece que o Imperador “continua a ser considerado como o soberano de fato e de jure da Etiópia para todos os procedimentos legais referentes a propriedades atualmente sob a jurisdição dos tribunais britânicos”.

O conflito espanhol

A política de não intervenção

Com relação ao conflito espanhol o acontecimento mais importante havido nos últimos dez dias é o acordo realizado no Comitê de Não Intervenção sobre o financiamento da retirada dos combatentes estrangeiros da Espanha. Só depois de longas e penosas discussões é que as potências não intervencionistas concordaram em 28 do corrente sobre o aspecto financeiro da questão. Como o custo da retirada dos voluntários estrangeiros é orçado entre um milhão e um milhão e meio de libras esterlinas, esse acordo é de grande importância. O representante dos *soviets*, país que só dera a sua anuência ao plano inglês depois de muitas dificuldades, continuou na sua política de obstrução, não logrando, entretanto, impedir o acordo final. As outras quatro potências do Comitê – a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e a Itália – concordaram em pagar não somente a parte das despesas que lhes competia como ainda de dividir a cota que caberia aos *soviets*, e que estes se recusaram a pagar. Falta agora, para completar o acordo, o assentimento das demais potências pertencentes ao bloco não intervencionista, parecendo que não haverá maior dificuldade em conseguir seu *bene placit*.

É necessário, evidentemente, que o plano venha a ser aceito por ambas as partes no conflito. Na hipótese de que tanto Burgos como Barcelona concordem com o plano do Comitê de Não Intervenção, duas comissões internacionais serão enviadas à Espanha, com a tarefa de contar os combatentes estrangeiros a serviço dos nacionalistas ou incorporados nas forças republicanas. Terminado esse recenseamento iniciar-se-á a retirada proporcional e sistemática de ambos os lados.

O critério adotado para a retirada dos combatentes estrangeiros será o seguinte: do lado que tiver menos número de voluntários retirar-se-ão 10.000 combatentes, e do lado adverso, que terá, logicamente, um número superior a seu serviço, retirar-se-á um coeficiente proporcional evidentemente maior. Este é, em teoria, o processo que será aplicado para efetuar a retirada dos combatentes estrangeiros, havendo certa dúvida quanto à praticabilidade do mesmo. Uma vez realizada a retirada dos aludidos contingentes, conceder-se-á o direito de beligerância tanto ao governo de Burgos como ao de Barcelona.

As vantagens que decorrerão da concessão dos direitos de beligerância são evidentes no caso do governo de Burgos. Este último domina as águas que banham a

costa espanhola que ainda se acha em poder do governo republicano, e as forças navais nacionalistas poderão exercer legalmente o bloqueio da Espanha republicana. Como a Alemanha, e, sobretudo, a Itália têm um interesse patente na vitória do general Franco, é lícito acreditar que estes dois países apressarão a execução prática do plano elaborado pelo Comitê de Não Intervenção, a fim de conseguir a concessão de beligerância ao governo nacionalista. O governo de Barcelona, por sua vez, talvez espere que o reconhecimento de beligerância lhe faculte a importação legal de armamentos, e verá com satisfação o enfraquecimento em pessoal das forças nacionalistas, em consequência da retirada dos contingentes italianos e alemães.

v

OFÍCIO • 07 JUL. 1938 • AHI 28/1/2

[Índice:] O conflito espanhol. Aprovação do plano inglês pelo Comitê de Não Intervenção.

N. 424

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 7 de julho de 1938.

Senhor Ministro,

Na sessão plenária realizada ontem nesta capital, sob a presidência de *lord* Halifax, principal secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, o Comitê de Não Intervenção aprovou definitivamente, e com unanimidade de votos dos vinte seis países representados, o plano inglês sobre a retirada dos voluntários estrangeiros. Esse plano prevê ainda, como Vossa Excelência sabe, o restabelecimento do controle internacional das fronteiras terrestres e marítimas e, bem assim, o reconhecimento da beligerância aos dois partidos no conflito espanhol.

2. O plano em questão foi apresentado em julho de 1937, e a sua aceitação, depois de tão longas e difíceis negociações, representa uma grande vitória para *lord* Plymouth, presidente do comitê.

3. A política de não intervenção teve que sustentar rudes ataques durante este ano de negociações e resistiu a imensas dificuldades. De um lado a Alemanha e a Itália auxiliavam abertamente o general Franco. Do outro a Rússia soviética, sob o manto da

III Internacional, amparava o governo republicano de Barcelona. Na França, e mesmo neste país, os elementos da esquerda desenvolviam intensa campanha a favor da Espanha republicana. Inúmeras vezes o comitê viu-se na iminência de perder todas as vantagens tão penosamente alcançadas, mas não obstante todas essas dificuldades, pouco a pouco, a parte essencial do plano inglês triunfou, e a data de ontem marca um passo decisivo no caminho da solução do conflito que está ensanguentando a península Ibérica.

4. Evidentemente a execução do plano, cujos detalhes tive a honra de narrar a Vossa Excelência no meu ofício anterior n. 404, de 29 de junho último, tomará algum tempo. O governo britânico já informou às autoridades de Burgos e de Barcelona da aprovação do plano pelo Comitê de Não Intervenção. Acredita-se aqui que ambos darão seu assentimento ao mesmo.

5. Calcula-se que o recenseamento dos combatentes estrangeiros e o início efetivo da retirada e da repatriação dos mesmos leve de seis semanas a dois meses. Isto é, antes de que se achem realizadas as condições impostas para a concessão dos direitos de beligerância, estaremos, na melhor das hipóteses, em princípios de setembro. Até então é muito provável que os acontecimentos bélicos tenham sido decisivos e que a execução do plano seja relativamente de pouco interesse. Seja como for, o acordo realizado entre as potências não intervencionistas impedirá que se dê alguma surpresa de efeitos desastrosos. Pode-se considerar, sem otimismo exagerado, que se afastou o perigo do conflito espanhol degenerar em guerra europeia, e isto justifica plenamente a política de não intervenção. A Grã-Bretanha e a França, iniciadoras dessa política, fazem, assim, jus à gratidão da Europa e do resto mundo.

6. A política de não intervenção, com todas as suas falhas e não obstante todos os erros cometidos, resguardou a Europa das repercussões de uma guerra civil que havia tomado a feição de um conflito internacional em consequência das ideologias contrárias que animam os dois adversários.

7. Embora a continuação do conflito constitua um grande obstáculo para o apaziguamento da Europa, assim mesmo o acordo ontem realizado permite prognosticar melhores perspectivas. Sob o ponto de vista das repercussões na política interna deste país, a aprovação do plano inglês constitui um triunfo para a política do senhor Neville Chamberlain, triunfo de que este se vê muito necessitado, visto os abalos que sofreu o seu gabinete nos últimos tempos. Refiro-me à demissão de *lord* Swinton, ministro da Aviação, demissão que foi imposta ao primeiro-ministro pelos seus próprios aderentes,

e, mais recentemente, às consequências do discurso pronunciado pelo senhor Chamberlain em Kettering, quando ofendeu os interesses dos agricultores ingleses.

8. A retirada de um coeficiente substancial de combatentes estrangeiros é ligada intimamente, como Vossa Excelência sabe, à entrada em vigor do acordo anglo-italiano, acordo cuja iniciativa cabe inteiramente ao ministro Chamberlain. Tudo indica que tanto do lado da Grã-Bretanha como do da Itália existe o desejo sincero de que o dito ajuste possa começar a vigorar quanto antes. Há, entretanto, duas incógnitas no presente momento da política europeia: a primeira é a atitude da Alemanha, a segunda, a da Rússia soviética.

9. No que diz respeito ao Reich, consta de várias fontes que o Estado nacional-socialista, desejoso de prejudicar o pacto anglo-italiano, pacto subordinado à solução parcial da questão dos voluntários, tem enviado armas e munições ao governo de Barcelona a fim de retardar a vitória definitiva do general Franco. Embora tal coisa pareça à primeira vista absurda em vista do credo nacional-socialista, inimigo feroz das ideias representadas pelo governo de Barcelona, não é de todo impossível que a Alemanha assim tenha ou esteja procedendo, obedecendo, como em ocasiões anteriores tem obedecido, às injunções do que ela chama *Realpolitik*. Ora, não obstante as declarações do governo britânico, quando iniciou as conversações anglo-italianas, de que não visava com isso separar a Itália da Alemanha, esta não pode deixar de ver com certo receio tal aproximação, a não ser que espere poder, por sua vez, interpor um cunho entre a Inglaterra e a França. Esta última esperança deve, entretanto, parecer bastante vã aos dirigentes do Reich, os quais acompanharam o recente estreitamento dos laços que ligam as duas grandes democracias europeias.

10. A potência semi-asiática dos *soviets*, por sua vez, só pode ver com desagrado o começo da solução do conflito na Espanha, conflito que para ela representava um foco aceso, capaz de incendiar o continente europeu. Do mesmo modo, deve acompanhar com pouca boa vontade o progresso da política do chefe do governo inglês no sentido de resolver os problemas anglo-italianos no Mediterrâneo e no Próximo Oriente. Enquanto as águas daquele mar permaneçam turvas, Moscou tem maior probabilidade de êxito na sua política sempre nefanda, agindo tanto por intermédio dos seus agentes diplomáticos como por meio da famosa III Internacional.

11. Os próximos meses mostrarão até que ponto esses dois fatores conseguirão alterar ou impedir a solução dos problemas europeus de maior urgência: a limitação do

conflito espanhol e o entendimento definitivo entre a Inglaterra e a Itália, entendimento que seria seguido, forçosamente, de um acordo entre este último país e a França.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 09 JUL. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Conferência do Açúcar

Da Embaixada em Londres
Em 9 de julho de 1938.

85 – SÁBADO – 15hs.00 – URGENTE – A sessão do Conselho de Açúcar foi adiada para a manhã de quarta-feira próxima, na impossibilidade de encontrar fórmula equitativa para a redução geral das cotas de exportação no próximo ano açucareiro. A resposta atualmente em estudos no Conselho, além da redução de 5%, em conformidade com o artigo XXI do acordo, sugere o corte suplementar e progressivo de 2% a 25%. Os países cujas cotas de exportação aos mercados livres fossem inferiores a 10% da sua produção seriam atingidos pelo máximo e os cuja exportação fosse superior a 80% da sua produção, pelo mínimo. O Brasil, achando-se na primeira categoria, teria de sacrificar ainda quinze mil toneladas. Contra essa proposição, apoiada por grande número de delegações, o delegado do Brasil opôs resistência, em obediência às instruções de Vossa Excelência contidas no telegrama n. 43. Diante da seriedade da situação, o Conselho apelou para todos os governos fazerem um último esforço para salvar a Conferência do fracasso, tanto mais que o governo britânico ameaça aumentar a cota preferencial do Império britânico, em detrimento dos mercados livres, não conseguindo a Conferência reduzir, agora, a cota total no próximo ano açucareiro a 480.000 toneladas. Rogo

responder com urgência qual o sacrifício máximo que poderá fazer o Brasil. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 11 JUL. 1938 • AHI 28/1/2

[Índice:] Relatório político do mês de julho. 1ª parte, de 1º a 10 de julho.

N. 429

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 11 de julho de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo ao presente, a parte 1ª do relatório político do mês de julho, relativa ao período de 1º a 10 do mês em curso.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo]:

Relatório político do mês de julho

1ª Parte – de 1º a 10 de julho de 1938

O Tratado Naval de Londres.

O ministro da Marinha, senhor Duff Cooper, informou à Câmara dos Comuns, em 30 de junho último, que os representantes do Reino Unido, da França e dos Estados Unidos haviam assinado um protocolo adicional ao Tratado Naval de Londres, de 1936, estabelecendo novos limites para o deslocamento das unidades navais, passando de

33.000 a 45.000 toneladas. O calibre máximo dos canhões continuará a ser de dezesseis polegadas.

O senhor Duff Cooper disse que outro protocolo, de caráter semelhante, fora assinado em 30 de junho último, entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. Esperava que o governo soviético aderisse brevemente. O governo de Sua Majestade, acrescentou o senhor Cooper, havia informado [a] todas as potências com as quais a Grã-Bretanha tinha acordos navais que não tencionava, por enquanto, construir navios de guerra de deslocamento superior a 45.000 toneladas, manifestando a esperança que as demais potências europeias se abstivessem igualmente de construir unidades de maior tonelagem. O ministro da Marinha afirmou que as duas unidades capitais previstas no programa naval de 1938 seriam armadas de canhões de 16 polegadas e não passariam de 40.000 toneladas.

Política interna – O caso Sandys

Em 27 de junho último o procurador-geral, de ordem do governo, solicitou do deputado Duncan Sandys esclarecimentos sobre a fonte de certas informações relativas a um projeto de interpelação parlamentar, comunicado pelo senhor Sandys ao ministro da Guerra, por serem essas informações de caráter secreto e, portanto, recaindo sob a lei concernente [a]os segredos oficiais (*Official Secrets Act*).

Em 27 de junho a Câmara dos Comuns ouviu uma declaração do deputado Sandys a respeito das circunstâncias em que se havia dado a intervenção do procurador-geral. O senhor Sandys, que é segundo tenente de artilharia do exército territorial, disse que chamara a atenção do senhor Hore Belisha, ministro da Guerra, sobre a grave deficiência em canhões antiaéreos. O senhor Hore Belisha contestou a exatidão dessas informações e o senhor Sandys anunciou que mandaria ao Ministério da Guerra dados precisos. No seu caráter de membro da Câmara dos Comuns, o senhor Sandys elaborou então o projeto de uma interpelação parlamentar sobre o assunto, e enviou esse projeto ao ministro Hore Belisha, acompanhado de uma carta. Recebendo apenas aviso do recebimento da sua carta, teve instruções de apresentar-se ao procurador-geral. Este lhe declarou que o Ministério da Guerra era de opinião que as informações contidas no aludido projeto de interpelação eram secretas e, assim, atingidas pelo *Official Secrets Act*. Em virtude da mencionada lei, o senhor Sandys era obrigado, disse o procurador-geral, a declarar a fonte dessas informações.

Essa declaração, com outros detalhes de menor importância, foi ouvida com muito interesse pela Câmara dos Comuns, cujo *speaker* opinou que era importante esclarecer a situação dos membros da Câmara dos Comuns com relação ao *Official Secrets Act*, e a aplicabilidade dessa lei aos membros quando no exercício das suas funções parlamentares.

O primeiro-ministro anunciou no dia seguinte, 28 de junho, que o governo havia resolvido formar um comitê especial para examinar as alegações do deputado Sandys contra o procurador-geral e o ministro da Guerra, e para considerar o caso em relação aos membros do Parlamento.

No mesmo dia o Ministério da Guerra anunciou a constituição de um tribunal militar para investigar as circunstâncias em que se haviam revelado informações de caráter secreto sobre a defesa antiaérea.

É interessante lembrar aqui que o deputado Sandys é genro do senhor Winston Churchill, que está em oposição pessoal ao senhor Chamberlain. No dia 29 parecia que o caso Sandys daria motivo a uma crise constitucional. Nessa data o aludido deputado apresentou ao *speaker* da Câmara dos Comuns uma reclamação contra o fato de haver sido intimado pelo já mencionado Tribunal Militar, afirmando que tivera ordens de apresentar-se de uniforme. Alegou o senhor Sandys que isto violava as prerrogativas parlamentares. O *speaker* decidiu que o senhor Sandys havia estabelecido *prima facie* a existência de uma violação de prerrogativas parlamentares, e o primeiro-ministro submeteu à apreciação da Câmara uma moção, que foi aceita, referindo o caso ao Comitê de Prerrogativas, dando, outrossim, a entender que o processo do Tribunal Militar ficaria suspenso no que dizia respeito ao deputado Sandys.

O apelo do senhor Sandys deu ensejo a grandes discussões e forneceu uma oportunidade à oposição para atacar o governo Chamberlain. Os deputados Attlee, chefe da oposição, e Ede, que apoiaram o senhor Sandys, citaram a respeito antigas leis do país, entre outras o “Protesto de 1621”. Continuaram os debates no dia seguinte, depois de haver o senhor Chamberlain declarado que o Comitê de Prerrogativas havia decidido unanimemente que a citação do deputado Sandys para apresentar-se diante de um Tribunal Militar constituía uma violação das prerrogativas parlamentares.

O primeiro-ministro declarou em seguida que o governo não poderia manifestar a sua atitude quanto à situação dos membros do Parlamento em face do *Official Secrets Act* antes de ouvir o parecer do Comitê Especial. Evidentemente, disse, [que] informações secretas conseguidas pelos membros do Parlamento poderiam ser usadas

de modo benéfico para os interesses da nação, mas também poderiam ser utilizadas em prejuízo da segurança do país. O problema era reconciliar o direito à liberdade da palavra com as necessidades imperiosas da segurança do reino.

O senhor Hore Belisha, ministro da Guerra, interveio no debate para explicar o ponto de vista do seu Ministério e disse que, em vista da importância das informações de caráter altamente secreto contidas no projeto da pergunta que lhe fora enviado pelo deputado Sandys, resolveu submeter o assunto à apreciação do primeiro ministro. Este lhe aconselhou [a] apresentar os fatos ao procurador-geral.

Concordando com o primeiro-ministro quanto à necessidade de reconciliar o direito à liberdade da palavra com as exigências da segurança do país, os senhores Attle e Archibald Sinclair, chefes, respectivamente dos Partidos Trabalhista e Liberal, opinaram que isto era antes uma questão prática do que teórica. Afirmando que os membros do Parlamento não abusavam dos seus privilégios quando exerciam os seus direitos, declararam que era perigoso confundir os interesses da nação com os interesses de um partido político que se achava no governo. Tal confusão se aproximava do conceito errôneo do Estado imperante nos países fascistas.

Não há dúvida que o primeiro-ministro cometeu um grave erro quando aconselhou ao seu ministro da Guerra submeter o caso das informações contidas na interpelação do deputado Sandys ao procurador-geral. É difícil compreender porque o senhor Chamberlain não tratou de resolver o assunto em conversa amistosa com o referido deputado. Possivelmente influenciou na sua atitude o fato de ser o senhor Sandys aparentado por casamento com a família do senhor Winston Churchill, seu adversário político.

Acordo anglo-alemão sobre as dívidas alemãs e austríacas

Como resultado das negociações anglo-alemãs realizadas nesta capital, segundo anunciou à Câmara dos Comuns *sir* John Simon em 1º de julho, a Alemanha concordou em assumir plena responsabilidade pelos pagamentos da dívida austríaca. Sem aceitar a responsabilidade legal da dívida, o governo alemão reembolsará o governo britânico das quantias pagas como garantia dos empréstimos alemães e austríacos e [a]ssegurará o serviço integral dos títulos desses empréstimos em poder de portadores ingleses na data de 1º de julho de 1938.

No que diz respeito ao serviço futuro das outras dívidas a longo prazo da Alemanha e da Áustria, o Reich continuará os pagamentos, dando-se, entretanto, uma redução das taxas de juros.

Os principais empréstimos cujos juros se acham assim reduzidos são os seguintes:

Empréstimos Dawes – de 7% a 5%;

Empréstimo Young – de 5 ½% a 4 ½%;

Empréstimo da Cidade de Saarbrücken – de 6% a 4 ½%;

Empréstimo austríaco de 1930 – de 7% a 5%.

Uma quantia correspondente à redução dos juros será paga pelo Reich e será utilizada na amortização dos referidos empréstimos.

O serviço dos empréstimos do governo alemão de 4% *Funding Bonds*, e o do governo austríaco *Credit Anstalt Bonds*, na parte que diz respeito aos títulos de propriedade inglesa, será continuado na íntegra. Com relação às demais dívidas alemãs chegou-se a um acordo provisório que prevê o pagamento, durante dois anos, dos respectivos cupons, juros etc. com uma redução de 50% do seu montante nominal, estabelecendo um máximo de 4% de juros.

Com relação ao comércio anglo-alemão, o chanceler do Exchequer declarou que a Alemanha concordou em rever as importâncias fixadas pelas autoridades alemãs para as importações provenientes da Inglaterra, de modo a não prejudicar a exportação inglesa para o Reich. É sabido que a Alemanha exporta muito mais para a Inglaterra do que importa deste país, e assim o superávit em favor da Alemanha, em libras esterlinas, resultante do intercâmbio comercial, será utilizado para os pagamentos dos empréstimos e das dívidas acima citados. Se, entretanto, as disponibilidades em libras esterlinas decorrentes desse intercâmbio não bastarem para esses pagamentos, o governo alemão poderá solicitar do governo inglês a redução das importâncias fixadas para o pagamento de importações de origem britânica.

Política externa – o conflito espanhol

O Comitê de Não Intervenção, em sessão plenária de 6 de julho, sob a presidência do Viscount Halifax, principal secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, aprovou definitivamente, por unanimidade de votos dos vinte seis países representados, o plano inglês para a retirada dos combatentes estrangeiros. Este plano, apresentado ao Comitê em julho de 1937, subsiste nas suas linhas gerais, e prevê, além

da retirada dos voluntários estrangeiros que combatem nas fileiras nacionalistas e republicanas, o restabelecimento do controle internacional das fronteiras terrestre e marítima da Espanha e, finalmente, o reconhecimento da beligerância aos dois partidos em conflito.

A aprovação do plano pelo Comitê já foi comunicada oficialmente pelo governo britânico às autoridades de Burgos e de Barcelona, alimentando-se a esperança que ambos deem o seu assentimento.

O recenseamento dos combatentes estrangeiros e o início efetivo da retirada e da repatriação dos mesmos, segundo os cálculos dos peritos, levará de seis semanas a dois meses. Assim, somente em princípios de setembro se achará realizada, na melhor das hipóteses, a condição imposta no plano para a concessão dos direitos de beligerância. O acordo anglo-italiano que está intimamente ligado a esse problema não poderá, portanto, entrar em vigor antes dessa data. A Itália, desejosa de ver vigorar quanto antes o aludido pacto, está envidando todos os esforços para obviar a dificuldade apresentada pela cláusula do acordo que torna a entrada em vigor do mesmo dependente da retirada das forças italianas atualmente na Espanha. Este governo, entretanto, a braços com o problema criado pelos bombardeios aéreos de navios ingleses nas águas espanholas, e receoso de ver consolidada influência da Itália na península Ibérica, não pode transigir no que diz respeito à execução da aludida condição. Parece, aliás, que o relatório apresentado por *sir* Robert Hodgson, agente britânico junto ao governo de Burgos, quanto ao desenvolvimento das atividades da Alemanha e da Itália no território espanhol sob o controle do general Franco, é de natureza a demover o governo britânico de qualquer anuência aos desejos italianos.

A situação na Palestina

As colunas principais dos grandes jornais londrinos desde há alguns dias, são dedicadas, já não mais às peripécias do conflito espanhol ou à atividade do Comitê de Não Intervenção, e sim à situação da Palestina que se vai agravando de momento a momento. As forças policiais e militares em guarnição naquele território mostraram-se insuficientes para manter a ordem, e a atividade dos terroristas obrigou o governo inglês a enviar reforços do Egito. Em aditamento, vários batalhões em guarnição nestas ilhas já tiveram ordem de seguir para a Palestina. Para as mesmas paragens zarparam algumas unidades da marinha de guerra. Afirma-se nos jornais que os atentados praticados são a obra de um pequeno grupo de terroristas, e que a grande parte da população árabe

permanece ordeira. De qualquer modo a situação é bastante grave, e constitui mais um problema espinhoso e cuja solução definitiva é difícil conceber.

v

TELEGRAMA²⁸ • 12 JUL. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Conferência do açúcar.

MUITO URGENTE²⁹

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

À Embaixada do Brasil em Londres

Em [12] de julho de 1938.

47 – 31540 – Resposta ao telegrama número 96. É absolutamente inaceitável o corte de 25% sobre a cota de 60 mil toneladas. Caso não seja possível uma alteração na fórmula proposta que seja mais favorável ao Brasil, pode ser adotada uma redução de 5%, além [da de]³⁰ 5% já feita. Só em última hipótese poderemos chegar até 15% de redução, sempre a título precário, mantendo-se para o futuro a cota integral estabelecida no acordo. De outro modo não convém aceitar nenhum compromisso. Rogo chamar a atenção do Conselho: 1º) que a média de exportação do Brasil, no período 1900/1938, tem sido de 65.500 toneladas; 2ª) que exportamos em 1935 e 1936, isto é, em períodos normais, respectivamente 85 e 90 mil toneladas, pelo que pleiteamos uma cota de 80 e não de 60 como foi fixada pelo Conselho; 3º) que cooperamos no sentido de uma política de restrição da produção, a qual está limitada, no Brasil, a pouco mais de 12 mil sacas; 4º) que, pelo exposto, não é justa a redução de 25% na cota do Brasil, ainda mais quando Cuba elevou a sua produção em cerca de 16%, e Java em 140%, no período de 1935/38, e ambos teriam na fórmula proposta uma diminuição de 2% apenas.

EXTERIORES

Expedido em 12 de julho de 1938 via rádio.

²⁸ O documento possui diversas intervenções posteriores feitas a lápis.

²⁹ Intervenção a caneta.

³⁰ Intervenção a caneta que substitui a palavra originalmente contida no documento: “dos”.

DESPACHO • 12 JUL. 1938 • AHI 419/2/3

[Índice:] Dívida externa.

SE/61/822.3(00)

Ministério das Relações Exteriores
Rio de Janeiro, 12 de julho de 1938.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência a inclusa cópia do aviso no Ministério da Fazenda n. 65, de 7 do corrente, sobre o pagamento do cupom do *foundig-loan* de 1931, assunto que deu origem ao telegrama dessa embaixada n. 59, de 12 do último mês de abril.

2. Pelo referido aviso se verifica que não tinha fundamento os comentários publicados nos matutinos dessa capital a respeito da aplicação dos fundos enviados aos banqueiros N. M. Rotschild & Sons para aquele fim.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mui distinta consideração.

Em nome do ministro de Estado:

Hildebrando Accioly

A Sua Excelência o Senhor Raul Régis de Oliveira
Embaixador do Brasil em Londres

[Anexo]

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

Correspondência Recebida

Extract from letter addressed to his majesty's ambassador³¹

~~As the representative in Brazil of the Brazil Exporters Limited, of St. John's Newfoundland, which is composed of the most important firms of exporters of codfish~~

³¹ "C.C.T./7/7/38." No canto inferior esquerdo.

~~from that country, I take the liberty of submitting to Your Excellency's attention the serious handicaps suffered by the trade in Brazil, due principally to excessively heavy taxes imposed on the product.~~

~~——— Codfish is imported principally from New foundland and to a very much lesser degree, also from Scotland. The product is consumed to a large extend by the poorer classes, principally in the north-eastern part of Brazil, and to a lesser extend, in the State of São Paulo. Of recent years, quantities imported have been constantly on the decrease, owing, partly to increase of taxes, which has resulted in the increase in the cost price to the importers, and eventually to the consumers, to a point where the cost is well nigh prohibitive to the bulk of the consumers, who are as already stated, of the poorer classes.~~

~~——— As the beginning of the present year, new taxes were imposed: firstly, one amounting to \$400 (four hundred *réis*) per kilo gross weight — since reduced to two hundred *réis* per kilo gross weight — as an Excise Tax; and secondly, a further \$300 (three hundred *réis*) per kilo, net weight, destined, according to the Decree Law which imposed it, to development and protection of the national fishing industry in general. Both these taxes are levied upon entry of the merchandise into the country, and are payable concomitantly with import duties, which are a further heavy onus.~~

~~——— These two taxes combined represent seven shillings per drum; import duties account for a further seven shillings and three pence, and there is a further 3% of invoice value (in common with all other importations) payable when cover in exchange is supplied by the Banco do Brazil [*sic*] for liquidation of the transaction. Taking thirty-four shillings as the c.i.f. cost of a drum of codfish, this represents a further one shilling per drum. Therefore, the total taxes levied on each drum of codfish imported to Brazil is, roughly, fifteen shillings and three pence which is nearly 50% of the c.i.f. cost of the merchandise.~~

~~——— I beg to point out that the obvious advantages of a reduction in Brazilian taxes on codfish would be of mutual benefit to Newfoundland and Brazil. The fisher in Newfoundland cannot possibly operate and subsist, at the price level necessary to sell fish to Brazil to reach the bulk of the country's consuming market; on the other hand, the consumer in Brazil cannot possibly pay the price for codfish at the high level at which it must stand, if the present exorbitant taxes are maintained, and he must consequently turn to other, and probably less desirable, substitutes. It is pertinent to remark, at this point, that the production of national dry fish, as a substitute for codfish,~~

~~is as yet in its infancy, and supplies are almost negligible, so that it must be many years before adequate supplies of such national products can be relied on to take the place of codfish.~~

~~——— In the opinion of many people in Bahia, the measures taken by the Brazil an Government, creating two excessively high taxes on codfish, are a mistake. It is not expected, by what is known about the seas around the Brazilian coast, that the national fisheries will be developed to such an extent, as respects dried fish, as to substitute codfish. The result will be that the cost of living will be increased, those hardest hit being just those classes who can least afford to suffer such increases in expenditures, namely the poor and lower middle classes.~~

[*Anexo*]

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
Correspondência Recebida
Aide Memoire

~~——— His Majesty's Ambassador duly forwarded to the Foreign Office the memorandum which he received from the Brazilian Government date May 5th, 1938, in regard to the suspension of the servicer of the Brazilian foreign debt.~~

~~——— He has now been instructed by His Majesty's Principal Secretary of State for Foreign Affairs to communicate to His Excellency the Minister for Foreign Affairs the enclosed memorandum prepared by the Council of Foreign Bondholders in reply.~~

~~British Embassy — Rio de Janeiro — 18th July 1938.³²~~

[*Anexo*]

Memorandum

1. ~~——— The Council of Foreign Bonholders have received through the Foreign Office a translation date Rio de Janeiro 5th May, 1938, of a memorandum on the subject of the Brazilian external debt, which has handed to the British Ambassador by the Minister for Foreign Affairs.~~

³² "C.C.T./23/7/38." À esquerda.

2.— ~~The council had hoped that this memorandum, which had been awaited for several months, might contribute towards the solution of the problem. The must confess to a feeling of grave disappointment at finding that it deals almost entirely in generalities and provides no excuse which they can consider adequate for the total default by Brazil on the external debt.~~

3.— ~~In the first place it deals almost exclusively with the external position and offers no explanation why the budgets of the Federation and the States, most of which have been steadily increasing in the last five years, should not provide the necessary mil reis for the greatly reduced payments of the Aranha scale on loans, most of which are specifically secured on revenues or assents which more than cover their original service and far more than cover the reduced service. For example the Federal revenues in recent years are as follows:~~

1933	2,095,785 contos
1934	2,479,013 contos
1935	2,722,693 contos
1936	3,127,460 contos
1937	3,198,466 contos
1938	3,832,623 contos

4.— ~~In the second place, while it is true that the external receipts of Brazil are now less than they were in the exceptional period between 1920-1930, that fact has already been allowed for in the reduction allowed in the 1934 Aranha scale from about £22 millions to about £9 millions.³³~~

5.— ~~To make a case even for a reduction, not to speak of the complete suspension, of the Aranha scale, the Brazilian Government would have to show that since 1934 their foreign resources had been so substantially reduced as compared to the reduced claims upon them for debt service as to justify a claim that they were incapable of paying.~~

~~— In point of fact Brazilian exports have never been so high in volume as in 1937 when the total was about 50% higher than in 1934. It is of course true that there have recently been considerable falls in the price of coffee and certain other Brazilian exports, but this fact does not necessarily prove that the total foreign exchange proceeds of Brazilian exports has been diminished or will not continue to increase. The total~~

³³ "C.C.T./22/7/38" na parte inferior esquerda.

exchange receipts have in fact been more than maintained by an increased volume of exports, and by the increasing importance of cotton exports which were negligible at the time of the preparation of the Aranha plan.

—There is good reason to hope that this tendency will increase still further.

Brazilian Exports (£ million sterling) were:

1933	1934	1935	1936	1937
£52.6	£58	£55.0	£64.5	£70.2

6. —The memorandum speaks of a “considerable restriction of imports”. But the figures show no sign of any restriction. On the contrary, they show considerable increases of imports, as follows:

(£ million sterling)

1932	1933	1934	1935	1936	1937
£30.5	£41.5	£41.9	£45.9	£49.7	£66.9

7. —Incidentally, whatever may be the temporary difficulty of exchange, there seems no reason to justify the withholding from bondholders of balances destined for loan service, which have in fact already been transferred and are in the hands of paying agents.

8. —The Council note from paragraph 8 (c) that the Brazilian Government recognize the importance to themselves and the value of their trade of imports of foreign capital. But their own treatment of foreign capital — of which the present default is a striking example — must in itself result in discouraging such import.

9. —It may well be that Brazilian is in need of internal equipment, but the memorandum gives no figures to show the extent of such needs or of the actual possibilities of providing such goods in a given period. Apart from the question of other Brazilian resources such as gold available for special needs, it is difficult being the approximate cost of the external debt in the last year of the Aranha Plan, or to reconcile such a programme with the destruction of Brazilian foreign credit, which is being caused by her default.

10. —In recent years the import of internal equipment has been financed to a large extent abroad, e.g. by the Metro-Vickers contract. Unless Brazil takes prompt steps to restore her credit, many years must elapse before her reasonable needs can be similarly financed in the future, except on extravagant and unsatisfactory terms.

~~11.— Whatever may have been the immediate causes of the exchange scarcity last winter, and some at least of them seem due to faulty management in Brazil, bondholders would not have refused, if properly approached, to deal with a temporary situation. But the Brazilian Government made no efforts at such an approach, suggested no programme for improving the situation, and even now have set out no considered statement of what they believe to be, over the next year or so, their essential exchange requirements as compared with their liabilities.~~

~~London, 8th June, 1938.~~

~~[Anexo]~~

~~British Embassy~~

~~Rio de Janeiro,~~

~~3rd August, 1938.~~

~~No. 116~~

~~— Monsieur le Ministre,~~

~~I have the honour to inform Your Excellency, under instructions from His Majesty's Principal Secretary of State for Foreign Affairs, that as a result of the recent decision of His Majesty's Government to allow the importation of bacon and frozen pork from Uruguay into the United Kingdom for processing and subsequent re-export, His Majesty's Government have received applications from bacon importers who have not previously been in the Brazilian bacon trade to be allowed to import bacon from Brazil into the United Kingdom on conditions similar similar to these applicable in the case of importers of bacon from Uruguay.~~

~~2.— His Majesty's Government have now decided to allow the importation of Brazilian bacon for processing in the United Kingdom³⁴, on the understanding that the total quantity will subsequently be re-exported and that His Majesty's Government are supplied by the importing firms with the information necessary to check the quantities imported.~~

~~I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurance of my highest consideration.~~

³⁴ No trecho em itálico o texto parece ter sido escrito posteriormente.

His Excellency

~~Dr. Oswaldo Aranha,
Minister for Foreign Affairs,
Rio de Janeiro.~~

[Anexo]

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

Correspondência Recebida

Aide Memoire³⁵

~~British Embassy Rio de Janeiro 28th September 1938.~~

~~His Majesty's Ambassador has been instructed to communicate to the Brazilian Government the following statement which was issued by the Prime Minister on September 27th:~~

~~"I have read the speech of the German Chancellor and I appreciate his references to the efforts I have made to save the peace. I cannot abandon those efforts since it seems to me incredible that the peoples of Europe who do not want war with one another should be plunged into a bloody struggle over a question on which agreement has already been largely obtained. It is evident that the Chancellor has no faith that the promises made will be carried out. These promises were made not to the German Government direct but to the British and French Governments in the first instance.~~

~~Speaking for the British Government we regard ourselves as morally responsible for seeing that the promises are carried out fairly and fully and we are prepared to undertake that they shall be so carried out with all reasonable promptitude provided that the German Government will agree to the settlement of terms and conditions of transfer by discussion and not by force. I trust that the Chancellor will not reject this proposal which is made in the same spirit of friendliness as that in which I was received in Germany and which if it is accepted will satisfy the German desire for the union of Sudeten Germans with the Reich without the shedding of blood in any part of Europe."~~

SE/61/822.3(00)/1938/Anexo

N. 65

Ministério da Fazenda
Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938.

³⁵ "D.C.T./29/9/38." À esquerda.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento do aviso n. SE/SN/822.3(00), de 22 de abril último, comunicando que a embaixada do Brasil em Londres informou haver sido longamente comentado nos matutinos daquela capital o não pagamento do *coupon* do *funding-loan* de 1931, acrescentando que um artigo publicado no *Times* parece indicar que os fundos remetidos para amortização, antes da suspensão dos pagamentos, foram empregados na compra de títulos brasileiros de valor muito além do nominal, devido à alta cotação dos mesmos desde novembro de 1937.

Em resposta, tenho a honra de declarar a V. Exa., de acordo com as informações prestadas pela Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças e pela Contadoria Central da República, que os fundos enviados aos nossos banqueiros srs. N. M. Rotschild & Sons foram empregados regularmente e nas épocas apropriadas, não tendo, pois, fundamento o artigo do aludido jornal.

Sirvo-me da oportunidade para reiterar a V. Exa. os protestos da minha elevada estima e distinta consideração.

A. de Souza Costa

A Sua Exa. o Sr. Dr. Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Confere:

[Ilza] B. Lintz

Chefe do Serviço de Datilografia

Conforme:

[Sabino Lima]

Pelo Chefe dos Serviços Econômicos

v

TELEGRAMA • 14 JUL. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Marcos compensados.

Da Embaixada em Londres

Em 14 de julho de 1938.

98 – QUINTA-FEIRA – 16hs.00 – O *Times* de hoje publica telegrama do correspondente em Berlim dizendo que o Reich suspendeu a compra de produtos brasileiros, devido à recusa do Banco do Brasil de aceitar os marcos compensados. Acrescenta que os círculos brasileiros de Berlim acreditam ser a medida provisória, destinada a permitir liquidação dos atrasos nos pagamentos alemães, mas que nos meios alemães a suspensão é considerada como o resultado da influência norte-americana e consequência e da tensão das relações brasileiro-alemães motivada pelas atividades nazistas no Brasil e a atuação do governo brasileiro. Alega o correspondente que o algodão não está mencionado entre os produtos brasileiros cuja compra está suspensa. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 14 JUL. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Marcos compensados

Da Embaixada em Londres

Em 14 de julho de 1938.

99 – QUINTA-FEIRA – 16hs.00 – O telegrama publicado, hoje, no *Times* noticia haver Vossa Excelência reassumido a 12 de julho a direção do Itamaraty, tendo o presidente da República recusado aceitar o pedido de demissão que lhe ofereceu em 27 de junho. Esta é a primeira notícia aqui publicada a esse respeito. Diz que boatos insinuaram ser a demissão causada pela pressão exercida sobre o governo brasileiro pelo governo alemão que, conhecendo seus sentimentos de amizade para com os Estados Unidos, atribuiu a Vossa Excelência a decisão do Banco do Brasil de suspender as compras em marcos compensados. Retificando tais boatos, acrescenta que acha, entretanto, significativo Vossa Excelência reassumir a direção da pasta das Relações Exteriores simultaneamente com a suspensão, por parte do Reich, da compra de produtos brasileiros. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

[Índice:] O conflito espanhol. A execução prática do plano inglês.

N. 432

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 15 de julho de 1938.

Senhor Ministro,

A imprensa desta capital tem dado bastante publicidade aos comentários publicados por jornais do Reich sobre o acordo anglo-italiano, as possíveis dificuldades na execução prática do plano inglês – recentemente aprovado pelo Comitê de Não Intervenção – e vários aspectos da situação política interna da Inglaterra, e os jornais ingleses são de opinião que esses comentários nada contribuem para a tranquilização das relações internacionais.

2. Antes mesmo que o aludido plano tenha recebido a aprovação dos governos de Barcelona e de Burgos, já começam a aparecer objeções ao processo previsto no mesmo para o recenseamento e a retirada dos combatentes estrangeiros. Seria, entretanto, de estranhar que os governos nacionalista e republicano tenham a intenção de suscitar, por sua própria iniciativa, dificuldades à execução do plano aprovado unanimemente por vinte seis países e que, finalmente, constitui o único meio de restituir ao conflito espanhol o caráter de luta interna, evitando, destarte, a contínua ameaça de novas complicações internacionais.

3. A impaciência demonstrada pela Itália quanto à entrada em vigor do acordo anglo-italiano de 16 de abril último é prova evidente que qualquer atraso na execução do plano acarretaria o risco de comprometer seriamente os resultados até agora alcançados pela política do senhor Neville Chamberlain.

4. O governo de Roma deseja muito naturalmente que o acordo com a Grã-Bretanha comece a vigorar quanto antes, pois esse pacto constituiria então um valioso apoio para a sua política exterior. Não resta dúvida, entretanto, que a execução do plano depende em boa parte da atitude do governo italiano. O senhor Neville Chamberlain assumiu o compromisso formal diante do Parlamento de subordinar a entrada em vigor do acordo anglo-italiano a uma solução, pelo menos parcial, da questão dos voluntários, e não poderá, em absoluto, transigir a esse respeito.

5. A nota enviada pelo general Franco a este governo sobre os bombardeios de navios mercantes nas águas territoriais da Espanha republicana não parece ser de natureza a esclarecer o assunto, haja visto as discussões havidas na Câmara dos Comuns em 8 do corrente, e que comentei no meu ofício n. 428, de 9 deste mês. Entretanto, a opinião inglesa, como Vossa Excelência sabe, atribui a maior importância a essa questão.

6. Por outro lado, não foi bem recebida em Londres a sugestão lançada pelas autoridades de Burgos no sentido de estabelecer-se um porto neutro, o de Almeria. Consultando-se o mapa verifica-se que Almeria é situada na extrema periferia do território republicano. Barcelona não aceitou ainda a sugestão das autoridades nacionalistas relativamente a constituição de um porto neutro. Naturalmente fará objeções à escolha de Almeria – tanto pela sua situação geográfica, pouco favorável para os seus interesses – e alegará que o mesmo é insuficientemente aparelhado para assegurar a entrada de alimentos para a população da Espanha republicana.

7. Segundo as últimas informações, *sir* Robert Hodgson, agente do governo britânico junto ao de Burgos, permanecerá ainda neste país e só voltará para o seu posto quando as autoridades nacionalistas tenham respondido satisfatoriamente ao pedido de explicação formulado por este governo (vide alínea 1, n. 428). Esta circunstância pesará seguramente com o general Franco e como, por sua vez, o governo de Roma – desejoso de remover o mais rapidamente possível as dificuldades que impedem a entrada em vigor do pacto com a Inglaterra – saberá exercer a sua influência – que é grande – junto aos dirigentes nacionalistas, é de esperar que o chefe do governo de Burgos se convença da necessidade de conciliar os seus interesses com os da Grã-Bretanha.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

[*Índice:*] Conferência do açúcar.

Da Embaixada em Londres

Em 18 de julho de 1938.

101 – SEGUNDA-FEIRA – 11hs.30 – Encerrou-se hoje a Conferência do Açúcar, [*com*] a cota do Brasil tendo sido fixada em cinquenta e quatro mil toneladas para o próximo período. Seguiu o relatório do secretário comercial Milton Cesar Weguelin Vieira. Congratulo-me com Vossa Excelência pelo bom êxito dos esforços do nosso delegado.

RÉGIS DE OLIVEIRA

v

OFÍCIO • 21 JUL. 1938 • AHI 28/1/2

[*Índice:*] Relatório político do mês de julho. 2ª parte, de 11 a 20 de julho.

N. 445

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 21 de julho de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo ao presente, a parte 2ª do relatório político do mês de julho, relativa ao período de 11 a 20 do mês em curso.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo:*]

Relatório político do mês de julho

2ª Parte – de 11 a 20 de julho de 1938

Política externa

Situação na Palestina

O governo britânico está a braços com uma crise gravíssima no mandato da Palestina. Desde o começo da administração inglesa ficou patente que seria difícil conciliar o objetivo de criar naquele território uma pátria para os israelitas – de acordo com a Declaração Balfour – e ao mesmo tempo de manter a situação dos habitantes árabes que desde séculos residem na Palestina. Esse problema já era de difícil solução, sem tomar em consideração os fatores externos. Quando se estuda a posição geográfica da Palestina, pequena nesga de território da península Árabe parece insolúvel. O Tratado de Versalhes que criou o mandato palestino, também criou os Estados soberanos da Transjordânia, do Iraque e da Arábia Saudita, e o mandato francês da Síria. Toda essa região é habitada principalmente por árabes e não é segredo que os soberanos do Iraque e da Árabia Saudita sonham com um império árabe que abrangeria todo o território da península Árabe. Os árabes da Palestina consideram muito naturalmente os habitantes dos países limítrofes como seus irmãos de raça, e têm os judeus imigrados nos últimos vinte anos como estrangeiros e inimigos. Esses sentimentos naturais têm sido exacerbados por uma campanha levada a efeito com inteligência e persistência pela Itália, que a incentivou, ainda, quando o senhor Mussolini se arvorou em protetor do Islã na ocasião da sua visita à colônia italiana da Líbia. Além disso as próprias circunstâncias econômicas em que vivem árabes e judeus na Palestina contribuíram para a irritação dos primeiros contra os imigrantes israelitas. O elemento árabe era na sua maior parte pobre e sem recursos. A imigração judia, pelo contrário, chegou na Palestina com largos recursos e financiada pelas poderosas associações sionistas da Inglaterra e dos Estados Unidos. Inteligentes e operosos, os imigrantes em pouco tempo conseguiram uma situação fora de proporção com a sua importância numérica (20% judeus – 80% árabes), e relegaram os árabes a posições subalternas, deles adquirindo pouco a pouco as melhores terras. A concorrência econômica contra a qual os árabes não podiam lutar com êxito e a propaganda italiana foram criando na Palestina um estado de irritação cada vez maior entre a população árabe. Um dos objetivos do governo britânico em seu pacto com a Itália era pôr um parapeito à propaganda italiana, mas, embora tenha cessado, a situação tem piorado dia a dia.

Os recentes acontecimentos mostram que as autoridades inglesas não conseguiram restabelecer a ordem com as forças militares em guarnição na Palestina, forças que, entretanto, são bastante importantes. O governo britânico viu-se obrigado a enviar vários batalhões para reforçar as duas divisões que já se achavam no mandato e teve que despachar algumas unidades navais ao porto de Haifa, importante centro para o abastecimento em petróleo da marinha britânica.

A Grã-Bretanha tem, por todos os motivos, o maior interesse em solucionar de algum modo o problema palestino, pois a situação atual está prejudicando o seu prestígio no Próximo Oriente. Ora todos os territórios situados no limite oriental do Mediterrâneo, entre o mar Vermelho e o golfo da Pérsia, são de importância vital para este país, visto que dominam a sua principal via estratégica, isto é, o caminho mais curto, tanto pelo ar como por mar, para a Índia e o oceano Índico. Devido aos interesses imperiais da Grã-Bretanha, a soberania do Egito é uma soberania parcial apenas, e este governo segue com a maior atenção todas as tentativas de aproximação entre Ibn Saud, rei do Hedjaz ou Arábia Saudita e o soberano da Transjordânia. No Iraque, a Inglaterra possui importantes explorações de petróleo, situadas em Mossul, petróleo que é transportado por *pipe lines*, através da Transjordânia até o porto de Haifa.

Essas considerações mostram a enorme importância do mandato palestino para a Inglaterra, que tentou solucionar o problema do conflito entre árabes e judeus, sugerindo a divisão do território da Palestina entre as duas raças, divisões territoriais que seriam separadas por um “corredor” sob o protetorado da Grã-Bretanha. Neste corredor incluía-se, naturalmente, o porto de Haifa. A sugestão de dividir-se o território palestino – sugestão feita pela Real Comissão Britânica encarregada de estudar o problema – foi muito hostilizado pelos meios árabes, e não logrou tampouco a aprovação do Comitê Permanente de Mandatos da Sociedade das Nações, que alvitrou a criação de dois mandatos separados, um para os judeus e outro para os árabes.

Não se vê qual possa ser a solução viável do problema. A Grã-Bretanha – que não pode abandonar o mandato, devido a sua enorme importância estratégica e por motivos de prestígio – terá que recorrer à força, impondo a ordem e mantendo a sua autoridade. Entretanto, a restrição da imigração judia na Palestina já constitui uma capitulação diante dos interesses árabes, interesses que a Inglaterra não pode ignorar, e que pesam muito mais na balança do que o cumprimento integral das promessas feitas aos judeus – irrefletidamente – durante a guerra mundial.

O conflito espanhol

A execução prática do plano aprovado pelo Comitê de Não Intervenção

O plano aprovado pelo Comitê de Não Intervenção em 6 de julho para a retirada dos voluntários estrangeiros da Espanha não recebeu ainda o assentimento formal dos governos de Burgos e de Barcelona – consta, aliás, que este último é favorável ao mesmo – e já circulam notícias mais ou menos verídicas sobre os processos que serão adotados pelos dois adversários para subtrair-se às suas imposições. Os jornais anunciam – já há algum tempo – que as autoridades de Barcelona haviam dissolvido as divisões internacionais, incorporando os seus efetivos nas forças regulares. O governo de Burgos – segundo notícias recentes – por sua vez, está transferindo as tropas estrangeiras que combatem nas suas fileiras – principalmente as italianas – para a legião estrangeira. Tanto os soldados quanto os oficiais seriam fardados com uniformes espanhóis e os nomes dos oficiais seriam espanholizados. É naturalmente impossível verificar a exatidão desses boatos, não sendo, entretanto, improvável que tanto de um lado como do outro se recorra a tais processos para impedir a retirada de elementos militares de valor. Infelizmente, não há dúvida de que o Comitê de Não Intervenção terá que vencer muitas dificuldades para efetuar praticamente o plano aprovado.

O acordo anglo-italiano

Parece haver um certo mal-estar entre Londres e Roma no que diz respeito à entrada em vigor do acordo anglo-italiano de 16 de abril último, mal-estar que pode pôr em perigo os resultados alcançados pela política do primeiro-ministro, senhor Neville Chamberlain. Roma está culpando o gabinete de Londres pelo atraso da entrada em vigor do aludido acordo, quando, na verdade, o que houve foi um erro de cálculo por parte do governo italiano. Este acreditava na vitória iminente e decisiva do general Franco e na derrota do governo republicano de Barcelona, não vendo, assim, inconveniente em aderir definitivamente à política de não intervenção e em subordinar a entrada em vigor do acordo com a Grã-Bretanha à solução do problema espanhol. Os acontecimentos militares na península não deram razão aos cálculos italianos. A resistência dos republicanos continua até hoje forte e tenaz, e é confessada pelos próprios generais do general Franco. Parece que o conflito poderá prolongar-se ainda por vários meses, o que praticamente atrasaria a entrada em vigor do acordo e a Itália dele espera não somente o reconhecimento da sua conquista na Abissínia como ainda importantes vantagens no Mediterrâneo e facilidades para a sua política geral. Como

resultado dessa situação o governo fascista tem-se mostrado impaciente e se esforçou por obter a entrada em vigor do acordo antes do encerramento do Parlamento britânico. As recentes conversações entre o conde Ciano, ministro das Relações Exteriores da Itália e *lord* Perth, embaixador da Inglaterra junto ao Quirinal, trataram certamente desse assunto. Entretanto, este governo não pode aceitar o ponto de vista de Roma e considera a resolução do problema espanhol como uma das bases fundamentais do acordo. A Itália, efetivamente, ao assinar o acordo, confirmou a fórmula britânica da retirada proporcional dos voluntários estrangeiros e assumiu o compromisso de efetuar essa retirada no momento escolhido pelo Comitê de Não Intervenção e nas condições prescritas pelo mesmo. Prometeu ainda que no caso de terminar-se o conflito espanhol antes de que estivesse realizada a evacuação integral dos voluntários estrangeiros, todos os combatentes italianos partiriam da península, retirando-se, igualmente o material bélico fornecido pela Itália. Na mesma ocasião a Itália declarou não ter ambições territoriais ou políticas, ou almejar privilégios econômicos, na Espanha, nas ilhas Baleares, nas colônias ou na zona espanhola de Marrocos e que não tencionava manter forças armadas nesses territórios. Esses compromissos são tidos pela Inglaterra como essenciais para a subsistência do pacto anglo-italiano e o governo britânico repetiu formalmente que considerava a solução da questão espanhola como indispensável para a entrada em vigor do ajuste entre os dois países. Roma parece considerar que a aprovação do plano inglês pelo Comitê de Não Intervenção constitui uma solução de princípio e suficiente para que vigore o acordo com a Inglaterra. Este país, pelo contrário, exige que o plano seja executado praticamente. Se o governo britânico tem continuado as conversações com o de Roma sobre o assunto é porque deseja que o pacto seja completado por outro realizado entre a França e a Itália. Eis talvez a explicação das insinuações do governo fascista de que o atraso do acordo anglo-italiano é devido a influências francesas.

A viagem dos soberanos britânicos à França

Quando o então primeiro-ministro, senhor Baldwin, declarou na Câmara dos Comuns que a fronteira da Inglaterra era a do Reno, firmou uma nova aproximação política entre a Inglaterra e a França, aproximação que foi o resultado forçado da chegada ao poder na Alemanha de Adolf Hitler. Esta política foi coroada agora com a visita do rei Jorge VI e da rainha Elizabeth à França. A visita dos soberanos britânicos desfez sem dúvida as últimas esperanças da Alemanha de poder desligar a Inglaterra da

sua amizade com a República francesa. A melhor prova de que os dirigentes alemães reconheceram o fato indiscutível da entente mais do que cordial entre os dois países é haver o Fuhrer enviado a Londres neste momento um seu emissário, o capitão Wiedemann, pessoa da sua confiança, com uma mensagem de boa vontade. O capitão Wiedemann que se entrevistou com o senhor Butler, subsecretário de Estado permanente para os Negócios Estrangeiros e com numerosas personalidades políticas inglesas, declarou verbalmente que a Alemanha não recorreria à força para obter uma solução do problema tchecoslovaco. É verdade que essa afirmação do Fuhrer não rima com a recente atitude dos dirigentes do partido sudete, que apresentou exigências, muito além das contidas na famosa declaração de Karlsbad, declaração que formou a base das conversações entre o partido e o governo de Praga. Não resta dúvida, entretanto, que a crescente firmeza do entendimento anglo-francês está apaziguando um pouco a agressividade do Reich como mostram os comentários simpáticos da imprensa alemã sobre a amizade entre a Inglaterra e a França.

v

TELEGRAMA • 29 JUL. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Visita ao Brasil de *Lord Willingdon*.

Da Embaixada em Londres

Em 29 de julho de 1938.

105 – SEXTA-FEIRA – 19hs.15 – O presidente da Associação de Proteção ao Crédito e aos Capitais Estrangeiros publica uma carta no *The Times* sobre a próxima visita ao Brasil de *lord Willingdon* em missão especial, amistosa e cultural do instituto ibero-americano. Em resumo diz: devido aos insucessos, até hoje, do embaixador inglês e da Associação dos Portadores de Títulos Brasileiros, em conseguirem obter qualquer ato no sentido de reencetar o pagamento da dívida externa, a visita ao Brasil de *lord Willingdon* é inoportuna, devido à alta personalidade pública do visitante, podendo ser julgada como visita semioficial, interpretada que tanto o governo britânico quanto o público não se encontraram gravemente afetados, assim como na realidade se encontram, pela falta de pagamento da dívida externa. A Associação representou ao

Foreign Office e ao Instituto Ibero-Americano. Estou informado de que a carta não exerceu a menor influência e não altera o programa da viagem projetada. RÉGIS

v

OFÍCIO • 29 JUL. 1938 • AHI 28/1/2

[*Índice:*] Discurso do senhor Chamberlain.

N. 463

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 29 de julho de 1938.

Senhor Ministro,

O discurso do senhor Chamberlain na Câmara dos Comuns durou menos de uma hora. O primeiro-ministro fez um resumo da situação internacional, insistindo particularmente sobre o problema tchecoslovaco, sobre a questão da Espanha e as relações anglo-italianas. No que especialmente concerne à missão de *lord* Runciman na Tchecoslováquia, declarou em substância: *lord* Runciman aceitou o posto de mediador, em Praga, da delicada questão. Entretanto, embora gozando de inteira confiança dos alemães das sudetas e do governo tcheco, agirá independentemente do governo de Londres e de qualquer outro governo, na representação de seu papel de mediador e de árbitro.

2. Como Vossa Excelência não ignora, *lord* Runciman, antigo ministro do Comércio, é um representante liberal nacional na Câmara dos Comuns, respeitado e admirado por seu largo espírito pacifista e ponderado.

3. Referindo-se à guerra civil na Espanha o senhor Chamberlain lamentou a sua duração, acreditando que o governo britânico não deixará escapar qualquer ocasião de intervir, trabalhando por uma forma razoável de armistício, permitindo pôr termo nas operações militares. “Se não intervimos [*sic*] diplomaticamente neste momento é unicamente porque estamos convencidos não ter ainda chegado a hora na qual poderemos intervir com sucesso”.

4. Por fim, fazendo um histórico das negociações anglo-italianas, conclui o primeiro-ministro dizendo: “por seu lado a Grã-Bretanha cumpriu as promessas feitas a

Itália, tomando medidas a fim de esclarecer a posição dos membros da S.D.N em face da soberania na Abissínia”.

5. É claro, assim, ter sido a exposição do primeiro-ministro apresentada não somente para informação dos povos do Reino Unido da soma dos resultados obtidos pela política do gabinete conservador, tão criticada pelas oposições liberal e trabalhista, mas com o intuito de projetar uma plena claridade em todos os aspectos da evolução atual do continente e para a compreensão da opinião europeia.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 04 AGO. 1938 • AHI 28/1/2

[Índice:] Relatório político do mês de julho. 3ª parte, de 21 a 31 de julho.

N. 469

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 4 de agosto de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, a parte 3ª do relatório político do mês de julho próximo passado, relativa ao período de 21 a 31 do referido mês.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo]:

Relatório político do mês de julho

3ª Parte – de 21 a 31 de julho de 1938

A situação geral

A situação geral apresenta-se novamente bastante tensa, apesar de não ter havido incidente algum além do novo aspecto da questão russo-japonesa.

A inquietação aumenta em virtude da intensa preparação militar alemã, de que se tem notícia: fortificações, grande fabrico de armas, aviões, cujas fábricas trabalham na proporção de 850 a 900 aeroplanos por mês, podendo a produção ser aumentada a 2.000, grandes reservas de petróleo acumuladas, acabamento das fortificações no lado francês.

Além disso, notícias da Alemanha se referem a ataques de imprensa germânica, principalmente do senhor Goebbels, contra a Inglaterra e a França, com comentários irônicos à visita real em Paris. Essa imprensa especial procura influenciar a atitude de resistência dos sudetas, nas negociações com Praga, principalmente depois da missão Runciman para fins de mediação. Entretanto, consta aqui que o senhor Hitler, contrariamente ao grupo Ribbentrop, continua desejoso de conservar a benévola neutralidade da Grã-Bretanha – fim esse que a missão diplomática Ribbentrop não conseguiu. Daí as seguranças dadas repetidas vezes pelo senhor Hitler a este governo.

Economia alemã

É muito difícil saber-se com exatidão qual a verdadeira situação econômica e qual o estado de preparação guerreira do povo alemão. A impressão geral inglesa, porém, é que a situação da economia alemã é bastante crítica. Mas isso não parece em nada afetar o desenvolvimento do aparelhamento bélico germânico.

Só se pode neste momento dar impressões, sendo impossível fazer-se quaisquer previsões sobre a possibilidade de uma guerra; essa horrível perspectiva fica dependente da vontade de um só homem, ou de qualquer incidente político imprevisível.

É voz corrente, ainda, que grande parte da população alemã não deseja a guerra. O dilema do momento, quanto ao problema das intenções alemãs, é de se saber se a

situação interna impedirá que se recorra à guerra, ou, pelo contrário, se essa mesma situação interna a obrigará, mais dia, menos dia, a recorrer à guerra. A impressão predominante, porém, é em favor da primeira alternativa.

Fala-se sempre do desejo alemão de concluir um pacto de limitação de armamento com a Grã-Bretanha, e de um acordo de limitação das forças aéreas, como corolário do tratado naval existente. Qualquer pacto nesse sentido parece aqui como devendo ser, em suas modalidades, muito mais vantajoso para a Alemanha do que para a Inglaterra, mormente considerando a grande preparação do exército e de aviação de sua semialiada, a França.

A situação na Tchecoslováquia

A situação na Tchecoslováquia continua a ser motivo de grande preocupação, pelas dificuldades do acordo esperado. A missão de *lord* Runciman, prudentemente enviada com caráter de mediação particular e benévola, poderá resolver as diferenças de vista, principalmente nos pontos mais sérios, como os que dizem respeito ao entendimento tcheco-soviético? Está colocado na Europa Central o maior motivo de ansiedade mundial, havendo sempre receio, ou de um incidente grave que possa precipitar os acontecimentos, ou de um gesto de impaciência da Alemanha pela demora de ver aceitas as condições que ela impõe para um acordo.

Penetração ideologia nazista

Convém ainda indicar a preocupação que causa a penetração das teorias nazistas ao longo da [*sic*] Danúbio, com a sua correspondente influência econômica. A essa tendência a Inglaterra tem respondido, para defender a sua posição econômica, com a conclusão de tratados de comércio e a concessão de créditos a países estrangeiros, como acaba de fazer na Turquia.

Outro ponto grave e que paralisa o entendimento entre as grandes potências é a guerra civil em Espanha. Esperava-se que ela terminasse em breve, permitindo a entrada em vigor dos acordos preparados. Infelizmente a guerra continua e as forças em oposição parecem estacionárias. A situação está sendo interpretada como o resultado do desejo das potências interessadas em evitar que a guerra termine – em tal caso a Alemanha, que dizem, fornece secretamente armamentos às forças republicanas. Os comentários políticos são, nestes últimos tempos, bastante agressivos, sobretudo na

Alemanha e na Itália, e isso dá a muitos a impressão de que se quer prolongar a guerra espanhola para retardar o acordo anglo-italiano.

Previsões

Tudo isso são apenas impressões, entretanto, não há dúvida que essas indicações causam grande mal-estar, existindo uma tensão que muito se assemelha com a situação que precedeu a guerra de 1914. Infelizmente é em virtude desse difícil estado de coisas que ainda não permitiu a entrada em vigor do acordo anglo-italiano, impede o necessário entendimento franco-inglês e paralisa igualmente toda a política internacional, conciliadora e construtora, inaugurada e seguida com tão boa vontade pelo primeiro-ministro, senhor Neville Chamberlain.

v

OFÍCIO • 10 AGO. 1938 • AHI 28/1/2

[*Índice:*] Relatório político do mês de agosto. 1ª parte, de 1º a 10 de agosto.

N. 491

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 10 de agosto de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, a parte 1ª do relatório político do mês de agosto, relativa ao período de 1º a 10 do mês em curso.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Caio de Mello Franco

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*]:

Relatório político do mês de agosto

1ª Parte – de 1º a 10 de agosto de 1938

Demora das negociações franco-italianas

Desde o discurso do senhor Mussolini em Gênova, em 14 de maio, tem havido uma maior tensão nas relações entre a França e a Itália, e, apesar de várias tentativas no sentido de reatar as conversações para um acordo franco-italiano, semelhante ao acordo anglo-italiano, as negociações iniciadas em abril último não progrediram. Os responsáveis na Itália alegam abertamente que material de guerra francês está sendo transportado em quantidade maior através [d]as fronteiras do Pirineus para o governo da Espanha e que a resistência deste foi destarte reforçada e, por conseguinte, prolongada a guerra civil espanhola. Tais alegações foram oficialmente rebatidas pelo governo francês. Entretanto, o tom das declarações do senhor Mussolini, que demonstra uma hostilidade aberta contra os países democráticos em geral e contra a França, em particular, foi veementemente ressentido na França.

Acordo anglo-italiano

A continuação da guerra civil na Espanha e a demora na conclusão do acordo de não intervenção, relativo à retirada de voluntários estrangeiros, tem tido, como efeito, retardar a entrada em vigor do acordo anglo-italiano. Durante a conversa havida em junho último entre o conde Ciano, ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, e lord Perth, embaixador inglês em Roma, o primeiro fez ver a inquietação do governo italiano pela demora da execução do acordo e inquiriu se era desejo do governo britânico levar a efeito o acordo, mesmo antes da retirada dos voluntários. O governo britânico, todavia, é de opinião que não poderá se desviar dos termos do acordo.

Conversações informais anglo-alemãs

Nas vésperas da partida de Suas Majestades britânicas para a França, o capitão Wiedemann, ajudante de campo e conselheiro confidencial do senhor Hitler, teve uma conversa com *lord* Halifax, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. O encontro, que foi de natureza privada, tendo lugar na residência de *lord* Halifax, isso a pedido do governo alemão. O capitão Wiedemann veio especialmente de Berlim para esse fim. Não houve comunicado oficial, mas, de acordo com o *Times*, o capitão Wiedemann trouxe a *lord* Halifax uma mensagem verbal de amizade do senhor Hitler, exprimindo o seu desejo sincero de ver as relações com a Grã-Bretanha melhoradas e também a

crença alemã de que não há fundamentais diferenças entre os dois povos, capaz de impossibilitar uma melhora ininterrupta nas relações anglo-germânicas. Com respeito à Tchecoslováquia, o senhor Hitler enviava a sua assecurança [*sic*] de que o governo alemão ansiava por uma solução pacífica do problema dos sudetes alemães e que estava convencido [*de*] que, com boa vontade de ambos os lados, um arranjo poderia ser alcançado. *Lord* Halifax exprimiu a sua satisfação, sugerindo que o desejo do povo alemão, de cooperação, poderia ser demonstrado, por exemplo, no problema dos refugiados, acrescentado que os arranjos feitos ultimamente entre diversos governos, poderia ser infinitamente mais prático se a Alemanha tomasse parte nos trabalhos. Com relação à Europa Central, *lord* Halifax disse que uma solução pacífica do problema tchecoslovaco, livre de interferências estrangeiras, poderia conduzir a uma atmosfera de menor tensão, na qual mais proveitosas negociações poderiam ser renovadas.

Reafirmação da “Entente” anglo-francesa

Lord Halifax, que acompanhou Suas Majestades britânicas a Paris, teve várias conversas com o senhor Deladier, primeiro-ministro francês, e com o senhor Bonnet, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da França. Em 20 de julho último o seguinte comunicado foi publicado:

A visita de Suas Majestade o rei e rainha à Paris deu a *lord* Halifax, senhor Deladier e senhor Bonnet a oportunidade de examinar a situação internacional, assim como as questões especialmente de interesse dos dois países. Durante as conversas, os ministros, salientando mais uma vez a determinação em comum de prosseguir em uma ação de paz e conciliação, acharam que a harmonia completa de vistas estabelecida durante a visita dos ministros franceses em 28 e 29 de abril, tinha sido inteiramente mantida.

Sabe-se que *lord* Halifax informou aos ministros franceses de sua conversa com capitão Wiedemann. Na mesma ocasião, tanto a questão da Espanha como a da Tchecoslováquia, foram discutidas.

Acordo de não agressão entre a Bulgária e a “Entente Balcânica”

Um acordo de não agressão entre a Bulgária e os países da “Entente Balcânica” – Grécia, Romênia, Turquia e Iugoslávia – foi assinado em Tessalônica, em 31 de julho último, pelo primeiro-ministro da Grécia, general Metaxas (na sua capacidade de

presidente do Conselho da “Entente Balcânica”) e pelo dr. Kiosseivanoff, primeiro-ministro da Bulgária. O acordo estabelece a abstenção pelos estados signatários de qualquer recurso à força armada em suas relações mútuas e a renúncia das obrigações sob a parte IV (cláusulas militares, navais e de aviação) do Tratado de Neuilly, assim como as contidas na Convenção sobre a fronteira tráciana, assinada em Lausanne, em 24 de julho de 1923. Isso significa que a Bulgária tem agora oficialmente o direito de reintroduzir o serviço militar e completar, sem restrições, o seu armamento. A Bulgária está também livre de colocar tropas nas suas fronteiras na Trácia, com a Grécia e a Turquia, regiões que, de acordo com o Tratado de Lausanne, tinham sido transformadas em zonas desmilitarizadas.

O primeiro passo para a renúncia das cláusulas militares do Tratado de Neuilly, foi a declaração adotada pela Grã-Bretanha, França e Itália na Conferência de Stresa, em 14 de abril de 1935, exprimindo a intenção de discutir a revisão dessas estipulações. A reconciliação da Bulgária com os seus antigos adversários – Grécia, Romênia e Iugoslávia – foi iniciada com a conclusão do Tratado de Amizade com a Iugoslávia, em 24 de janeiro de 1937. Pelo novo acordo a “Entente Balcânica”, formada em 1934 como garantia para a manutenção do *status quo* territorial nos Balcãs, perde o seu caráter de ameaça potencial à Bulgária, tal como era considerada por este último país.

Acordo anglo-egípcio para a manutenção das forças inglesas no canal de Suez

Foi assinado, em 4 do corrente, no Foreign Office, pelo visconde Halifax, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e Mohamed Mahmud Pasha, primeiro-ministro do Egito, um acordo pelo qual o governo britânico concorda em pagar a metade das despesas para a manutenção das forças inglesas na zona do canal de Suez. Isto envolve o fornecimento de barracas para todas as forças de terra e ar, suprimento de água e eletricidade, construção de hospitais, lugares de diversões, casas para o pessoal civil que faz parte das forças britânicas. Pelo tratado anglo-egípcio de 1936, a contribuição da Grã-Bretanha era limitada a um quarto das despesas necessárias para a manutenção das forças de terra. O curso total foi calculado agora em £12.000.000, cálculo consideravelmente superior à importância especificada anteriormente.

Tensão russo-japonesa

A tensão russo-japonesa continua na fronteira coreana-manchukuo, onde lutas esporádicas ocorrem diariamente. Entrementes, diversas conversas têm tido lugar em

Moscou entre o senhor Litvinoff e o embaixador japonês, senhor Shifemisu, e em Tóquio, entre o encarregado de Negócios dos soviéticos, senhor Smetanin e o primeiro-ministro, senhor Horinouchi. Vários protestos foram feitos por ambos os lados contra a violação ilegal das fronteiras, por uma e outra parte; o Japão, entretanto, ofereceu, em 4 do corrente, retirar todas as suas forças da zona de Changkufeng, contanto que a Rússia fizesse o mesmo, como gesto preliminar às negociações para a liquidação da pendência.

O governo soviético, no entretanto, declinou aceitar tal proposta e durante uma entrevista com o senhor Shigemitsu, o senhor Litvinoff declarou que a

A União Soviética nunca toleraria a presença de forças estrangeiras em qualquer parte do seu solo, e enquanto os soldados japoneses mantivessem onde estavam, a União Soviética reservaria a sua liberdade de ação e que também o governo do Japão deveria reconhecer as fronteiras soviéticas, nas bases do mapa anexo ao Tratado Sino-Russo de 1886.

O embaixador japonês negou o conhecimento do mapa mencionado pelo senhor Litvinoff e disse que a questão do tratado poderia ser deixada para discussão futura. E acrescentou que, mesmo no caso de ter o senhor Litvinoff razão ao dizer que a fronteira entre a Rússia e Manchukou era em Changkufeng, as posições militares da Rússia tinham se estendido dentro do território de Manchukuo. O senhor Litvinoff insistiu que o tratado em questão deveria ser reconhecido e restaurada a posição territorial, antes de 29 de julho. Afirmou que a Rússia jamais havia retirado a sua proposta de participação na Comissão mista para a demarcação da fronteira. E a luta continua assim com maior intensidade e não tendo as tropas japonesas, até a presente data (10 de agosto), sido expulsas do território soviético.

Tchecoslováquia – minuta do ato de reforma administrativa

Lord Runciman, que está servindo como mediador e observador independente na pendência dos sudetes alemães, chegou a Praga em 3 do corrente, onde foi recebido com manifesta simpatia pelos representantes do governo tcheco e pelos dois *leaders* dos sudetes, dr. Kundt e dr. Sebekowsky. Depois de agradecer o acolhimento, *lord Runciman* disse:

Eu desejo esclarecer que não solicitei este encargo, mas ambos os partidos de [sic] declararam que a minha visita seria bem acolhida. Tenho 40 anos de experiência em negócios políticos em meu próprio país e estou convencido de que a paz e a segurança são somente possíveis por meio de entendimento mútuo e de boa vontade.

Em 28 de julho último, o governo da Tchecoslováquia apresentou ao Partido dos Sudetes alemães um projeto contendo os pontos principais do Ato da Reforma Administrativa proposta. O texto está sendo conservado secreto, mas sabe-se que é baseada nas seguintes linhas gerais:

- 1) Quatro Dietas provinciais para a Boêmia, Morávia-Silésia, Eslováquia e Rutênia. Cada dieta sendo composta de “cúrias”, ou seções, representando as nacionalidades envolvidas. Na Boêmia as “cúrias” serão ambas tchecas e alemãs; na Morávia-Silésia serão tchecas, alemãs e polacas; na Rutênia, rutenianas e russas e na Eslováquia, eslovacas e húngaras.
- 2) A sede das Dietas seriam, respectivamente: Praga, Brno, Bratislava e Kosice. Cada Dieta teria um comitê executivo composto de doze membros, no qual as nacionalidades seriam representadas proporcionalmente. Os membros seriam eleitos por voto direto.
- 3) As Dietas “controlariam” todos os detalhes da administração provincial e teriam o direito de vetar as medidas legislativas que afetassem os seus trabalhos. As questões de defesa nacional, finanças e política estrangeira seriam entregues ao Parlamento nacional de Praga.

v

TELEGRAMA • 11 AGO. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Dívida externa do Brasil.

Da Embaixada em Londres

Em 11 de agosto de 1938.

114 – QUINTA-FEIRA – 17hs.15 – Notícia aqui divulgada sobre o novo plano de pagamento da dívida do Brasil, segundo a qual os nossos credores estrangeiros, especialmente a Inglaterra, os Estados Unidos da América e a França, serão solicitados

a comprar 5% da borracha brasileira, efetuando-se o pagamento aos exportadores do Brasil em moeda brasileira pelo governo, enquanto o valor correspondente em moeda estrangeira será empregado no pagamento dos juros e amortização da dívida, está causando interesse. A esta embaixada se têm dirigido interessados. Rogo a Vossa Excelência a bondade de habilitar-me a responder às reiteradas perguntas. CAIO DE MELLO FRANCO

v

TELEGRAMA • 18 AGO. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Troca notas aprovação ata final demarcação fronteira Brasil-Guiana Inglesa.

OSTENSIVO

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada em Londres
Em 18 de agosto de 1938.

59 – 51630 – Rogo a V.Sa. entrar em entendimentos com esse governo a fim de ser feita nesta capital a troca de notas de aprovação da ata final da demarcação da fronteira Brasil-Guiana Inglesa. EXTERIORES

v

OFÍCIO • 18 AGO. 1938 • AHI 28/1/2

[Índice:] Concessão da companhia Ford no estado do Pará.

N. 500

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 18 de agosto de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência o artigo incluso do *South American Journal* de 6 deste mês, descrevendo o desenvolvimento sempre crescente das obras realizadas pela companhia Ford no estado do Pará, no que se refere à plantação [da árvore] da borracha.

2. Calcula o articulista em três milhões de pés, os seringais existentes, havendo mais cinco milhões de mudas nos viveiros, prontas para a plantação futura.

3. Estima as despesas do ano passado em doze mil e oitocentos contos, e as despesas previstas para os próximos quinze anos, em trezentos e dezesseis mil e quatrocentos contos de réis.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Caio de Mello Franco

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*:³⁶ “The Ford Motor interests in Brazil”. *South American Journal*, Londres, 6 de agosto de 1938.]

v

OFÍCIO • 19 AGO. 1938 • AHI 28/1/2

[*Índice*:] Projeto de divisão da Palestina.

N. 512

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 19 de agosto de 1938.

Senhor Ministro,

O ministro das Colônias publicou ontem um breve comunicado, anunciando que a Comissão de Divisão da Palestina reuniu-se em forma privada e que, no decurso daquela reunião, o senhor M.B.A. Rosenblatt, antigo magistrado americano, expôs “certas questões inscritas na ordem do dia”.

³⁶ Não transcrito.

2. O antigo juiz de Nova York, hoje estabelecido na Palestina mostrou-se partidário de uma Federação de Estados palestinos, Federação que gruparia os Estados árabes, compreendendo a Transjordânia e as regiões puramente árabes da Palestina, um Estado judaico, o território sob mandato britânico servindo de traço de união entre os dois primeiros, no todo ligado à Grã-Bretanha por pacto de perpétua paz e amizade.

3. No domínio dos negócios exteriores, o governo britânico agiria na qualidade de agente dos Estados Palestinos federados. Segundo ainda o senhor Rosenblatt, o Estado árabe compreenderia a Transjordânia e um triângulo formado pelas cidades de Djenin, Tulkarem e Ramallah, ao sul de Naplouse; o Estado judaico [*compreenderia*] toda a Galileia, o distrito de Esnek, ao longo do vale de Sarou e das planícies da costa até Gaza, com um ponto a leste, permitindo a inclusão da nova cidade de Jerusalém. Os lugares santos de Nazaré, Betlem e a velha cidade de Jerusalém ficariam sob o mandato britânico.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Caio de Mello Franco

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 22 AGO. 1938 • AHI 28/1/2

[*Índice:*] Relatório político do mês de agosto. 2ª parte, de 11 a 22 de agosto de 1938.

N. 513

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 22 de agosto de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, a parte 2ª do relatório político do mês de agosto, relativa ao período de 11 a 22 do presente mês.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Caio de Mello Franco

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*]:

Relatório político do mês de agosto
2ª parte – de 11 a 22 de agosto de 1938

O terrorismo na Palestina

A Comissão Técnica de Divisão voltou a Inglaterra em 3 do corrente, depois de uma estada na Palestina de cerca de três meses. Durante aquele tempo os membros da comissão fizeram várias viagens de pesquisas pelo país, visando também o emir da Transjordânia. Durante 41 reuniões, das quais, entretanto, somente duas foram públicas, a comissão ouviu os representantes das autoridades britânicas, da comunidade judaica e das igrejas cristãs. Da parte judaica, representantes, tanto da Agência Judaica como dos Revisionistas, prestaram depoimentos. Os árabes, todavia, recusaram-se a comparecer perante a mesma comissão.

O secretário das Colônias, senhor Malcom MacDonald, fez uma viagem de avião pela Palestina, onde chegou em 6 do corrente, a fim de conferenciar com o alto comissário e as demais autoridades inglesas sobre a situação atual do país. De volta a Inglaterra, fez o senhor MacDonald, em 11 do corrente, uma irradiação em que expôs as suas vistas sobre a situação. Para resolver o problema da amarga disputa entre os árabes que moram na Palestina por muitas gerações, e os judeus, exilados, que voltam às suas terras de tempos atrás, – disse o senhor MacDonald – a recente Comissão Real recomendou uma medida drástica: a divisão do país em Estados separados, judeus e árabes, com um corredor inglês separando os dois. O nosso governo – acrescentou – aceitou esta medida como a melhor e a mais prometedora de solução. Mas uma decisão final não pode ser tomada antes que a comissão técnica tenha acabado os seus trabalhos, o que levará ainda algumas semanas. No entretanto, as autoridades têm tido uma pesada

tarefa na restauração da ordem; a mais difícil que as autoridades britânicas têm encarado desde a Grande Guerra.

A tensão russo-japonesa

As hostilidades russo-japonesas em Changkufeng, na fronteira soviético-manchuriana, cessaram oficialmente ao meio-dia de 11 do corrente, em seguida ao arranjo do dia anterior, em Moscou, entre o senhor Litvinoff (comissário dos Negócios Estrangeiros da Rússia) e o senhor Shigemitsu (embaixador do Japão na URSS).

De acordo com os termos do armistício, vai ser nomeada uma comissão para demarcar a fronteira em discussão, a qual será constituída de dois representantes japoneses e dois soviéticos. No entretanto, as tropas russas e japonesas mantêm as posições que ocupavam antes da cessação das hostilidades.

Um comunicado oficial recebido de Tóquio diz que, depois da ordem de “cessar fogo”, as tropas japonesas estavam ainda de posse das colinas de Changkufeng. De Moscou declaram que antes da assinatura da trégua, as tropas soviéticas tinham avançado cerca de 250 jardas dentro do território manchuriano.

Posteriormente ao armistício, houve ainda um incidente, em 12 do corrente, na ilha de Sakhalin (a parte norte da qual é russa e a parte sul japonesa), quando a infantaria soviética atirou e feriu dois policiais japoneses, que estavam acompanhando um membro do Parlamento Imperial do Japão em visita à fronteira.

A guerra civil na Espanha – resposta do general Franco ao plano do Comitê de Não Intervenção

A resposta do general Franco ao plano britânico, que é o plano das 26 nações que formam o Comitê de Não Intervenção para a retirada dos voluntários da Espanha, foi entregue à agência do governo britânico em Burgos e dada à publicidade ontem à noite.

Em termos é a aceitação parcial do plano, mas sujeita a duas modificações importantes, além de outras menores, no que se refere à proposta original.

As duas modificações principais são:

- 1) Que o direito de beligerância deve ser reconhecido anteriormente e não após a retirada dos voluntários e;
- 2) Que o número de voluntários retirados seja igual (10.000 de cada lado) e não proporcional ao número de combatentes estrangeiros servindo.

Sobre a questão do direito de beligerância, a resposta declara que existe atualmente na Espanha nacionalista todas as condições necessárias para a sua concessão. Estas são: a posse pelos nacionalistas de uma parte da Espanha muito maior do que a existente em poder dos inimigos; um governo legal e regular exercendo de fato controle sobre o seu território; forças militares, navais e de aviação perfeitamente organizadas e disciplinadas, sob a direção de um generalíssimo, de parte da nação e do seu governo.

Quanto à retirada dos voluntários estrangeiros, a resposta diz que a retirada proporcional, proposta pelo comitê, apresenta dificuldades que impedem a execução de tal proposta. Queixa-se contra certas “práticas desonestas” por parte de Barcelona, o que impossibilitaria a contagem exata dos voluntários. Alega, por exemplo, que os recrutas alistados pelo governo receberam nomes e passaportes espanhóis e outros foram naturalizados por atos legais “fictícios”.

A proposta britânica para o controle da aviação foi rejeitada, isso porque os aeródromos são inteiramente militares e não podem, assim, estar sujeitos à inspeção militar estrangeira.

No mais, a resposta concorda com o estabelecimento de dois “portos seguros”, na zona inimiga, para a entrada de alimentos, sujeitos a garantias adequadas e concorda também na limitação dos objetivos legítimos nos bombardeios aéreos.

De acordo com as condições acima enumeradas, as autoridades nacionalistas “aceitam de boa vontade a retirada dos voluntários estrangeiros”.

E a nota do general Franco conclui com uma “reiteração solene” das suas afirmações anteriores, isto é: que a Espanha nacionalista nunca consentirá a [*dar a*] “menor hipoteca do seu solo ou da sua vida econômica e que defenderá em qualquer tempo o último quinhão do seu território e dos seus protetorados e colônias, no caso de que qualquer nação estrangeira ousar atentar contra eles”.

Lord Plymouth, presidente do Comitê de Não Intervenção, recebeu uma cópia da resposta do general Franco e outras cópias foram enviadas a *lord Halifax*, secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, e aos membros do comitê.

Espera-se que *lord Plymouth* se porá imediatamente em contato com o Foreign Office e com os membros do comitê e decidirá da ocasião em que o comitê deverá reunir-se para considerar a resposta do general Franco e a do governo da Espanha, que aceitou o plano do comitê.

A nota do general Franco deu origem a um sério embaraço no seio do Comitê de Não Intervenção. Apesar de deixar a porta aberta a posteriores negociações, a exigência do reconhecimento imediato do direito de beligerância só dificilmente será aceita pelo governo britânico.

v

OFÍCIO • 24 AGO. 1938 • AHI 28/1/2

[Índice:] Política de não-intervenção. Texto da resposta de Burgos.

N. 518

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 24 de agosto de 1938.

Senhor Ministro,

Na realidade, a resposta do general Franco relativa à retirada dos voluntários combatendo na Espanha cria uma situação das mais delicadas no seio do Comitê de Não Intervenção de Londres. Uma leitura atenta do documento confirma a impressão da primeira leitura, a saber: que as condições de Burgos muito dificultam a execução do plano britânico. Isso tenderia a modificar profundamente os seus pontos capitais, tais como eram os que se referiam à retirada proporcional dos combatentes não espanhóis e o reconhecimento de certos direitos de beligerância, sobre os quais foi tão difícil o estabelecimento de um acordo, por parte das nações interessadas no conflito.

2. A resposta do general Franco parece, assim, comprometer os resultados obtidos depois de dois anos de esforços, ou pelo menos atrasar, por ainda longos meses, o início da execução do plano que visa, antes de tudo, restituir à guerra civil o seu caráter de conflito interior, retirando-lhe o aspecto particularmente perigoso de conflito continental.

3. É impressão geral em Londres que, na realidade dos fatos, o general Franco aceitou, em princípio, no ano passado, a ideia do repatriamento dos voluntários estrangeiros, com o mesmo espírito que a Itália a admitiu quando aceitou que a entrada em vigor do acordo ítalo-britânico de 16 de abril fosse subordinada à liquidação da questão espanhola. Roma e Burgos estavam ainda na persuasão de que uma vitória

rápida dos nacionalistas interveria, antes da entrada em execução do plano referente à retirada dos voluntários.

4. A ofensiva nacionalista não tendo dado os resultados esperados [e] a certeza de uma decisão rápida no terreno guerreiro não se tendo realizado, – revelando-se, mesmo, de forma simplesmente inesperada a resistência das tropas governamentais – trata-se agora, tanto para o chefe nacionalista como para os que o sustentam, de ganhar tempo, de maneira que possa dispor o governo nacionalista de todos os meios necessários, com finalidade a um sucesso militar, capaz de colocá-lo em situação indiscutivelmente vantajosa. Só assim, razoavelmente, poder-se-ia explicar que Burgos, mesmo confirmando a sua “aceitação” de princípio, formule reservas e reclame condições que implicam, necessariamente, em novo exame de pontos importantes que já estavam definitivamente esclarecidos. Agora, mesmo se as novas negociações pudessem atingir a resultados satisfatórios – o que não parece certo – o início da execução do plano, tão laboriosamente elaborado, estaria retardado por longos meses.

5. Entretanto, o documento de Burgos não fecha todas as portas a futuras negociações (como ficou indicado na parte 2ª do relatório político desta embaixada, do mês de agosto corrente) e, enquanto subsistir uma possibilidade de entendimento, ficam de pé todas as esperanças para uma acordo final. Pois, erro seria, talvez, considerar apenas que a resposta do general Franco coloca um ponto final no debate, que só fica à comissão o alvitre de renunciar ao plano, por unanimidade adotado em Londres. Após dois anos de laboriosas buscas em meio a circunstâncias as mais graves, seria desolador acreditar-se unicamente na possibilidade de uma Europa impotente assistir o conflito espanhol degenerar-se em conflito internacional europeu e, quiçá, em conflito mundial, no próprio momento em que em outras partes deste continente a humanidade, inquieta, apreensivamente assiste a primórdios de outras lutas.

6. Encaradas tais possibilidades como o resultado das paixões que dois campos ideológicos acendem na hora atual, indiferentes à tranquilidade da Europa e do mundo, é toda a nossa civilização que necessita ser defendida e que a crise espanhola ameaça, da mesma forma que as pretensões expansionistas e raciais germânicas ameaçam a civilização e a paz, em outro ponto deste continente. Assim, será talvez consoladora a constatação que Londres, por todos os meios e modos busca firmemente preservar a política de não intervenção, quaisquer que possam ser as suas imperfeições e fraquezas, conjurando o perigo que ameaça a mesma civilização e os povos. Apesar da impressão deprimente ocasionada pela resposta de Burgos, a Inglaterra e a França mostram-se,

pelo tom das suas imprensas, inclinadas a tirar o melhor partido de certas vantagens oferecidas pelas contingências atuais, tanto mais que, no documento citado, o general Franco, em passagem importante, deixa claro que não consentirá nunca em dar, a quem quer que seja, “a menor hipoteca sobre o seu solo ou sua vida econômica, que defenderá até o último grupo de homens o seu território, seus protetorados e suas colônias”.

7. A opinião britânica indica que *lord* Plymouth agiu com sabedoria, recusando encarar, agora, a necessidade de uma reunião do Comitê de Londres, a fim de informá-lo oficialmente da resposta de Burgos, pois uma vez reunido o comitê e devendo examinar os termos do documento, correria o risco de parar em beco sem saída. Pois, decerto, vários membros do comitê haveriam de constatar que as reservas levantadas pelo general Franco não são conciliáveis com o plano britânico. As diversas delegações teriam que tornar públicas as reservas dos seus governos, tomando novas posições, o que traria complicações incalculáveis. Mais aconselhável parece, pois, proceder por via oficiosa entre *lord* Plymouth e as demais partes interessadas no debate. Necessário torna-se primeiro esclarecer a situação, sendo inegável que algumas das partes da resposta de Burgos prestam-se a equívocos. A resposta, em si, constituirá a última palavra do caudilho, ou deixará margem para novas negociações? Tal é a pergunta que os interessados apresentam. Pergunta-se ainda se a Alemanha e a Itália, que deram a sua adesão ao plano britânico, poderão razoavelmente formular as mesmas reservas que Burgos, contribuindo, assim, para arruinar a obra do Comitê de Londres. Sobretudo, no que especialmente se refere à Itália, pode haver dúvidas, mesmo sendo ela a mais ativamente comprometida no conflito, pois do acordo de Londres muito depende a sua tranquilidade econômica e mediterrânea. Tais são os pontos que devem ser fixados pelo Comitê de Não Intervenção de Londres, antes de qualquer passo decisivo.

8. E a imprensa francesa escreve:

A diplomacia de *lord* Plymouth jamais deixou de existir, mesmo em circunstâncias mais críticas, no correr do debate de não intervenção; assim sendo, tudo autoriza a acreditar que, ainda desta vez, ela conseguirá preparar utilmente o terreno para uma solução satisfatória, no momento em que o Comitê de Londres poderá ser convocado, sem se expor a riscos graves.

9. Em anexo tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, senhor Ministro, o texto integral da resposta de Burgos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Caio de Mello Franco

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*:³⁷ “Text of Gen. Franco’s reply to Spain plan”. *The Daily Telegraph*, Londres, 22 de agosto de 1938.]

v

TELEGRAMA • 29 AGO. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Situação política europeia.

CONFIDENCIAL

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
À Embaixada do Brasil em Londres

63 – 21820 – Rogo telegrafar com urgência sua impressão pessoal sobre os últimos acontecimentos políticos e qual a repercussão dos mesmos nos círculos oficiais e na opinião pública deste país. EXTERIORES

Nos mesmos termos às embaixadas em Roma, Paris e Berlim.

57 – Roma – 2367 – Sta[cable]

64 – Paris – 2368 – Radio

74 – Berlim – 2369 – [Radio]

Expedido em 29 de agosto de 1938 via rádio.

³⁷ Não transcrito.

TELEGRAMA • 30 AGO. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

CONFIDENCIAL

Da Embaixada em Londres

Em 30 de agosto de 1938.

120 – TERÇA-FEIRA – 19hs.00 – Resposta ao telegrama n. 63. Minha impressão, de resto apoiada na leitura atenta da imprensa inglesa de hoje, é que entramos na fase mais crítica da política internacional desde o ano de 1914 e que a sorte da Europa e do mundo será decidida nos próximos dias. Há três semanas a solução pacífica do litígio entre a Tchecoslováquia e a minoria alemã parecia ainda provável. Esta impressão é corroborada pelo testemunho do deputado Roberto Boothby que, quando esteve na Tchecoslováquia, há três semanas, ainda lhes parecia possível um acordo sob a égide dos ingleses, mas, desde ontem, acredita possível e próxima uma hecatombe humana. As várias conferências havidas desde ontem no Foreign Office, onde o espírito de apreensão é o mesmo indicado no início deste telegrama, demonstram que o governo britânico emprega toda a sua energia no sentido de evitar a calamidade. Aguardam-se os resultados das reuniões de Paris e Praga com a presença, aqui, do embaixador inglês na Tchecoslováquia. Parece, ainda, ser grave e significativo indício da vontade guerreira da Alemanha a manutenção da classe desmobilizável em armas e a anunciada visita de Hitler às fortificações da fronteira francesa. Julgo ainda conveniente informar a Vossa Excelência que ouvi hoje, a uma hora da manhã, numa emissão de ondas curtas em língua alemã, parecendo provir de Berlim, o conselho aos moradores alemães de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de voltarem ao *Vaterland*. Acabo de saber que na reunião do gabinete foi aprovada, unanimemente, uma política de estreita colaboração com a França. Diante disto, talvez seja passageiro o pessimismo agora reinante e esperamos que a situação política possa clarear-se em breve. Trarei Vossa Excelência informado do desenrolar dos acontecimentos. CAIO DE MELO FRANCO

v

TELEGRAMA • 31 AGO. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Situação política europeia.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores
Brasemb, Londres.

64 – 21420 – Rogo comunicar ao embaixador Régis de Oliveira que, dada a gravidade da situação política europeia, julgo conveniente apressar o seu regresso a Londres.

EXTERIOR

Expedido em 31 de agosto de 1938 via rádio.

v

OFÍCIO • 01 SET. 1938 • AHI 28/1/2

[Índice:] Relatório político do mês de agosto. 3ª parte, de 23 a 31 de agosto de 1938.

N. 530

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 1º de setembro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, a parte 3ª do relatório político do mês de agosto, relativo ao período de 23 a 31 do mês próximo findo.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Caio de Mello Franco

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexo]:

Relatório político do mês de agosto

3ª Parte – de 23 a 31 de agosto de 1938

Tchecoslováquia – progresso das negociações

Um comunicado semioficial publicado em Praga, em 21 do corrente, enquanto indica a fase crítica das negociações, aponta a necessidade das duas partes divergentes chegarem a um compromisso, isso com o auxílio de *lord* Runciman.

O fato de concordarem na continuação das negociações – diz o comunicado – mostra que existe o desejo de se encontrar uma plataforma comum. Nos próximos dias, todos os esforços devem ser concentrados na proposta de um compromisso, no qual *lord* Runciman, de acordo com as finalidades de sua missão, deverá tomar a iniciativa de indicar. Considerando-se a situação internacional e a posição geográfica da Tchecoslováquia, está bem claro que a solução do problema das nacionalidades, por parte dos tchecos, deve ser radical e segura. Somente, para que seja atingida tal solução, é necessário que subsista uma proteção contra qualquer pressão sobre os negócios internos do país, preservando-se a continuação da liberdade de ação da Tchecoslováquia.

Em resumo, os dois pontos de vista agora debatidos são os seguintes: os sudetes alemães desejam uma completa autonomia territorial, enquanto o governo tchecoslovaco oferece uma grande soma de autonomia, não à cada raça separadamente, mas conjuntamente às quatro províncias a serem estabelecidas e, nas quais, o “controle” seria repartido entre as raças.

Entretanto a esperança de um entendimento em breve desapareceu, isso em virtude de acontecimentos que tiveram lugar em 26 do corrente, quando foi publicado um manifesto vindo do escritório central dos sudetes alemães, manifesto assinado pelo doutor Frank e pelo doutor Kollner. O governo imediatamente confiscou os jornais que o publicaram e, mais tarde, permitiu somente a divulgação parcial do documento. Sabe-se, entretanto, que na parte confiscada, o Partido Sudete alemão indicava que uma proclamação secreta comunista, incitando a violências, havia sido descoberta, o que provava ser “os atos de provocação” sofridos no passado não casos isolados, mas sim fases de uma campanha sistemática.

O governo tcheco respondeu tomando sérias medidas e indicando que acreditava ser o manifesto apreendido uma incitação aberta a violências, sobretudo depois de conversações havidas entre o doutor Hodza e o senhor Kundt. Publicou então um aviso dizendo que qualquer pessoa que agisse de acordo com o espírito do manifesto seria imediatamente punida pelas organizações de segurança do país. Acusaram ainda os sudetes alemães de “coleccionarem com grande assiduidade” pequenos incidentes e atos isolados com o fim de influenciar a opinião pública, fazendo crer que uma campanha de violências existia em Tchecoslováquia e assim exercer pressão sobre as negociações com o governo.

Em seguida, de forma inquietadora, houve uma renovação dos ataques violentos contra a Tchecoslováquia pela imprensa alemã, que deu larga publicidade a casos de “atrocidades” cometidos contra os sudetes alemães. Isto coincidia com as notícias que a Alemanha, nos últimos dias, havia informado a diversos governos que, se ainda desejava paz e uma solução pacífica para o problema sudete, esperava que tal solução não se fizesse demorar, pois, em caso contrário, o governo alemão estava disposto a dar todo o seu apoio aos alemães da Tchecoslováquia.

E foi sobre a crise tcheco-alemã que *sir* John Simon fez um importante discurso em Lanark, em 27 do corrente, na ocasião de uma manifestação política ao governo nacional, no qual definiu a atitude do governo britânico com relação aos assuntos internacionais, referindo-se especialmente à questão tchecoslovaca.

No seu discurso o ministro indicou que o ponto de vista da política exterior da Grã-Bretanha estava conforme aquele delineado pelo senhor Neville Chamberlain na Câmara dos Comuns, em 24 de março último, e acrescentou :

O caso da Tchecoslováquia pode tornar-se tão crítico para o futuro da Europa, que seria então impossível colocar um limite aos males que um tal conflito pode trazer, envolvendo todos os países que atualmente pesam as suas consequências e que devem isso mesmo considerar. O governo britânico, por conseguinte, tem empregado toda a sua influência junto a ambos os lados para induzi-los ao uso do bom senso em seus esforços para chegar a uma solução e estou convencido que se um espírito justo prevalecer, seria atingida uma solução pacífica, que virá conciliar os interesses legítimos e as reclamações justas dos dois campos.

O pacto da pequena “Entente” com a Hungria

Importantes acordos preliminares entre a Hungria e os três Estados que formam a pequena “Entente” – Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia – foram oficialmente anunciados na terça-feira, dia 23 do corrente, em Bled, Iugoslávia, onde os ministros dos Negócios Estrangeiros da pequena “Entente” estavam reunidos em conferência desde o domingo anterior.

Os acordos reconhecem o direito da Hungria de se rearmar, apesar das restrições impostas pelo Tratado de Trianon, de 1920, e os quatro Estados renunciam [a]o emprego de força armada para resolver as suas questões particulares.

Um comunicado conjunto dos ministros da pequena “Entente” salienta a necessidade de uma mais íntima colaboração econômica entre os referidos Estados. Com relação ao domínio do Danúbio, os ministros decidiram confiar a questão a peritos dos três Estados, a fim de negociarem os detalhes, em Belgrado. O comunicado declara que esperam “continuar cooperando com os Estados interessados”. Presume-se, pois, que a pequena “Entente” concorda em conservar na Comissão do Danúbio a Grã-Bretanha e a França, que a Alemanha desejava ver excluídas.

Tomaram parte na Conferência de Bled o doutor Stokadinovitch, primeiro-ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros da Iugoslávia; doutor Krofta, secretário dos Negócios Estrangeiros da Tchecoslováquia e o senhor Petrescucu-Comnen, ministro dos Negócios Estrangeiros da Romênia. O barão Bessenyei-Bakach, ministro da Hungria em Iugoslávia também foi oficialmente informado das decisões resolvidas.

Sabe-se ainda que a notícia dos acordos com a Hungria foi recebida com grande satisfação em Praga. Considera-se que a pequena “Entente” contribuiu eficazmente para manter a paz europeia, seguindo, assim, a linha traçada pelo Pacto de Salônica, pelo qual a “Entente” balcânica concedeu à Bulgária o direito de se rearmar, embora admitindo-se que a pequena “Entente” não conseguiu obter solução adequada para a melindrosa questão das minorias, isso devido à insistência da Hungria em desejar acordos separados com cada Estado. Sobre o assunto o comunicado ainda diz: “Alguns outros pontos, sobre os quais têm havido negociações, não chegaram a um passo decisivo; portanto, qualquer publicação não pode ainda ser feita no momento atual”.

O comunicado declara mais que a pequena “Entente” está convencida que a Sociedade das Nações não se acha em condições de pôr em execução a tarefa que lhe é imposta, mas indica, entretanto, que continuarão os Estados componentes a prestar apoio e assistência ao organismo de Genebra.

TELEGRAMA • 02 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política na Europa.

CONFIDENCIAL

Da Embaixada em Londres

Em 2 de setembro de 1938.

125 – SEXTA-FEIRA – 18hs.30 – Aditamento aos meus telegramas ns. 120 e 122. A impressão hoje é de certo otimismo. Os jornais da tarde comentam, favoravelmente, a entrevista de Hitler ao *Jornal de Paris* sobre a situação europeia e da necessidade de uma paz duradoura. Entretanto, as notícias de Praga informam que a situação continua inquietante. Sabe-se que a mensagem de *lord Runciman*, encaminhada por Henlein a Hitler, foi recebida com a devida atenção. A opinião geral é que a mediação inglesa está fortemente influenciando para que a paz internacional seja mantida. CAIO DE MELLO FRANCO

TELEGRAMA • 05 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política europeia.

CONFIDENCIAL

Da Embaixada do Brasil em Londres

Em 5 de setembro de 1938.

127 – SEGUNDA-FEIRA – 19hs.45 – A situação interna continua em estado de graves preocupações, embora indícios sejam mais favoráveis, como a continuação das negociações em Praga, a ausência de quaisquer incidentes e o espírito de conciliação tchecoslovaco. Como sintomas alarmantes: os preparativos alemães e a não desmobilização militar francesa. O estado atual de coisas muito depende das declarações de Hitler em Nuremberg. Em caso de guerra tenho a impressão que a Inglaterra não poderá evitar de participar, mesmo porque é de sua ética política não

permitir a hegemonia de uma potência continental, na Europa, como a Alemanha. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 06 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política europeia.

CONFIDENCIAL

Da Embaixada em Londres

Em 6 de setembro de 1938.

129 – TERÇA-FEIRA – 20hs.30 – A situação internacional continua sem mudança, desde ontem. O discurso de Hitler, que não menciona o problema da Tchecoslováquia, está sendo publicada nos jornais daqui. Entretanto, a verdade é que a impressão hoje se apresenta menos pessimista com relação à situação internacional europeia, sendo já do conhecimento público que os novos oferecimentos ao governo de Praga incluem o reconhecimento da autonomia territorial na região dos sudetos, igualdade nos estatutos e a adoção oficial do idioma alemão na área litigiosa. Praga acredita que essas concessões poderão satisfazer as exigências dos negociadores, embora não deem completa satisfação aos oito pontos de Karlsbad, sobretudo no que se refere especialmente às reparações das injustiças praticadas desde 1918, e à completa liberdade de profissão de fé nacional socialista e de filosofia germânica. Acredita-se que Hitler deixou deliberadamente o problema da Tchecoslováquia, reservando-se para fazer declarações políticas após o conhecimento oficial das propostas de Praga, que serão comunicadas diretamente a Kundt pelo primeiro-ministro da Tchecoslováquia. Também causou forte impressão a linguagem enérgica do presidente do grupo da maioria dos partidos trabalhistas, que falou em nome de todas as organizações britânicas industriais e trabalhistas. Assim, os otimistas pensam que, em vista da proximidade do inverno, o perigo de guerra está afastado. A opinião na *City* está mais tranquilizada com a melhoria dos títulos alemães. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 09 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

CONFIDENCIAL

Da Embaixada em Londres

Em 9 de setembro de 1938.

131 – SEXTA-FEIRA – 19hs.00 – Corre com certa insistência que este governo breve tomará a iniciativa de, oficialmente, informar à opinião pública que os esforços mediadores de *lord* Runciman são secundados pelo governo britânico, ficando, assim, a missão particular reconhecida como parte integrante da ação diplomática inglesa, no continente. Runciman conseguiu persuadir o governo tchecoslovaco de conceder aos sudetos muito mais do que era pensamento do governo Benes. A Inglaterra assumiria a responsabilidade moral das concessões oferecidas pela Tchecoslováqui[a], ficando, nesse caso, garantida a independência do país, contanto que a Tchecoslováquia não fosse além das concessões já propostas à minoria alemã. As negociações diplomáticas continuam em situação melindrosa. RÉGIS

v

OFÍCIO • 09 SET. 1938 • AHI 28/1/2

[Índice:] A situação internacional.

N. 542

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 9 de setembro de 1938.

Senhor Ministro,

Desde os últimos dias do mês próximo findo a situação internacional se apresentou bastante tensa e a imprensa deste país deu a entender que a Europa entrara na fase mais crítica da sua política internacional desde o ano de 1914 e que a sorte do continente e do mundo estava próxima a ser decidida, ou pela conservação da paz, com o assentimento alemão ou pela guerra internacional europeia.

2. Algumas semanas antes – com o seguimento das negociações entre a Tchecoslováquia e as minorias alemãs – um acordo de princípio parecia próximo e esta impressão era corroborada pelo testemunho dos vários jornalistas e diplomatas, presentes em Praga, que ainda firmavam ser possível um acordo sob a égide inglesa.

3. Entretanto, desde a época indicada, as várias conferências havidas no Foreign Office, onde o espírito de apreensão cresceu, demonstraram que o governo britânico empregava toda a sua energia no sentido de evitar a calamidade.

4. Seguiram-se as reuniões de Paris, Londres e Praga e a presença aqui do embaixador inglês na Alemanha desde logo demonstrou a gravidade da situação. Teve ainda significação a notícia de que a Alemanha demonstrava a sua vontade guerreira com a manutenção em armas de classe desmobilizável, e as repetidas visitas do senhor Hitler às várias fortificações das suas fronteiras.

5. RePLICOU a Inglaterra com uma reunião do gabinete de St. James, onde foi aprovada unanimemente uma política de estreita colaboração com a França, o que talvez tenha sido o fator essencial para que a Alemanha evitasse precipitar os acontecimentos.

6. Após a publicação oficial do comunicado daquela reunião do gabinete de St. James, o embaixador Henderson voltou para Berlim, levando o ponto de vista do governo inglês sobre a situação, enquanto anunciava-se a chegada aqui do secretário da Comissão Runciman, trazendo as linhas gerais das novas propostas do presidente Benes.

7. Houve então acentuada pausa na tensão política, pois o governo britânico pode ter conhecimento oficial do texto integral das novas propostas feitas por Praga, propostas essas que pareciam dar ensejo a uma solução pacífica e justa do conflito, salvando-se assim a paz, tão gravemente ameaçada.

8. Seguiram-se dias de certo otimismo. Os jornais publicaram e comentaram favoravelmente uma entrevista concedida pelo senhor Hitler ao *Le Journal*, de Paris, sobre a situação europeia e a necessidade da paz continental. Entretanto, as notícias vindas de Praga continuavam a dar a situação como extremamente inquietante, embora não se ignorasse que uma mensagem de *lord* Runciman fora levada pessoalmente pelo senhor Henlein ao senhor Hitler, mensagem recebida com a devida atenção pelo Führer da Alemanha. E a opinião pública indicava que a mediação inglesa estava fortemente influenciando para que a paz internacional fosse mantida. E ainda naquela ocasião, embora alguns indícios fossem mais favoráveis, tais como a continuação das negociações diplomáticas com Praga, a ausência de quaisquer incidentes graves e o espírito de conciliação que os tchecoslovacos revelavam, eram evidentes alguns sintomas mais

alarmantes, tais como os preparativos bélicos alemães e a não desmobilização militar francesa. O estado atual das coisas muito dependiam das declarações de Hitler em Nuremberg e a impressão geral era que a Inglaterra não poderia deixar de participar no conflito, tanto mais que a sua ética política sempre foi de não permitir a hegemonia de uma potência continental na Europa, estando evidente que na hora atual jamais poderia permitir o domínio de uma Alemanha vitoriosa.

9. Mas o senhor Hitler não mencionou, no seu esperado discurso de Nuremberg, o problema da Tchecoslováquia. Foi então conhecido que a Tchecoslováquia resolvera oferecer às minorias alemãs o reconhecimento da autonomia territorial das regiões sudetes, a igualdade de estatutos para todas as suas minorias, oferecendo ainda reconhecer oficialmente o idioma alemão na área litigiosa. Praga acreditou assim que aquelas concessões poderiam satisfazer as exigências dos negociadores alemães, embora não dessem completa satisfação aos oito pontos de Karlsbad, sobretudo no que se referia à reparação das injustiças praticadas desde 1918, à completa liberdade de profissão de fé nacional-socialista e da filosofia germânica na zona litigiosa. E foi anunciado por alguns órgãos da imprensa deste país que o senhor Hitler deixara deliberadamente de abordar o problema tchecoslovaco, reservando-se para fazer declarações políticas após o conhecimento oficial das propostas de Praga, que foram comunicadas diretamente ao senhor Hitler pelo ministro da Tchecoslováquia.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 09 SET. 1938 • AHI 28/1/2

[Índice:] Comitê de Londres para os refugiados. Contribuição do Brasil.

N. 543

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 9 de setembro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o nosso representante no Comitê Intergovernamental de Londres para os Refugiados, secretário comercial Milton de Weguelin Vieira, recebeu do secretário desse comitê um *memorandum* referente às contribuições devidas pelos vários países representados no comitê em apreço.

2. Havendo sido fixada a contribuição do Brasil em 23/554 avos da importância máxima votada, que é de 50.000 dólares, a cota que cabe ao nosso país é de £415. Rogo assim a Vossa Excelência o especial obséquio de mandar dar as necessárias ordens, a fim de que possa esta embaixada efetuar proximamente o pagamento da importância devida ao comitê de Londres.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

TELEGRAMA • 10 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política europeia.

CONFIDENCIAL

Da Embaixada em Londres
Em 10 de setembro de 1938.

132 – SÁBADO – 14hs.15 – O ambiente continua de grade inquietação, sendo a decisão deste governo, ontem à noite, de instruir o embaixador inglês em Berlim para expor ao chanceler Hitler a grave preocupação deste governo e dizer-lhe claramente, a impossibilidade absoluta do britânico ficar indiferente no caso da invasão da fronteira

da Tchecoslováquia. O Almirantado anuncia que a primeira flotilha de caça-minas está sendo aparelhada e outra flotilha de lança-minas foi posta em atividade, como medida preventiva. Trata-se de notícia importante, dada a preparação naval francesa. O *weekend* será de ansiedade, esperando-se a declaração de Nuremberg. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 12 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

CONFIDENCIAL

Da Embaixada em Londres
Em 12 de setembro de 1938.

134 – SEGUNDA-FEIRA – 14hs.30 – Tenho motivos para acreditar que nestas 24 horas este governo decidiu firmemente intervir, em caso de guerra provocada pela Alemanha, e que as publicações de ontem na imprensa foram destinadas a impressionar o governante daquele país, onde consta que ainda prevalecia a impressão de que a Inglaterra não agiria. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 13 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

CONFIDENCIAL

Da Embaixada em Londres
Em 13 de setembro de 1938.

136 – TERÇA-FEIRA – 15hs.30 – A impressão deste governo é que o discurso de Hitler não altera muito a situação, deixando ainda porta aberta a negociações. A tensão continua séria, podendo novos incidentes surgir a cada hora. Consta que o ministro tchecoslovaco comunicou a este governo a impossibilidade absoluta de Praga aceitar o

plebiscito. Tenho estado diariamente em contato com o Foreign Office. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 14 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 14 de setembro de 1938.

140 – QUARTA-FEIRA – 14hs.30 – Este governo continua os seus esforços, não abandonando a esperança de uma solução. Considero a situação atual das mais perigosas, visto a possibilidade de outros incidentes após o grave incidente de ontem. O gabinete de St. James está reunido, quase em permanência. Estive com o ministro tchecoslovaco, que me disse hoje que, com concessões extremas e com diminuição de soberania, seu governo não se manteria. Está claro que tudo depende da atitude do governo alemão. Confirmo que os chefes militares assistiram à reunião do Conselho de Ministros, ontem. A situação é muito crítica, modificando-se de hora em hora, sendo absolutamente impossível prever-se o desenvolvimento dos acontecimentos, que nos surpreendem a todo o momento. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 14 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 14 de setembro de 1938.

141 – QUARTA-FEIRA – 23hs.55 – Em vista da situação internacional crítica, o primeiro-ministro decidiu partir imediatamente, por via aérea, amanhã de manhã, para a Alemanha, após combinação em entrevista com Hitler, por intermédio de Henderson. Comunicou-se com o primeiro-ministro francês. Julgo que, se a viagem de Chamberlain

não alcançar o objetivo visado, a Alemanha suscitará contra si a opinião universal.

RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 18 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres

Em 18 de setembro de 1938.

144 – DOMINGO – 15hs.00 – Massaryck acaba de estar comigo e contou-me que entregou esta manhã carta a Daladier reafirmando a impossibilidade absoluta do governo tchecoslovaco aceitar o plebiscito. Em todo caso, disse-me, confidencialmente, que talvez seja possível ainda chegar a qualquer acordo internacional referente à concessão do reajustamento da fronteira, mas que isso mesmo só se poderá realizar em atmosfera muito mais calma e se a Tchecoslováquia obtiver absoluta garantia das grandes potências. A solução, pois, parece extremamente árdua. O presidente do Conselho francês e seu ministro das Relações Exteriores estão neste momento em conferência com o gabinete de St. James. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 19 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres

Em 19 de setembro de 1938.

145 – SEGUNDA-FEIRA – 14hs.15 – A declaração do governo é que houve perfeito acordo entre o gabinete de St. James e o gabinete francês. O plano parece ser, mais ou menos como nas linhas do telegrama desta embaixada n. 144³⁸: cessão do território de população mais compacta, neutralização e garantia das grandes potências e dos Estados limítrofes à Tchecoslováquia. Isso significaria que a Tchecoslováquia deverá sacrificar-

³⁸ NÃO VAI ENTRAR? NÃO FOI FOTOGRAFADO/TRANSCRITO.

se pela paz. Resta saber qual será a reação do governo tchecoslovaco e das demais minorias naquele país. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 22 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 22 de setembro de 1938.

148 – QUINTA-FEIRA – 17hs.00 – Os socialistas, liberais e certos conservadores como Eden e C[h]urchill criticam muito severamente a atitude do governo diante das exigências alemãs, considerando-a humilhante capitulação, acarretando os maiores perigos para o futuro. Tudo depende de se Hitler, nas reunião [*sic*] do Reno, fará novas exigências, apoiando as reivindicações das minorias húngara e polonesa. A crise certamente não está acabada. A não ser que se consiga acordo com a Alemanha sobre as principais questões europeias, subsistirá perigo iminente de conflito europeu. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 23 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 23 de setembro de 1938.

150 – SEXTA-FEIRA – 21hs.10 – URGENTE. Acabo de saber que Chamberlain se despediu, hoje, de Hitler e que volta amanhã de manhã. As negociações fracassaram. Chamberlain fará, entretanto, uma última tentativa hoje à noite. A situação é gravíssima. A embaixada francesa acaba de me informar que a França mobilizará imediatamente se, como tudo indica, a Alemanha invadir a Tchecoslováquia. RÉGIS

v

OFÍCIO • 23 SET. 1938 • AHI 28/1/2

[Índice:] A crise europeia. Segunda visita do primeiro-ministro a Godesberg.

N. 564

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 23 de setembro de 1938.

Senhor Ministro,

Nestas horas se decide em Godesberg o destino da Europa. Se as conversações agora em curso entre o chanceler do Reich e o senhor Neville Chamberlain se limitarem à execução prática do plano imposto pela Inglaterra e a França à Tchecoslováquia – se, como aqui se espera, o senhor Hitler consentir na desmobilização paulatina do exército alemão; – se o Fuhrer não fizer suas reivindicações apresentadas pela Hungria e a Polônia; – se, em compensação das enormes concessões obtidas, o chefe da Alemanha abordar a solução dos principais problemas europeus, sobretudo o da Espanha, há esperança de que se possa ainda evitar uma guerra.

2. Se, entretanto, o Fuhrer apresentar novas exigências, apoiando as reclamações de Budapeste e de Varsóvia, e exigir o desmembramento da Tchecoslováquia, talvez mesmo o seu desaparecimento, – e a imprensa alemã, imprensa sob o mando do governo alemão, só se tem pronunciado nesse sentido – então o senhor Neville Chamberlain ver-se-á obrigado ou a capitular novamente, ou a recusar quaisquer novas concessões – e tal recusa poderá evidentemente acarretar as mais graves consequências. O pensamento do governo britânico parece ser que novas concessões são impossíveis, e que a questão das minorias húngara e polonesa deve ficar para ser resolvida ulteriormente, quando a atmosfera estiver mais tranquila.

3. Embora a Inglaterra tenha aplaudido, e aplaude, a iniciativa do primeiro-ministro em procurar o senhor Hitler para resolver a questão da Tchecoslováquia, quando da sua primeira viagem a Berchtesgaden, notou-se muito menos entusiasmo quando ontem partiu para Godesberg. Embora parte da imprensa, e sobretudo o *Times*, tenha defendido e justificado a iniciativa do primeiro-ministro e o seu resultado, isto é, o plano impondo à Tchecoslováquia a cessão dos territórios habitados pelos “sudetes”, assim mesmo existe sem dúvida alguma um sentimento geral de vergonha e de amargura pela atitude adotada pela Grã-Bretanha diante das exigências do Reich, abdicando, por assim dizer,

a sua supremacia no mundo. Boa parte da opinião pública condena o plano anglo-francês como uma capitulação humilhante perante os processos brutais da diplomacia – se esse termo se pode aplicar a tais processos – da Alemanha.

4. A imprensa dos Domínios, reproduzida em parte no *Times* e no *Daily Telegraph*, parece considerar a atitude da Inglaterra e da França como uma rendição que não evitará a guerra, tornando-a, pelo contrário, inevitável.

5. O novo governo tchecoslovaco, presidido pelo chefe do Estado-Maior daquele país, o general Sirovy, parece disposto a fazer respeitar as fronteiras da infeliz república até que se tenha esclarecido quais serão os processos adotados para a cessão dos territórios “sudetes”. Tal atitude, apenas natural e perfeitamente justificada, pode entretanto acarretar grave perigo, visto a exaltação dos ânimos dos sudetes imigrados, exaltação fomentada incansavelmente pela imprensa alemã, que já está representando o general Sirovy como mandatário de Moscou, e, segundo os processos habituais à propaganda do doutor Goebbels, alegando que a Tchecoslováquia se acha entregue ao bolchevismo, e sob ameaça de plebe vermelha. Nunca na história um governo tem empregado uma linguagem tão baixa e processos tão revoltantes contra o governo de um país com o qual ainda está em paz.

6. É muito possível que o senhor Chamberlain não consiga um dos objetivos da sua segunda viagem – o de obter que a Tchecoslováquia tenha um prazo razoável para a cessão dos territórios sudetes, e que a cessão se faça com processos que garantam a integridade do resto do território tchecoslovaco. Sabe-se que vinte cinco divisões alemãs estão concentradas nas proximidades de Teschen e a Hungria já chamou 220.000 homens. A Inglaterra e a França poderão impedir que essas forças entrem na Tchecoslováquia, e ponham a Europa e o mundo diante de um fato consumado? Que a Polônia se encontre entre os inimigos e eventuais agressores da Tchecoslováquia é quase incompreensível, pois a República polonesa não passa de um retalho de nacionalidades, e contém uma minoria de 1.200.000 alemães!

7. Quais são os motivos que levaram a Inglaterra e a França a abandonar a Tchecoslováquia? Por um lado, certamente o desejo primordial de evitar a guerra – guerra que seria uma catástrofe, tanto para os vencidos como para os vencedores. Mas ao evitá-la neste momento tem-se a impressão de que ela foi apenas adiada. Winston Churchill, apreciando os acontecimentos, disse: “A França e a Inglaterra tinha por escolher a desonra ou a guerra. Optaram pela desonra. E terão a guerra!”. Evidentemente a única razão da capitulação quase incondicional das duas grandes

democracias europeias é a sua falta de preparação bélica. A França, embora possuindo um exército de primeira ordem e que nunca foi melhor, está, ao que se diz, inteiramente desapercibida em sua aviação, e a Inglaterra ainda está longe de haver recuperado o terreno perdido durante anos da inatividade em relação ao seu exército e à sua armada.

8. O que é um fato é que essa falta de preparação foi aproveitada pela Alemanha para conseguir vencer, sem resistência, a segunda e talvez a mais importante fase do seu programa de conquistas. A impressão moral na Alemanha deve ser imensa, a julgar pela depressão que os acontecimentos criaram na Inglaterra. O que se vê de mais claro, e que só uma guerra poderá talvez evitar, é a hegemonia alemã na Europa. Com a sua vitória na Tchecoslováquia, a Alemanha deslocou completamente o eixo do equilíbrio europeu. A *Petite Entente*, a Polônia e a Hungria gravitam na sua órbita e essa situação deixará a França e a Inglaterra isoladas.

9. Não faltam aqueles que, com razão, veem nos acontecimentos destes últimos dias uma verdadeira abdicação da Grã-Bretanha de sua posição de mando até hoje mais ou menos mantida e que se preocupam seriamente com o futuro do Império.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

- [Anexos: ³⁹ n. 1 “A new advance”. *The Times*, Londres, 19 de setembro de 1938;
n. 2 “Prague and the Plan”. *The Times*, Londres, 20 de setembro de 1938;
n. 3 “Waiting on Prague”. *The Times*, Londres, 21 de setembro de 1938;
n. 4 “The second visit”. *The Times*, Londres, 22 de setembro de 1938;
n. 5 Recorte de uma charge do jornal *The Star*, Londres, 21 de setembro de 1938;
n. 6 “A time for calm restraint”. *Daily Telegraph*, Londres, 19 de setembro de 1938;

³⁹ Não transcritos.

n. 7 “The anglo-french plan”. *Daily Telegraph*, Londres, 20 de setembro de 1938;

n. 8 “Counting the cost”. *Daily Telegraph*, Londres, 21 de setembro de 1938;

n. 9 “The wider issue at Godesberg”. *Daily Telegraph*, Londres, de 22 de setembro de 1938.

v

TELEGRAMA • 24 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 24 de setembro de 1938.

151 – SÁBADO – 13hs.20 – O subsecretário permanente dos Negócios Estrangeiros acaba de me dizer que o *memorandum* que Hitler apresentou ontem à noite a Chamberlain exige a ocupação imediata, “simbólica”, de certo trecho do território sudeto. Acrescentou que a proposta lhe parece dificilmente aceitável por parte do governo tchecoslovaco e que, portanto, a situação permanece muito grave. Chamberlain está chegando agora. RÉGIS

v

TELEGRAMA • 25 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[*Índice:*] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 25 de setembro de 1938.

152 – DOMINGO – 12hs.45 – O presidente do Conselho de Ministros e o ministro das Relações Exteriores da França são esperados hoje para deliberar com este governo sobre a proposta contida no *memorandum* alemão sobre as condições da ocupação do território dos sudetes. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 25 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 25 de setembro de 1938.

153 – DOMINGO – 20hs.30 – Acabo de saber que o governo tchecoslovaco recusa aceder ao plano alemão, tal qual foi apresentado e cujos termos parecem ir muito além da cessão do território sudeto. Conversei com o ministro tchecoslovaco, o qual, confirmando a notícia acima, disse-me que acaba de ter uma entrevista dramática com Chamberlain. Os ministros franceses terão uma conferência esta noite com o gabinete de St. James. Este país está intensificando as precauções de preparação da defesa do território, cidades e população, principalmente contra gases. RÉGIS

v

TELEGRAMA • 26 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 26 de setembro de 1938.

154 – SEGUNDA-FEIRA – 14hs.45 – Chamberlain mandou, por avião, um apelo a Hitler, instando em que as negociações deviam substituir, neste momento, qualquer ação violenta. O apelo foi feito de acordo com os ministros franceses, que acabam de regressar a Paris. A imprensa publica os termos do *memorandum* alemão, geralmente considerados como inaceitáveis por país soberano. Os vespertinos divulgam a mensagem do presidente Roosevelt a Hitler e Benes. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 26 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 26 de setembro de 1938.

155 – SEGUNDA-FEIRA – 19hs.15 – Ansiosamente espera-se aqui o discurso que fará, hoje à noite, Hitler e cujos termos serão divulgados, em edições especiais, nos jornais da noite. O general Gamelin encontra-se, aqui, em conferência com as autoridades militares britânicas. O Parlamento foi convocado para quarta-feira próxima. Consta que foram chamadas as forças territoriais, pertencentes ao serviço de defesa aérea. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 27 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 27 de setembro de 1938.

156 – TERÇA-FEIRA – 16hs.30 – Chamberlain, em declaração oficial feita esta madrugada após o discurso de Hitler, exprimiu sua opinião de haver ainda possibilidade de se resolver o conflito pacificamente, dizendo que não abandonaria seus esforços nesse sentido. Em editorial, o *Times* e o *Daily Telegraph* manifestam o mesmo pensamento, considerando as declarações de Hitler aceitando a oferta da legião britânica para fiscalizar a entrega do território sudeto como indício favorável. Entretanto, é importante ter em vista que o apelo de Chamberlain, transmitido a Berlim pelo emissário Wilson, e a oferta da legião britânica foram feitos antes do discurso. O Foreign Office confirma a notícia, publicada nos jornais daqui, dizendo que a França estaria ao lado da Tchecoslováquia, em caso de agressão, e seria certamente acompanhada da Rússia e da Grã-Bretanha. Wilson encontra-se ainda em Berlim, onde acaba de ter nova entrevista com Hitler. As autoridades estão construindo abrigos antiaéreos nos parques públicos e montando artilharia contra aviões. Informo, confidencialmente, que no Foreign Office o último(?) discurso de Mussolini é interpretado como talvez podendo exercer influência moderadora sobre a Alemanha. O

Times publica artigo do correspondente diplomático afirmando que o manifesto do governo tchecoslovaco sobre o motivo da mobilização do exército não corresponde à verdade em importantes detalhes, posto que a mobilização foi decretada antes do conhecimento, pelo governo da Tchecoslováquia, do resultado das negociações no Reno e ainda sem o assentimento, como sem o prévio conhecimento deste governo. Os jornais publicam hoje que os presidentes da Argentina, do Chile e do Peru fizeram um apelo telegráfico a Hitler e a Benes. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 28 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 28 de setembro de 1938.

158 – QUARTA-FEIRA – 15hs.00 – A situação, sem mudança, está esperando o resultado da exposição do primeiro-ministro no Parlamento. Foi publicado o novo apelo do presidente Roosevelt, cujos termos considero ser dos mais valiosos como contribuição para a paz e seria incrível que não fosse devidamente pesado e atendido pela Alemanha. Acabo de saber que Chamberlain mandou apelo a Berlim, parecendo que a resposta trazida por Wilson não é satisfatória. Os ingentes esforços do primeiro-ministro certamente terão aprovação plena do Parlamento, sendo esse o sentimento de toda a nação. Dada a situação, já há dias pedi ao cônsul, aqui, avisar os brasileiros sobre as passagens e da necessidade de deixarem a Inglaterra e a Europa, recomendando aos funcionários que as esposas e filhos não fiquem na cidade. Aprovo a sugestão do cônsul a respeito de dispor de certa quantia para socorros e repatriações. Todas as providências necessárias foram tomadas, neste país, para a completa mobilização civil, tendo sido mobilizada a esquadra. RÉGIS

v

TELEGRAMA • 28 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 28 de setembro de 1938.

159 – QUARTA-FEIRA – 18hs.30 – Acabo de chegar do Parlamento, onde Chamberlain fez, com a maior simplicidade, o histórico das suas negociações com Hitler. A sessão foi a mais emocionante possível, estando toda a Câmara solidária com o primeiro-ministro nos seus ingentes esforços para salvar a paz na Europa. Chamberlain, em seu último apelo, havia oferecido a Hitler ir a Berlim e se dirigiu a Mussolini, pedindo a sua intervenção junto ao chanceler alemão. Ao terminar a sua exposição, comunicou a resposta favorável de Hitler, a qual leu à câmara dos Comuns, convidando-o para encontrar-se amanhã em Munique, conjuntamente com Mussolini e Daladier. Chamberlain recebeu ovações indescritíveis de todos os partidos de pé e cujos chefes, profundamente comovidos, manifestaram-lhe votos de feliz sucesso. Os chefes de todas as missões diplomáticas presentes a essa sessão histórica aplaudiram com profunda comoção. RÉGIS OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 30 SET. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres
Em 30 de setembro de 1938.

160 – SEXTA-FEIRA – 12hs.45 – Foi confirmada a boa nova do acordo de Munique, que, sem dúvida alguma, à última hora salvou a Europa do mais horrível conflito de todos os tempos. Certo de interpretar o desejo de Vossa Excelência, apresentarei felicitações pelo presidente da República e por Vossa Excelência, no momento do seu regresso, ao primeiro-ministro, pelo[s] seus incansáveis esforços, até o último momento, para evitar à humanidade de iminente conflagração. A influência de Mussolini foi certamente decisiva na reunião de Munique, mas estou persuadido de que teve enorme peso na balança a atitude do presidente Roosevelt. É o momento de se pôr em relevo a

admirável contribuição para a paz, da Tchecoslováquia, cujo doloroso sacrifício permite evitar a guerra. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 01 OUT. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres

Em 1º de outubro de 1938.

162 – SÁBADO – 16hs.00 – O primeiro-ministro foi triunfalmente recebido e aclamado em delírio pelo povo no aeródromo e em todo o percurso até o palácio de Buckingham, onde apareceu no balcão com os soberanos. Durante o percurso, Chamberlain leu ao povo o acordo amigável anglo-alemão. A imprensa, hoje, aponta o imenso sacrifício consentido pela Tchecoslováquia, salientando a difícil situação econômica resultante da perda da maior parte do aparelhamento industrial, sem compensações financeiras, e lembra a possibilidade de resultado desfavorável para os tchecoslovacos de um plebiscito realizado em condições de economia caótica, complicada pelo problema dos refugiados. Acabo de estar com Chamberlain o qual, no curso da conversa, naturalmente confidencial, exprimiu a esperança de que um contato direto e pessoal com Hitler e Mussolini permitirá a solução dos atuais problemas capitais europeus, como o da Espanha, pois, agora e sempre, considerou Berlim a chave da política europeia. Acrescentou que teve a impressão de que a Itália e a Alemanha já estão cansadas da guerra peninsular. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

TELEGRAMA • 01 OUT. 1938 • AHI 29/5/15

Índice: Situação política europeia.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

Brasemb, Londres.

Em 1º de outubro de 1938.

74 – 71453 – Com referência ao seu telegrama n. 160, rogo a V. Exa. abster-se, se ainda possível, de quaisquer felicitações ou outras manifestações em nome do sr. presidente da República ou do governo brasileiro, por motivo da solução dada ao conflito tcheco-alemão. O princípio pelo qual nos guiamos, em face aos dissídios europeus, é o de não interferirmos nos mesmos, por forma alguma. Ainda há pouco, limitamo-nos a apoiar o apelo do presidente Roosevelt em favor da paz, por se tratar da expressão de aspirações puramente continentais. EXTERIOR

v

TELEGRAMA • 04 OUT. 1938 • AHI 29/5/2

[Índice:] Situação política europeia.

Da Embaixada em Londres

Em 4 de outubro de 1938.

163 – TERÇA-FEIRA – 18hs.10 – Os debates parlamentares de ontem revelaram a aprovação da Câmara dos Comuns aos esforços do primeiro-ministro e a simpatia profunda pela Tchecoslováquia, cujo espírito de sacrifício permitiu a manutenção da paz. Chamberlain e outros oradores referiram-se reconhecidamente ao apelo do presidente Roosevelt, indicando a repulsa unânime pela guerra, manifestada por todos os povos. Eden, após se referir em termos eloquentes ao sacrifício tchecoslovaco, disse que agora podemos respirar depois de haver estado à beira do abismo, e isto devemos ao incansável trabalho do primeiro-ministro. A oposição criticou o acordo; o discurso do ex-ministro da Marinha deixou claro que assim procedeu por não concordar com a política internacional de Chamberlain, que agiu sem consultar previamente o gabinete e o Parlamento. Convém notar que o próprio Chamberlain salientou a necessidade de interceder pela intensificação dos armamentos, tendo sido sustentado pela maioria dos partidos, e anunciou a intenção do governo de conceder um empréstimo ao governo tchecoslovaco, abrindo crédito imediato de dez milhões de libras. RÉGIS DE OLIVEIRA

v

NP/164/900.1(600)

~~——— O ministro de Estado das Relações Exteriores apresenta os seus cumprimentos ao embaixador de Sua Majestade Britânica e, acusando o recebimento do *memorandum*, de 28 de setembro último, relativo às declarações do primeiro ministro senhor Neville Chamberlain sobre a situação política da Europa em face das declarações do chanceler Adolf Hitler, tem a honra de levar ao conhecimento de Sua Excelência que aquelas nobres palavras tiveram simpática repercussão no Brasil, e congratula-se, ao mesmo tempo, com o governo de Sua Majestade pelo completo êxito das negociações internacionais que asseguraram a paz universal, iniciando uma nova era de tranquila prosperidade para o mundo.~~

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1938.

[Anexo]⁴⁰

URGENT

British Embassy

Rio de Janeiro

17th October, 1938.

N. 153.

Monsieur le Ministre,

~~——— By his note n. EC/137/845.73(60)(42) of October 1st, 1937 [*sic*], Sr. Pimentel Brandão was good enough to inform Mr. Coote that the Brazilian Government saw no objection to the grant by His Majesty's Government in the United Kingdom to the Icelandic Government of an additional quote of some 600 tons for lamb and mutton to be allotted for the 1937 season.~~

2. ~~——— I have the honour to inform Your Excellency, under instructions from His Majesty's Principal Secretary of State for Foreign Affairs, that the Icelandic Government have asked for a further renewal of this concession and that as economic~~

⁴⁰ Este anexo nenhuma relação tem com o despacho. E o documento aqui transcrito como despacho, ao que me parece, é anexo de um despacho. Verificar o volume no AHI.

~~conditions in Iceland appear to be even worse than in previous years, His Majesty's Government are prepared to accede to this request, notwithstanding the special difficulties of United Kingdom producers this years, on condition that such a concession is not regarded as a precedent and that the other supplying countries do not claim a consequential right to send extra quantities.~~

~~3.— His Majesty's Government trust that the Brazilian Government will agree to this temporary concession again being granted to the Icelandic Government and I am to add that their consent will be assumed if no objection is raised by October 22nd, as the season is now very late.~~

~~4.— I am at the same time to convey to Your Excellency an expression of the sincere regret of His Majesty's government that this request on their part should be of such an urgent nature.~~

~~— I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency an assurance of my highest consideration.~~

His Excellency

[ilegível, cortado]

v

OFÍCIO • 06 OUT. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] A crise europeia. A Conferência de Munique.

N. 586

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 6 de outubro de 1938.

Senhor Ministro,

Quando o senhor Neville Chamberlain voltou de Godesberg com o *memorandum* que lhe fora entregue pelo chanceler do Reich e que continha novas exigências relativas ao problema dos sudetes, parecia que este país, como também a França, tinham chegado ao limite das concessões que estavam dispostas a fazer – à custa da Tchecoslováquia – a fim de manter a paz. Como Vossa Excelência sabe, o Fuhrer exigia não somente a cessão de novos territórios, onde a porcentagem dos

habitantes de raça e língua alemã era inferior a 50%, como ainda fazia questão de ocupar toda a região sudete *manu militari*, fixando o prazo diminuto de seis dias para a aceitação ou recusa desse plano. Tanto o governo britânico como o francês compreenderam a impossibilidade de obrigar a Tchecoslováquia a aceitar tais exigências e, se não aconselharam a esse país mobilizar o seu exército, fizeram entender ao governo de Praga que não desaconselhavam tal medida.

2. Como resultado da situação criada pelo insucesso de Godesberg, o gabinete de Downing Street decretou a mobilização da esquadra britânica e chamou várias classes das suas forças territoriais, especialmente as pertencentes aos serviços da defesa aérea. Por sua vez, o governo francês iniciou a mobilização integral do seu exército e da sua armada. Parecia, portanto, que a Inglaterra e a França estavam dispostas a impedir, se necessário, com a força, a agressão alemã contra o pequeno país da Europa central.

3. O senhor Neville Chamberlain, entretanto, declarou oficialmente em patético discurso, irradiado na noite da quarta-feira, 28 de setembro, que não abandonaria os seus esforços para alcançar uma solução pacífica do problema tchecoslovaco. Convém lembrar aqui que a Tchecoslováquia já tinha aceito o imenso sacrifício da cessão dos territórios sudetes. A Grã-Bretanha e a França se viram obrigadas a impor ao governo de Praga esse passo, e isso, sem dúvida alguma, importava numa estrondosa derrota diplomática para os dois países em face da Alemanha, que apenas seis meses antes anexara a Áustria. A Inglaterra e a França tinham, assim, o dever moral para com o governo de Praga de conseguir da Alemanha que a cessão dos territórios sudetes se fizesse não somente dentro de um prazo razoável, isto é, um prazo que permitiria ao governo tchecoslovaco de retirar os cidadãos tchecos residentes naqueles territórios e de proteger os alemães não afiliados ao partido sudete. A sua tarefa, conjuntamente com a Alemanha e a Tchecoslováquia era ainda de determinar claramente o terreno a ser cedido. Evidentemente não cabia à Alemanha indicar a extensão desses territórios. Era de esperar-se que os governos de Londres e de Paris obtivessem pleno êxito nesse trabalho e para isso empregassem todos os seus esforços. Revelou-se, infelizmente, que nem a Inglaterra nem a França, nem os dois conjuntamente, conseguiram demover o Fuhrer de sua intenção formulada em Godesberg, e proclamada no discurso do Sportspalast de Berlim, de invadir a Tchecoslováquia, caso a mesma não aceitasse as exigências contidas no *memorandum* de Godesberg. Parecia assim inevitável a invasão alemã da Tchecoslováquia, invasão que teria acarretado a intervenção militar da França e a deste país, provocando, de certo, uma conflagração europeia.

4. Os emissários enviados pelo primeiro-ministro a Berlim não conseguiam alterar a atitude do chanceler do Reich. Baldos os seus esforços para evitar a guerra, o senhor Chamberlain apelou ao chefe do governo italiano, senhor Mussolini, para que esse usasse de sua influência junto ao Fuhrer, a fim de conseguir que o exército alemão não fosse mobilizado e que adiasse a invasão projetada. Ao mesmo tempo ofereceu novamente ao senhor Hitler de ir a Berlim para tratar de encontrar uma solução pacífica do conflito. Não se saberá certamente a verdadeira causa que motivou a mudança de atitude do Fuhrer neste último momento. É provável que vários fatores tenham influído na sua decisão, principalmente, já se vê, a mobilização da esquadra britânica e do exército francês, e as duas mensagens do presidente Roosevelt indicando claramente que, no caso de um conflito, os Estados Unidos não deixariam de auxiliar a Inglaterra e a França com dinheiro e armamento – e, finalmente, a atitude, pelo menos reservada, da Itália. É difícilimo, por enquanto, dar o seu justo valor a todos esses fatores mas, seja como for, a resultante de todas as forças em jogo foi a Conferência de Munique.

5. Como comuniquei a Vossa Excelência em meu telegrama n. 159, de 28 de setembro último, a leitura da carta do senhor Hitler contendo o convite do chanceler alemão para uma reunião dos chefes do governo em Munique, e somente entregue ao senhor Chamberlain por *lord* Halifax no fim do seu discurso dando conta das conversações de Godesberg, e pelo teor do qual esperava a Câmara a declaração de que a guerra era inevitável, constituiu um dos momentos mais dramáticos na longa história parlamentar inglesa, indicando com um entusiasmo espontâneo de toda a assistência o renascimento da esperança da paz.

6. Os chefes das quatro potências reunidos em Munique mantiveram a paz – bem, sem dúvida, precioso. Conseguiram dar à ocupação militar dos territórios sudetes uma aparência pacífica – porque é difícil qualificar, a não ser de invasão militar, a ocupação de uma grande área territorial, como o é a região sudete, por fortes contingentes de tropas, acompanhadas de artilharia de campanha, e pesada, de canhões antiaéreos, de todo o aparelhamento bélico de um exército em marcha, sobretudo quando essa ocupação se realiza no curto espaço de dez dias, prazo apenas suficiente para o movimento de um exército.

7. Sem dúvida alguma a manutenção da paz foi o prêmio merecido dos esforços incansáveis e persistentes do primeiro-ministro senhor Neville Chamberlain, e toda a nação inglesa lhe tributou uma homenagem sem precedente quando voltou da capital da Baviera. Entretanto, uma vez passado o primeiro – e imenso – alívio pela boa nova,

começaram a surgir dúvidas, e no presente momento, mesmo entre muitos que aplaudiram entusiasticamente o esforço titânico do chefe do governo inglês, vai-se desenvolvendo cada vez mais o receio de que foi demasiado alto o preço da paz e de que a mesma não seja duradoura.

8. Disse o senhor Chamberlain ao chegar de Munique: “It is peace in our time” e os malevolentes apontam que o primeiro-ministro tem quase setenta anos. Infelizmente tudo indica que a Europa ainda está longe de ver todos os seus problemas resolvidos, e o próprio senhor Chamberlain parece compreendê-lo, pois, no seu discurso na Câmara dos Comuns em que deu conta da Conferência de Munique, lembrou a necessidade de intensificar os armamentos do país.

9. Ora, se a paz europeia não está assegurada a não ser por pouco tempo, e se tanto a Inglaterra como a França continuam na obrigação de se armar intensamente para poder enfrentar o poder militar do eixo Berlim-Roma, parece quase incompreensível a capitulação das duas potências. Em Munique, os governos de Londres e de Paris dispunham ainda de grandes trunfos; em primeiro lugar a existência de uma Tchecoslováquia bem armada e dentro de um território naturalmente fortificado; do apoio de todos os pequenos países que melhoraram a sua situação em consequência do Tratado de Versalhes, e mesmo do apoio moral dos países escandinavos, como também da Bélgica e da Holanda, para não falar da URSS – embora essa não tivesse sido convidada a Munique. O abandono da Tchecoslováquia, em condições tão humilhantes, patenteou claramente a fraqueza das duas grandes democracias ocidentais. Os países balcânicos e os do norte da Europa, sabendo que se encontram doravante sós diante do formidável poder alemão, auxiliado ainda pelo de Roma, já estão gravitando para órbita ítalo-alemã. A França perdeu todos os seus aliados, não sendo de todo impossível que a própria Inglaterra procure, como aliás já tem feito, aproximar-se da Alemanha, deixando a França completamente isolada no continente.

10. Parece-me claro que mais uma vez a Inglaterra agiu com delongas – a demonstração de força que fez, a mobilização da esquadra veio demasiado tarde, quando o chefe do governo alemão já não podia retirar-se da posição assumida sem perda de prestígio. O oferecimento feito pelo primeiro-ministro de ir novamente encontrá-lo na Alemanha e os apelos formulados por Mussolini e Roosevelt deram ao Fuhrer o ensejo de fazer o gesto de Munique – gesto com que nada perdeu, pois tudo parece indicar que o resultado prático final será que a Alemanha ficará com o território demarcado no famoso mapa que acompanhou o *memorandum* de Godesberg.

11. À Conferência de Munique não foi convidada a URSS – aliada da Tchecoslováquia e da França, e grande potência – como também não foi representada a vítima, a República tchecoslovaca. Isto é, esse país que nem sequer foi vencido em guerra foi obrigado por dois países amigos, um deles seu aliado, a aceitar a cessão de territórios pertencentes desde há mil anos à terra da Boêmia e, depois de ter aceito esse enorme sacrifício, nem sequer foi admitido às discussões sobre as modalidades em que essa cessão se deveria realizar. Creio que a história não registrou até agora fato semelhante.

12. A República tchecoslovaca, além de ficar reduzida na sua independência, perderá cerca de 70% das suas minas de carvão, 40% da sua indústria metalúrgica, 60% de sua indústria química e de papel, quase toda a indústria de porcelana e boa parte da de cristais, ricas minas de urânio, cidades de água como Karlsbad e Marienbad, sem falar nas suas fortificações, em que gastou aproximadamente 80 milhões de libras esterlinas. Convém notar que as indústrias alemãs de carvão, ferro, louças, química e de cristais já produzem mais do que suficiente para o consumo do país. Assim as indústrias dos territórios sudetes ficarão inteiramente para o comércio de exportação e reforçarão a posição da Alemanha no mercado mundial.

13. É patente que o que restará da República tchecoslovaca, uma vez cedidos os territórios sudetes e as regiões de minorias polonesa e húngara, ficará inteiramente na dependência política e econômica da Alemanha. Esta tem assim o caminho aberto para a penetração na península Balcânica e no Próximo Oriente. Todos os esforços recentes da Grã-Bretanha de combater a influência alemã nessa parte da Europa, por meio de créditos, está desde já condenada a um fracasso completo. Não é demais dizer que em consequência da anexação da Áustria e da destruição da Tchecoslováquia como entidade política e econômica, a Inglaterra e a França ficarão irremediavelmente relegadas à periferia da Europa. Se esses dois países não puderam ou quiseram lutar contra o Reich quando ainda existia o bastião tchecoslovaco, como poderão fazê-lo agora ou no futuro quando serão muito mais fracos proporcionalmente e talvez mesmo efetivamente? A Alemanha constitui agora um bloco coeso de 80 milhões de habitantes contra 40 milhões na França. A Itália apresenta população sensivelmente idêntica à da Inglaterra. Mas o bloco constituído pela Alemanha e a Itália, conjuntamente com a Hungria, e muito possivelmente com a nova Tchecoslováquia, forma um centro de fronteiras estratégicas dificilmente atacáveis – sem contar com a Iugoslávia e a Romênia que forçosamente terão que se aproximar de tão formidável agrupamento de potências.

14. Apreciando-se as imensas consequências da capitulação anglo-francesa, não pode a mesma ser explicada, a meu ver, apenas pelo desejo dos dirigentes ingleses e franceses de evitar uma guerra europeia. A única explicação – e mesmo a única justificação da sua atitude – deve ser a completa impossibilidade dos dois países de enfrentar a Alemanha. É naturalmente quase impossível comprová-lo, mas segundo rumores que aumentam todos os dias, parece que este país estava inteiramente desaparelhado no que diz respeito à sua defesa aérea, e não poderia colaborar com as forças aéreas francesas. Estas, aliás, segundo afirmações oficiais de Paris, estão reduzidas e antiquadas. Só mesmo a completa falta de preparação militar poderia justificar não somente o abandono da Tchecoslováquia, como o abandono de todos os interesses ingleses e franceses no continente europeu além do Reno, consequência forçada da capitulação da Inglaterra e da França diante do Reich.

15. No que diz respeito à Tchecoslováquia nunca será demais lembrar que os sudetes são os descendentes de colonos alemães chamados pelos reis tchecos da Boêmia para colonizar os territórios que a Tchecoslováquia, a Boêmia de ontem, viu-se obrigada a ceder ao Reich.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 18 OUT. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] Relações brasileiro-alemãs.

N. 605

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 18 de outubro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, recortes do *Times* e *Daily Telegraph*, de 17 do corrente, contendo as notícias aqui publicadas relativamente à tensão diplomática entre o Brasil e a Alemanha.

2. O correspondente do *Daily Telegraph* em Berlim transmitiu o comunicado oficial alemão sobre o caso do embaixador Ritter, comunicado que alega haver o governo do Reich manifestado ao nosso governo a sua surpresa pela atitude do Brasil e pedido a retirada do embaixador Muniz de Aragão.

3. Acrescenta o correspondente haver sido informado de fonte autorizada que o embaixador Aragão avisou o governo do Reich há quase duas semanas de que fora chamado ao Rio de Janeiro. Somente uma semana mais tarde o governo brasileiro comunicou às autoridades alemãs que o embaixador Ritter não era mais *persona grata*.

4. O *Times*, por sua vez, publicou longo telegrama do seu correspondente na capital alemã, divulgando os termos do comunicado da Agência Oficial alemã. Consta, diz o correspondente, que o governo brasileiro já insinuou há dois meses que desejava a substituição do embaixador Ritter, o qual naquela época acabava de partir do Rio de Janeiro em gozo de férias. No resto do longo artigo o correspondente refere-se ao movimento integralista de maio e às medidas tomadas pelo nosso governo para controlar as atividades dos estrangeiros residentes no Brasil.

5. No número de 17 do corrente o *Times* publicou ainda um interessante artigo do seu correspondente em Washington, intitulado “As necessidades da defesa dos Estados Unidos – Anxiedade [*sic*] com relação à América do Sul”. Afirma o correspondente que a preocupação primordial das autoridades norte-americanas é com a situação na América do Sul, situação que obrigará os Estados Unidos a grandes armamentos. As atividades nazistas e fascistas na América do Sul, especialmente no Brasil, na Argentina, Chile e Peru estão sendo acompanhadas com a maior atenção na imprensa norte-americana. O correspondente refere-se à tensão diplomática entre o Brasil e a Alemanha e alude às propostas feitas pelo senhor Bernard Baruch ao presidente Roosevelt, propostas que encaram a construção imediata de uma esquadra irresistível tanto no Pacífico como no oceano Atlântico, o aumento das forças aéreas, a modernização do exército e o desenvolvimento intensivo do intercâmbio comercial entre os Estados Unidos e os países sul-americanos.

6. No importante discurso pronunciado domingo em Londres e irradiado aos Estados Unidos, o senhor Winston Churchill pesou a situação internacional criada pela Conferência de Munique e os perigos decorrentes das reivindicações da Alemanha e da

Itália, referindo-se a esse propósito à crescente influência nazista e fascista na América do Sul, muito especialmente no Brasil.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexos*:⁴¹ n. 1 “U.S. defence needs – anxiety about S. America”. *The Times*, Londres, 17 de outubro de 1938;

n. 2 “Berlin recalls Ambassador – Brazilian request met – German resentment”. *The Times*, Londres, 17 de outubro de 1938;

n. 3 “German dispute with Brazil – Envoy recalled by Rio”. *The Daily Telegraph*, Londres, 17 de outubro de 1938.]

v

OFÍCIO • 03 NOV. 1938 • AHI 28/1/3

[*Índice*:] O acordo anglo-italiano.

N. 636

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 3 de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

No dia de ontem a Câmara dos Comuns, por 345 votos contra 138, autorizou o governo a fazer vigorar o acordo anglo-italiano. A fraqueza da oposição foi manifesta. O verdadeiro conflito de opinião deu-se entre o senhor Chamberlain e o senhor Eden.

2. Em discurso conciso e forte o senhor Chamberlain afirmou que havia chegado o tempo para dar mais um passo no caminho do apaziguamento. A conclusão do acordo anglo-italiano, que datava de seis meses, já havia melhorado muito as relações entre este

⁴¹ Não transcritos.

país e a Itália. Prova disso foi a intervenção do senhor Mussolini em Munique, intervenção provocada pelo apelo do senhor Chamberlain. A questão neste momento, acrescentou o primeiro-ministro, era se a condição imposta para a entrada em vigor do acordo – isto é, a retirada dos voluntários estrangeiros – havia sido executada suficientemente.

3. O senhor Chamberlain lembrou que em julho último declarara que a referida condição seria cumprida no momento em que a guerra civil espanhola não constituísse mais um perigo para a paz da Europa, e ele estava convencido que esse perigo já não mais existia. Em Munique, tanto o senhor Hitler quanto o senhor Mussolini lhe asseguraram que não tinham ambições territoriais na Espanha; o senhor Mussolini prometera ainda que retiraria 10.000 homens, ou seja, aproximadamente a metade da infantaria italiana. Além disso, o senhor Mussolini prometera definitivamente de retirar todas as forças italianas uma vez que começasse a funcionar o plano de não intervenção. Isto constituía uma prova de boas intenções, pois o prazo na execução do plano não era culpa da Itália. Recusava-se, disse o senhor Chamberlain, a compartilhar a suspeita dos que acreditavam que a Espanha ficaria sendo uma potência fascista ou um satélite do fascismo, e lembrava a esse propósito a declaração de neutralidade do general Franco, feita durante a crise tchecoslovaca.

4. A entrada em vigor do acordo anglo-italiano, disse o senhor Chamberlain, implicava no reconhecimento da conquista italiana da Abissínia. A Grã-Bretanha precisava reconhecer a soberania italiana sobre a Etiópia para não ficar em breve isolada entre as nações, e deveria seguir o exemplo da França, acreditando o seu embaixador junto ao “rei da Itália e Imperador da Abissínia”. O primeiro-ministro procedeu então à leitura de mensagens da Austrália e da União Sul Africana em favor da sua política de apaziguamento.

5. A oposição foi, como já disse, bastante fraca. O senhor Greenwood afirmou que as tropas italianas retiradas eram compostas de soldados feridos e sem eficiência militar e que a condição primordial para a entrada em vigor do acordo não havia sido cumprida. O deputado Noel Baker, por sua vez, sustentou que a Itália continuava as suas atividades antibritânicas na Palestina e denunciou o que ele chamou de processo hipocritica [*sic*] do governo inglês no que se referia ao reconhecimento da conquista italiana da Abissínia. Afirmou que a entrada em vigor do acordo dava à Itália mão livre na Espanha.

6. O senhor Butler, subsecretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, defendeu a política do senhor Chamberlain e afirmou que o acordo anglo-italiano teria como consequência a paz no Mediterrâneo e a cessação da propaganda subversiva no Próximo Oriente. Opinou que não havia perigo de dominação estrangeira na Espanha em vista do individualismo tão característico do espanhol. O governo britânico estava apressando o plano de não intervenção mas não concederia direitos de beligerância, a não ser os previstos no dito plano.

7. A defesa da política do governo foi interrompida frequentemente pela oposição, mas a votação demonstrou em seguida que o governo do senhor Chamberlain conta com grande apoio na Câmara dos Comuns.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 04 NOV. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] Imigração judaica para o Brasil.

N. 638

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 4 de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, um recorte do *Times*, datado de hoje, em que o senhor D. Bourke-Borrowes, em carta ao citado jornal, se refere à colonização japonesa no Brasil, principalmente à de Mato Grosso, e procura convencer aos seus concidadãos da necessidade de se estabelecer uma colonização judaica no mesmo Estado.

Ao terminar a sua carta pergunta o senhor Bourke-Borrowes ingenuamente aos brasileiros quais as razões que os mesmos poderiam aduzir contra essa sugestão, em vista de que os novos imigrantes de origem judaica poderiam desenvolver cientificamente o cultivo e o comércio do quebracho no Brasil.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*:⁴² “Japanese colonists in Brazil – An opportunity for the jews”. *The Times*, Londres, 4 de novembro de 1938.]

v

OFÍCIO • 04 NOV. 1938 • AHI 28/1/3

[*Índice*:] Contribuição do Brasil. Comitê refugiados – Londres.⁴³

N. 639

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 4 de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

Em cumprimento ao disposto no despacho n. DA/80/101.34, datado de 20 de setembro último⁴⁴, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, em 11 de outubro próximo passado, saquei contra a Delegacia do Tesouro em Londres a

⁴² Não transcrito.

⁴³ Assunto também de que trata o ofício n. 543, de 09/09/1938, publicado nesta edição dos *Cadernos do CHDD*.

⁴⁴ Não consta no consolidado. Não foi fotografado. Localizar no AHI. Incluir?. Fotografado: Imagem salva em transcrições/Londres/Despachos/Imagens Despachos/1938/lon-1938-09-20.

quantia de 24:900\$000 ou £415, para pagamento de contribuição do Brasil ao Comitê Intergovernamental de Londres para os refugiados.

Em anexo, remeto a Vossa Excelência, por cópias autenticadas [*sic*] as cartas do Westminster Bank Limited, de 18 de outubro último, comunicando o depósito da referida quantia na conta do diretor executivo do comitê em apreço, e a carta do diretor, da mesma data, comunicado a esta embaixada ter recebido do Westminster Bank Limited as 415 libras esterlinas.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo I*]

WESTMINSTER BANK LIMITED
VICTORIA BRANCH

173 Victoria Street
London, S.W.1.
18th October 1938.

Dear Sir,

Account – Intergovernmental Committee.

Mr George Rublee, Director.

I am in receipt of your letter of the 17th instant enclosing cheque for £415 which I have placed to the credit of the above account.

Yours faithfully,

A. H. Hunt

pro Manager

M.C. de Weguelin Vieira Esq.
Brazilian Delegate to the London
Intergovernmental Committee
Brazilian Embassy
19 Upper Brook Street
W. 1.

Confere:

[*ilegível*] Ribeiro dos Santos

Datilógrafo – Arquivista

Conforme:

José de Alencar [*ilegível*]

1º Secretário

[*Anexo 2*]

INTERGOVERNMENTAL COMMITTEE

1. Central Buildings

Westminster

London S.W.1

October 19, 1938.

My dear Señor [*sic*] Vieira,

I have been informed by the Westminster Bank that your Government has paid its contribution to the Intergovernmental Committee for the expenses of this office. I wish to express my very deep appreciation of this evidence of the support of my work by your Government.

Very sincerely yours

George Rublee

Señor Milton de Weguelin Vieira

Brazilian Embassy

19 Upper Brook Street

W. 1.

Confere:

[*ilegível*] Ribeiro dos Santos

Datilógrafo – Arquivista

Conforme:

José de Alencar [*ilegível*]

1º Secretário

v

DESPACHO • 06 NOV. 1938 • AHI 419/2/3

[Índice:] Cópias de notas.

CC

Ministério das Relações Exteriores
Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1938.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores remete à embaixada do Brasil em Londres cópias de notas trocadas com a embaixada da Grã-Bretanha, nesta capital, no decorrer do mês findo.

[Anexo]

NP/164/900.1(600)

O ministro de Estado das Relações Exteriores apresenta os seus cumprimentos ao embaixador de Sua Majestade Britânica e, acusando o recebimento do *memorandum*, de 28 de setembro último, relativo às declarações do primeiro-ministro senhor Neville Chamberlain sobre a situação política da Europa em face das declarações do chanceler Adolf Hitler, tem a honra de levar ao conhecimento de Sua Excelência que aquelas nobres palavras tiveram simpática repercussão no Brasil, e congratula-se, ao mesmo tempo, com o governo de Sua Majestade pelo completo êxito das negociações internacionais que asseguraram a paz universal, iniciando uma nova era de tranquila prosperidade para o mundo.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1938.

v

OFÍCIO • 11 NOV. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] Discurso do primeiro-ministro no banquete do Guidhall.

N. 651

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 11 de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

No banquete tradicional que se realiza todos os anos no Guidhall, por ocasião da investidura do novo *lord mayor* de Londres, o senhor Neville Chamberlain fez uma exposição muito interessante da sua política e dos princípios em que a mesma se baseia.

2. Quando, em maio de 1937, assumiu a chefia do governo, o senhor Chamberlain declarou que a sua política visaria à consolidação da paz, o fortalecimento da Inglaterra, o desenvolvimento da prosperidade do país e do bem-estar das grandes massas da nação.

3. Afirmou o primeiro-ministro que os dois primeiros pontos do seu programa político, isto é, a consolidação da paz e o rearmamento do país não eram contraditórios e que muito pelo contrário completavam-se mutuamente. Rebatendo as críticas formuladas nesse sentido depois da Conferência de Munique, sustentou que na mesma não houve conflito de ideologias nem tampouco vitória de uma ideologia sobre a outra.

4. O senhor Chamberlain aproveitou a ocasião para mais uma vez justificar o acordo anglo-alemão de 30 de setembro último, lendo o respectivo texto à assistência e declarou que eram totalmente desprovidas de fundamento as afirmações de que a aproximação entre a Grã-Bretanha e a Alemanha enfraquecia os laços existentes entre este país e a França. Qualificando de absurda qualquer tese nesse sentido, o primeiro-ministro sustentou ser perfeitamente possível melhorar as relações da Grã-Bretanha com um grande país europeu sem por isso afrouxar seus laços com um outro país, sobretudo quando esses laços eram tão antigos, tão íntimos e tão preciosos com os que ligavam os dois países da Entente.

5. O discurso do senhor Chamberlain foi ouvido com muita atenção e simpatia e traduziu, sem dúvida alguma, com fidelidade a atitude de seu governo.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 17 NOV. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] O problema judeu e a atitude da Grã-Bretanha.

N. 665

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 17 de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

Continuaram ontem as conversações anglo-americanas sobre o problema suscitado pelas perseguições alemãs dos judeus. Os dois governos estão empenhados em formular um plano para a solução deste problema. A Grã-Bretanha propôs aos Estados Unidos uma ação conjunta a fim de facilitar a emigração em massa dos judeus alemães. Segundo parece, este governo está disposto a oferecer certas regiões para receber os judeus e a contribuir com dinheiro, tendo-se pensado no território da Guiana Britânica para esse fim. Espera-se aqui que os Estados Unidos darão a sua cooperação financeira e imediata, sendo muito provável que brevemente seja convocada uma reunião do Comitê Intergovernamental dos Refugiados nesta capital.

2. As conversas anglo-americanas começaram nos primeiros dias desta semana e consta que foram encetadas por iniciativa do embaixador americano, senhor Joseph Kennedy, agindo sob sua própria responsabilidade. O senhor Kennedy submeteu um plano ao primeiro-ministro, que por sua vez já havia formulado o seu. Nas discussões subsequentes tomaram parte o visconde Halifax, secretário de Estado das Relações Exteriores e o senhor Mac Donald, ministro dos Domínios e das Colônias.

3. Os Estados Unidos provavelmente não poderão fazer contribuições territoriais para a solução do problema, mas consta que a numerosa e rica população judia norte-americana já assumiu o compromisso de uma forte contribuição financeira destinada ao estabelecimento dos judeus refugiados nos territórios eventualmente escolhidos.

4. Parece que até a presente data o governo nazista não deu resposta alguma ao pedido feito há mais de quinze dias pelos governos de trinta e um países representados na Conferência de Evian de receber o senhor Rublée, diretor do Comitê Intergovernamental dos Refugiados, a fim de estabelecer um projeto para a emigração sistemática dos judeus alemães.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 18 NOV. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] Auxílio aos refugiados alemães.

N. 666

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 18 de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, alguns recortes dos principais jornais desta capital, que se referem à situação dos semitas na Alemanha e ao auxílio que o Comitê dos Refugiados de Londres poderia, eventualmente, prestar aos perseguidos do Nacional-Socialismo no Reich.

2. Como Vossa Excelência verificará pela leitura dos mesmos recortes, a questão dos refugiados alemães parece ter entrado, nestes últimos dias, em nova fase, a passo acelerado, pois é enorme o interesse que a mesma desperta tanto na Europa como nos Estados Unidos, e isso não só por solidariedade humana, mas, também, pelo fato desse problema poder pôr, eventualmente, em perigo a segurança da paz na Europa.

3. Segundo afirmam os jornais londrinos, consta que a Grã-Bretanha está disposta a oferecer a colônia da Guiana Britânica como o território de refúgio para os perseguidos

alemães, e neste caso, é mais que provável que o Reino Unido também induza a França e a Holanda a fazer um gesto semelhante ao seu (quanto às suas colônias das Guianas), por ocasião da próxima reunião do Comitê dos Refugiados, a ser, dentro de pouco, convocada nesta capital.

3. Muito agradeceria a Vossa Excelência a bondade de enviar-me, com a possível urgência, quaisquer instruções para a minha orientação nesse particular.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexos*:⁴⁵ n. 1 “Resources of Brazil”. *The Times*, Londres, 14 de novembro de 1938;

n. 2 “Help for Jewish refugees – Oversea settlement discussed”. *The Times*, Londres, 17 de novembro de 1938;

n. 3 “Germany and the Jews – More protests”. *The Times*, Londres, 14 de novembro de 1938;

n. 4 “Britain submits plan for Jews to Washington”. *Daily Telegraph*, Londres, 17 de novembro de 1938.]

v

OFÍCIO • 25 NOV. 1938 • AHI 28/1/3

[*Índice*:] Auxílio aos refugiados judeus.

N. 676

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 25 de novembro de 1938.

⁴⁵ Não transcritos.

Senhor Ministro,

Com referência ao meu telegrama n. 168, de 23 do corrente, relativo à conversa que tive com *lord* Winterton, presidente do Comitê dos Refugiados, sobre o recrudescimento do problema da emigração forçada de alemães, e por ocasião da qual comunicou-me *lord* Winterton haver o nosso governo anuído em aceitar conjuntamente com o governo da República Argentina postos de vice-presidente no referido comitê, cumpre-me informar a Vossa Excelência que, até este momento, ainda não chegou a Londres a resposta do governo argentino sobre o assunto em apreço.

2. Em palestra com o meu colega, embaixador Le Breton, soube que o ponto de vista do seu governo, com relação à questão dos refugiados, é que a Argentina está disposta a receber um certo número de famílias alemãs de emigração forçada, se as mesmas estiverem dispostas a se radicarem na Patagônia, uma vez que nem os Estados Unidos nem a Grã-Bretanha poderão resolver esse problema dos refugiados, e se oferecem apenas para colonar [*sic*] pequenos núcleos de alemães em Tanganica, Uganda e Guiana Britânica.

3. Penso que o nosso ponto de vista deve ser o de maior cuidado nesse particular, em vista dos grandes países olharem para o Brasil como sendo o que grandes possibilidades poderá oferecer aos refugiados alemães.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 30 NOV. 1938 • AHI 28/1/3

[*Índice:*] Comitê Intergovernamental de Londres. Documentos.

N. 685

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 30 de novembro de 1938.

Senhor Ministro,

Para os fins convenientes, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, todos os documentos que foram dirigidos até esta data ao representante do Brasil no Comitê Intergovernamental de Londres, primeiro-secretário comercial Milton de Weguelin Vieira.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo I*]:

London, 10th October 1938.

My Lord,

I have the honour to inform your Lordship that the Government of Brazil is desirous of co-operating with the Intergovernmental Committee and is prepared to permit the immigration into Brazil of a limited number of refugees, under the following conditions:

1 – Immigrants must comply with the new Brazilian Immigration Law dated 4th May 1938, and the Regulation governing the same, of 20th August 1938;

2 – The Brazilian Government will not undertake any obligation towards expenses incurred in the transport of refugees;

3 – Immigrants must be at least 80% agricultural workers;

4 – Immigrants shall be subject to Brazilian Laws;

5 – Immigrants may be expelled from the country in accordance with the law governing the expulsion of foreigners from Brazil.

I have the honour to be, with the highest consideration,

Your Lordship's obedient servant

Milton de Weguelin Vieira

Delegate to the Intergovernmental Committee

The Right Honourable the Earl of Winterton, P.C., T.D., M.P.
President of the Intergovernmental Committee
Foreign Office, S.W.1.

Confere:

[*ilegível*] Ribeiro dos Santos

Datilógrafo – Arquivista

Conforme:

Weguelin Vieira

Primeiro-Secretário Comercial

[*Anexo 2*]:

Foreign Office, S.W.1

12th October 1938.

Sir,

I am desired by Lord Winterton, as Chairman of the London Intergovernmental Committee to continue and develop the work of the Evian Meeting, to acknowledge the receipt of your letter of October 10th.

Your letter is being circulated to the Members of the Committee and to the Director for their confidential information.

I have the honour to be,

Sir,

Your obedient servant

(a) D. P. Reilly

For the Secretary to the Committee

Senhor Milton Cesar de Weguelin Vieira

Confere:

[*ilegível*] Ribeiro dos Santos

Datilógrafo – Arquivista

Conforme:

Weguelin Vieira
Primeiro-Secretário Comercial

[Anexo 3]:

INTERGOVERNAMENTAL COMMITTEE

1, Central Buildings
Westminster
London, S.W.1
October 18, 1938.

Dear Senhor Vieira,

I thank you very much for your letter of 16th October enclosing the translation into English of the Brazilian Immigration Law.

With Kind regards,

Sincerely yours
(a) George Rublee

Senhor Milton Cesar de Weguelin Vieira
The Brazilian Embassy
19 Upper Brook Street
London W.1

Confere:

[*ilegível*] Ribeiro dos Santos

Datilógrafo –Arquivista

Conforme:

Weguelin Vieira

Primeiro-Secretário Comercial

[Anexo 4]:

INTERGOVERNAMENTAL COMMITTEE

1, Central Buildings
Westminster
London, S.W.1
November 1, 1938.

PERSONAL AND CONFIDENTIAL

Dear Senor Vieira,

I understand that Mr. Cotton of this office promised you a copy of Mr. Rublee's Report to Lord Winterton when it was completed. I enclose a copy in strictest confidence which is made necessary by the fact that Lord Winterton, after reading the Report, decided that it should not be circulated to the other officers of the Committee. You were so helpful with your advice, however, that I feel that we should make an exception in your case.

Very sincerely yours

Robert T. Pell

Assistant Director

Senor Milton de Weguelin Vieira
Brazilian Embassy
19 Upper Brook Street
W.1

Confere:

[*ilegível*] Ribeiro dos Santos

Datilógrafo –Arquivista

Conforme:

Weguelin Vieira

Primeiro-Secretário Comercial

v

OFÍCIO • 01 DEZ. 1938 • AHI 28/1/3

[*Índice:*] Refugiados alemães.

N. 686

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 1º de dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

Em aditamento aos meus ofícios ns. 666 e 670, de 18 e 23 de novembro último, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, em anexo, mais alguns recortes de jornais que se referem ao problema dos refugiados, e nos quais se menciona o Brasil como sendo o país ideal para acolher os refugiados alemães, pela sua vastidão e escassa população.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[Anexos:⁴⁶ n. 1 “Jews in British Guiana”. *The Times*, Londres, 28 de novembro de 1938;
n. 2 “The refugees”. *Jewish Chronicle*, Londres, 25 de novembro de 1938;
n. 3 “Refugees Committee”. *The Scotsman*, Edimburgo, 24 de novembro de 1938;
n. 4 “Brazil for Refugees”. *Truth*, de 23 de novembro de 1938;
n. 5 “Wide (but not open) spaces.” *The Star*, Londres, 24 de novembro de 1938;
n. 6 “Refugee Committee”. *News Chronicle*, Londres, 30 de novembro de 1938;
n. 7 “The full-up quotas.” *The Star*, Londres, 26 de novembro de 1938.]

v

OFÍCIO • 06 DEZ. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] As reivindicações italianas. Declarações do governo britânico.

⁴⁶ Não transcritos.

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 6 de dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

Referindo-se às demonstrações havidas na Câmara de Deputados italiana exigindo a cessão pela França à Itália do protetorado da Tunísia, da ilha de Córsega e da cidade de Nice, o senhor Henderson, deputado trabalhista, na sessão de ontem da Câmara dos Comuns, sugeriu a conveniência de não se realizar a projetada visita do primeiro-ministro a Roma no caso de não cessar a propaganda italiana a favor dessas pretensões. O general Spears, deputado conservador, interpellando o primeiro-ministro perguntou se era de sua intenção fazer compreender claramente ao senhor Mussolini que as reivindicações italianas tornavam impossível o desenvolvimento de relações amistosas entre a Inglaterra e a Itália, não tendo, nessas condições, a sua visita utilidade alguma.

2. Em resposta o senhor Chamberlain declarou que o acordo anglo-italiano de 16 de abril último não modificava as obrigações assumidas pela Grã-Bretanha para com a França. Embora nas negociações do aludido acordo Nice, a Tunísia e a Córsega não fossem mencionadas diretamente, o anexo I do acordo tratava implicitamente da questão, pois se referia à manutenção do *status quo* no Mediterrâneo. Acrescentou que o embaixador inglês em Roma tivera instruções para comunicar ao Ministério das Relações Exteriores da Itália que novas demonstrações da ordem das verificadas na Câmara dos Deputados no sábado passado prejudicariam a colaboração das quatro potências de Munique. Disse mais que a resposta dada pelo conde Ciano à *démarche* do embaixador evidenciava não estar o governo italiano associado às demonstrações em questão. Em vista da natureza da resposta do governo italiano, afirmou o primeiro-ministro que ele não via motivo algum para modificar a sua projetada visita a Roma.

3. O senhor Henderson não se deu por satisfeito e perguntou ao primeiro-ministro se tomaria as providências necessárias a fim de que a Itália fique inteirada da firme intenção da Inglaterra de não sacrificar a sua amizade com a França em favor da amizade com a Itália.

4. O *leader* da oposição, senhor Attlee, chefe do Partido Trabalhista, perguntou, por sua vez, se o primeiro-ministro acreditava na possibilidade de demonstrações

espontâneas na Itália sob o regime fascista. O senhor Chamberlain declarou, em resposta, que este governo tinha que aceitar as seguranças dadas pelo governo italiano.

5. Outros membros da Câmara dos Comuns manifestaram o seu desagrado com relação às reivindicações italianas e insistiram na necessidade de que este governo firmasse a sua posição ao lado da França.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 06 DEZ. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] Declarações do ministro da Defesa da União Sul-Africana.

N. 702

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 6 de dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

O senhor Pirow, ministro da Defesa da União Sul-Africana, depois de visitar Portugal, a Espanha, Bélgica, Alemanha, a Itália e os Países Baixos, voltou anteontem a esta capital e publicou as declarações constantes do recorte anexo do *Daily Telegraph* e *Morning Post*⁴⁷, de hoje.

2. Na opinião do ministro sul-africano, a Europa está caminhando inevitavelmente para uma guerra se não houver uma mudança completa de mentalidade nos próximos dois ou três meses. Acredita o senhor Pirow que a tensão internacional se intensificará sobretudo na primavera próxima. É de notar, a esse respeito, que o correspondente diplomático do *Daily Telegraph*, órgão muito ponderado, diz que a opinião do ministro

⁴⁷ Recorte do periódico *Morning Post* não localizado no volume.

Pirow confirma as informações diplomáticas chegadas a esta capital provenientes de Berlim.

3. Como Vossa Excelência sabe, o senhor Pirow, que é de origem alemã, partiu de Cape Town com a incumbência de negociar importantes contratos de armamentos, pelo valor de seis milhões de libras esterlinas. Ao mesmo tempo, e por iniciativa própria, resolveu examinar as possibilidades de um acordo, com os países interessados, sobre as reivindicações coloniais alemãs.

4. Na sua qualidade de sul-africano, e como ministro da Defesa da União, o senhor Pirow se opõe a que se devolvam à Alemanha a antiga colônia contígua ao território sul-africano e a África alemã do Este (*Deutsch Ost Afrika*), que os ingleses denominam Tanganyika. Procurou uma solução alternativa, encarando a constituição de um novo Império colonial alemão composto de territórios retirados da Angola portuguesa, do Congo belga, da África Equatorial francesa e do Camarões inglês e francês.

5. Quando passou por Lisboa, o senhor Pirow compreendeu que Portugal não estava disposto a contribuir para a solução do problema colonial alemão e, por ocasião de sua visita à Bélgica, verificou que esse país não cederia parte do Congo belga a fim de que a União Sul-Africana pudesse conservar a África Alemã do Oeste.

6. O senhor Pirow viu-se, portanto, na necessidade de modificar sua proposta antes de partir para a Alemanha e a Itália. De acordo com seu novo plano o território colonial alemão ficaria situado mais ao norte e só na costa atlântica da África, sendo constituído pela África Equatorial francesa, a antiga colônia alemã do Camarões e a colônia inglesa de Nigéria, uma das mais antigas e ricas das possessões britânicas no continente africano. Além disso propunha o senhor Pirow que a Alemanha recebesse auxílio financeiro para desenvolver o território que lhe fosse eventualmente entregue. Não se sabe até que ponto esse plano foi aprovado em Londres, sendo seguro, entretanto, que não foi submetido à aprovação do governo. Aliás, todo o mérito da viagem do senhor Pirow para a Inglaterra consistia justamente no caráter perfeitamente privado das suas conversas com as autoridades nazistas.

7. O governo alemão não se pronunciou sobre o plano Pirow, mas a imprensa nazista, com a unanimidade habitual e que é peculiar aos regimes totalitários, declarou que a Alemanha não se interessava por qualquer solução alternativa do problema colonial e exigia pura e simplesmente a devolução das suas antigas colônias.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexo*:⁴⁸ “Mr. Pirow on need for big peace effort”. *Daily Telegraph*, Londres, 6 de dezembro de 1938.]

v

OFÍCIO • 07 DEZ. 1938 • AHI 28/1/3

[*Índice*:] Interesses britânicos na China. Declarações de *lord* Plymouth.

N. 703

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 7 de dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

O conde de Plymouth, subsecretário das Relações Exteriores na Casa dos Lordes, respondendo a uma interpelação do visconde Elibank, declarou ontem que as restrições impostas à navegação no porto de Tsingtao e no rio Yantze constituíam uma discriminação deliberada em detrimento dos interesses britânicos, contra a qual o seu governo não cessa de protestar vigorosamente junto ao do Japão.

2. Sobre a formação de um bloco econômico e político entre aquele país, a Manchúria e a China, disse mais que a Grã-Bretanha continua guiando-se pelo Tratado de Washington e não tolerará nenhuma alteração unilateral das disposições em vigor, como os Estados Unidos definiu a sua posição em 4 de novembro último.

3. Quanto às medidas a adotar para proteger os ditos interesses, acrescentou *lord* Plymouth, está sendo essa questão atentamente estudada pelo governo, que se considera preparado para tomá-las, de acordo com as que os demais países signatários estejam dispostos a enfrentar em ação paralela.

⁴⁸ Não transcrito.

4. O governo britânico, em suma, tem esperanças de poder chegar com o Japão a uma solução satisfatória para ambas as partes nesse conflito de esferas de influência, sempre que os Estados Unidos se animem a uma intervenção conjunta, já que, para as duas potências maiormente interessadas, a manutenção da porta aberta na China é um dos pontos cardeais da política externa oriental dos dois países. Sozinho não agirá.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 08 DEZ. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] Declaração do ministro MacDonal sobre a devolução das colônias alemãs.

N. 707

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 8 de dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

Combatendo a moção de um membro laborista do Parlamento britânico no sentido de que seja aplicado a todas as colônias atualmente possuídas pelas nações europeias o sistema de mandatos, com um conceito de curadoria internacional que viria pôr um fim às atuais rivalidades e ambições coloniais, o ministro das Colônias, senhor Malcolm MacDonal pronunciou ontem uma declaração categórica a respeito da devolução das antigas colônias alemãs.

2. Em nome do governo, disse o senhor MacDonal que nenhuma seção do país está disposta a entregar a qualquer outra nação alguns dos territórios ou populações coloniais ora sob mandatos britânicos. Textualmente disse ele: “não estamos discutindo o assunto, não prevemos a sua discussão, nem constitui o mesmo presentemente um problema político”.

3. Apesar da ênfase desta declaração, algo tardia e quase surpreendente em vista das entrevistas em seis capitais europeias do ministro de Defesa da União Sul-Africana, senhor Pirow, as palavras do ministro das Colônias revelam uma reação por parte deste governo contra os excessos antissemitas na Alemanha e as ambições italianas na Tunísia.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 09 DEZ. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] A atitude do governo britânico com relação ao governo de Burgos.

N. 708

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 9 de dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência dois recortes anexos extraídos do *Times*, de hoje, sendo um editorial e um artigo do correspondente do *Times* em Burgos sobre as relações entre a Grã-Bretanha e o governo do general Franco.

2. O correspondente do *Times* começa seu artigo declarando que os círculos nacionalistas estão profundamente desapontados com o resultado das conversações anglo-francesas, realizadas por ocasião da visita do senhor Chamberlain a Paris, no que diz respeito à concessão de direitos de beligerância ao general Franco. O governo de Burgos, diz o correspondente, espera que o senhor Mussolini poderá convencer o senhor Chamberlain, durante a visita deste último a Roma, da necessidade de modificar a sua atitude nesse sentido.

3. Segundo a opinião do correspondente, os círculos nacionalistas muito desejam um entendimento mais íntimo com a Grã-Bretanha e, uma vez concedidos os direitos de beligerância, o governo de Burgos, na opinião do correspondente seria muito mais tratável. O *Times*, que representa com muita fidelidade o pensamento do governo inglês, acha que o melhoramento das relações anglo-nacionalistas, embora muito desejável, não justificaria o abandono da política de não intervenção, que entretanto é suscetível de certas modificações impostas pelas circunstâncias em que se trava o conflito na península Ibérica.

4. Certamente a política agressiva da Itália no Mediterrâneo, novamente patenteada nas recentes reivindicações formuladas à respeito da Tunísia, Nice e Córsega, não contribuirá para a modificação da atitude deste país com relação à Espanha nacionalista. A Inglaterra se vê cada dia ligada mais intimamente à França que receia, e com razão, o estabelecimento de um governo de simpatias fascistas na sua fronteira dos Pirineus.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

[*Anexos*:⁴⁹ n. 1 “General Franco’s case”. *The Times*, Londres, 7 de dezembro de 1938;
n. 2 “Franco’s case – Right of blockade”. *The Times*, Londres, 7 de dezembro de 1938.]

v

OFÍCIO • 13 DEZ. 1938 • AHI 28/1/3

[*Índice*:] Situação política internacional.

N. 712

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

⁴⁹ Não transcritos.

Londres, 13 de dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

Vai gradualmente desaparecendo o otimismo manifestado em certos meios ligados ao governo, após o acordo de Munique, sobre a viabilidade de um congraçamento político-econômico entre os países democráticos de um lado e a Alemanha e a Itália de outro.

2. A própria orientação política a que obedeceu o acordo foi seriamente abalada pelas ameaças japonesas à integridade dos interesses comerciais das grandes potências na China, bem como pela ofensiva igualmente intensa da indústria alemã, manobrando com os subsídios formidáveis que ela mesma custeia, nos mercados da Europa central e dos países balcânicos, ofensiva que se estende mesmo à Pérsia, ao Afegan[istão] e à África do Sul, isto é, àqueles últimos mercados que a Inglaterra ainda se reserva. E quando tudo isso não bastasse, vai-se impondo agora a convicção de que o bloco anticomintern (Itália, Alemanha e Japão) resolveu iniciar uma campanha comercial ativa contra os países mais ou menos livre-cambistas. Esta nova fase da política Berlim-Roma-Tóquio está ligada à aliança ofensiva e defensiva, cuja assinatura e ratificação definitiva só aguardam os resultados da visita de Chamberlain e Halifax à capital italiana em janeiro próximo.

3. Eis como se explica a surpreendente declaração, de 20 de novembro, em que o senhor R. S. Hudson, secretário do Departamento de Overseas Trade, ameaçou a Alemanha de recorrer aos mesmos processos de prêmios à exportação em favor do comércio britânico. Segundo esse plano, os diversos ramos da indústria constituiriam individualmente fundos de manobra para auxílio à exportação dos respectivos produtos. Obtida essa organização, o Estado por sua vez concorreria com subsídios. Nesse sentido vem-se realizando entre os *leaders* da indústria e membros do governo discussões preliminares, embora alguns daqueles estimem que essa ofensiva não deva partir de grupos individuais, mas sim de uma ação concertada que abranja toda a indústria nacional, tal como vem sendo compulsoriamente executada na Alemanha e na Itália.

4. Não menos significativas foram as palavras de *lord* Plymouth (vide ofício n. 703) contra a concepção japonesa que pretende agora apresentar como obsoleto e caduco o Pacto das Novas Potências, depois da conquista militar da China.

5. O que mais preocupa este governo e o deixa perplexo é que essa política de amparo à exportação, juntamente com a criação de um fundo de reservas constituído por

cotas por parte da indústria, equivale à adoção pela Inglaterra dos princípios econômicos dos regimes totalitários. O governo ver-se-ia obrigado a entrar em negociações com as *Trade Unions* e, portanto, com a oposição laborista, a fim de obter a sua anuência à modificação do regime de horas de trabalho, enfrentando, portanto, os mesmos obstáculos que tanto dificultam a ação de Deladier na França.

6. Os comentários da imprensa de Berlim às últimas declarações do senhor MacDonald revelam a repercussão que vem tendo na Alemanha essas recentes atitudes. As perseguições nazistas contra as minorias israelitas explicam a repulsa do ministro das Colônias às pretensões coloniais alemãs. Não admite aquele país que a porta fique fechada a essas reivindicações, mesmo porque a Grã-Bretanha só exerce mandato administrativo sobre suas antigas possessões na África. Argumentam em resposta que, se em 1919 as populações nativas não foram consultadas, não haveria porque realizar agora um plebiscito. Nem a política que o Reich seguirá com relação a essas populações tem alguma coisa que ver com o problema judaico, de ordem completamente diverso.

7. A visita a Londres, este fim de semana, do senhor Schacht, por iniciativa, aliás, de *sir* Montague Norman, presidente do Banco da Inglaterra, revela a ansiedade com que o governo alemão acompanha o plano deste governo de fomentar a exportação britânica nos mercados estrangeiros, receosos da competição desigual numa luta contra os imensos recursos financeiros da Grã-Bretanha. Tem-se a impressão aqui que essa visita visa dissuadir os meios políticos e industriais ingleses da guerra comercial.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Régis de Oliveira

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 21 DEZ. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] A política externa da Grã-Bretanha e a oposição parlamentar.

N. 738

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil

Londres, 21 de dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

Não tendo conseguido que o senhor Neville Chamberlain fizesse declarações sobre as conversas a se realizarem proximamente em Roma, a oposição apresentou na sessão de ontem da Câmara dos Comuns um voto de censura à política externa do governo. Embora o primeiro-ministro se tenha recusado a circunscrever a sua atuação durante a próxima visita à capital italiana, assim mesmo desmentiu categoricamente o boato de cessão por parte da Grã-Bretanha à Itália da Somalilândia Britânica.

2. No seu discurso, respondendo à censura da oposição, o primeiro-ministro convidou os dirigentes da Alemanha a se pronunciarem sobre se estavam dispostos a cooperar para remover o perigo de uma guerra europeia e exprimiu a convicção de que a política externa seguida pelo seu governo desde ano e meio correspondia às necessidades da situação da política internacional.

3. O voto de censura foi apresentado pelo deputado Dalton em discurso condenando a política do governo de concentração nacional. Afirmou ele que essa política, baseada em apreciações errôneas da situação, levou a Inglaterra e a Europa à crise atual. Caracterizando a Alemanha como um fator de perturbação na Europa, exigiu do senhor Chamberlain uma resposta a vários pontos: quais são as intenções do governo com relação ao Extremo Oriente, à estrada [?] estratégica planejada pela Alemanha através da Tchecoslováquia; qual será a atitude deste país em face dos esforços alemães na Europa Central e no caso de uma agressão alemã à Polônia – que conta com o auxílio da França – que posição assumiria a Inglaterra. Afirmando não haver o senhor Mussolini cumprido sua promessa de retirar as forças italianas da Europa, não compreendia, disse o senhor Dalton, qual podia ser o objetivo da visita a Roma do primeiro-ministro e do visconde de Halifax.

4. Ao tomar a palavra o primeiro-ministro começou por criticar os termos da moção de censura e perguntou qual teria sido a atitude do senhor Dalton se este se tivesse encontrado em posto de responsabilidade.

5. Como parece que a política do Partido Laborista – continuou o senhor Chamberlain – teria sido diametralmente oposta à seguida pelo governo nacional, a Inglaterra ter-se-ia encontrado em guerra e isso simultaneamente com o Japão, a

Alemanha, a Itália e o general Franco. A sua política, acrescentou, não havia sido infrutífera e certamente correspondia ao pensamento da maioria do país.

6. Referindo-se às cordiais relações existentes entre a Inglaterra e a França, confessou que o conflito espanhol parecia ainda bem longe de uma solução e declarou que o recente auxílio dado pela Itália às forças nacionalistas não constituía uma infração da promessa feita por Mussolini. Protestou energicamente contra a insinuação lançada pela oposição de que ele e o visconde de Halifax deveriam assumir o compromisso de não abandonar qualquer princípio vital e de não sacrificar interesses importantes da Inglaterra, ou dos seus amigos, por ocasião da visita a Roma. Não almejava, disse, concluir algum acordo específico e o objetivo da reunião de Roma era fortalecer a confiança entre a Grã-Bretanha e a Itália.

7. Quanto à Alemanha, o primeiro-ministro afirmou ser necessário induzir uma nação tão forte e viril a cooperar com os demais países para o bem geral, sem o que não haveria paz nem progresso na Europa. Na Grã-Bretanha, disse, havia o sincero desejo de trabalhar conjuntamente com a Alemanha a fim de evitar o perigo de uma guerra, mas ele continuava ainda a espera de uma manifestação amistosa por parte daqueles que representavam a nação alemã e lhe conduziam os destinos. O governo britânico estava disposto em qualquer momento a discutir o problema da limitação de armamentos, porém enquanto os demais países se estiverem armando dia e noite, a Inglaterra se via obrigada a fazer o mesmo. Salientou energicamente que seria um erro grave interpretar o amor à paz e o espírito de compromisso deste país como indícios de fraqueza.

8. A Inglaterra, continuou o senhor Chamberlain, longe de desocupar-se do problema apresentado pelo conflito sino-japonês, estava fazendo tudo quanto era possível para defender os seus interesses e muito desejava contribuir com os seus bons ofícios para resolver a guerra entre os dois países.

9. Por último, o primeiro-ministro reafirmou estar convencido de que a política externa do governo é a mais acertada. Mesmo que ela falhasse, ele continuaria a pensar do mesmo modo, porque a única alternativa seria a guerra e ele não podia assumir tamanha responsabilidade senão levado pela loucura de outros.

10. O discurso do senhor Chamberlain foi muito bem recebido no Parlamento e ecoou favoravelmente na imprensa, sendo considerado como a primeira afirmação do governo de não querer continuar indefinidamente a política de concessões em face dos países de regime totalitário, política que tem sido criticada até pelos próprios aderentes do senhor Neville Chamberlain.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

J[oaquim] de Sousa Leão F[ilh]o

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores

v

OFÍCIO • 22 DEZ. 1938 • AHI 28/1/3

[Índice:] Discurso de Chamberlain e relações anglo-alemãs.

N. 739

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil
Londres, 22 de dezembro de 1938.

Senhor Ministro,

No seu discurso do dia 13 do corrente, no banquete da Foreign Press Association, o primeiro-ministro, senhor Neville Chamberlain reafirmou os seus propósitos de prosseguir na política de pacificação europeia. Entretanto, percebe-se uma ligeira modificação na sua atitude para com a Alemanha, preconcebida ou possivelmente provocada pela deliberação do embaixador do Reich e do pessoal da sua embaixada, bem como dos correspondentes dos jornais alemães, de não comparecerem ao banquete, decisão levada ao conhecimento prévio da imprensa, mas não comunicada ao primeiro-ministro.

2. A razão ostensiva para a ausência dos alemães foi o severo protesto do senhor Chamberlain contra as críticas desabridas da imprensa daquele país contra *lord Baldwin*, por causa do seu apelo em favor dos refugiados judeus. Também a alusão significativa à transitoriedade de todos os governos, pode ter sido causa dessa descortesia. De uma ou de outra maneira, o primeiro-ministro não alterou uma palavra do seu discurso, cópia do qual havia sido remetido à embaixada alemã.

3. À instigação dos seus conselheiros, Chamberlain veio ao encontro do desejo manifestado pela imprensa francesa, completando as palavras excessivamente lacônicas

da véspera ao responder à uma interpelação sobre as responsabilidades da Inglaterra num conflito eventual entre a França e a Itália, em consequência das reivindicações desta última. Como a França está convencida de que a Itália não ousaria agredi-la sem o apoio do eixo Berlim-Roma, ela julga inevitável a entrada em jogo da Grã-Bretanha. Daí as referências da imprensa francesa à correção legal da resposta de Chamberlain, tida, porém, como insuficiente em vista dessa consideração. Assim, entre aplausos gerais, o primeiro-ministro veio corrigir a falsa impressão criada pelas suas anteriores palavras.

4. Ainda declarou o senhor Chamberlain que a Grã-Bretanha estava agora em situação de enfrentar as suas obrigações militares, palavras ouvidas com certo ceticismo em muitos círculos.

5. Uma minoria rebelde do gabinete, toda de subsecretários de Estado, entre os quais o imediato colaborador do ministro da Guerra, rebelou-se contra a letargia do governo nas medidas de defesa nacional, personificada nos senhores Hore-Belisha e *sir* Tomas Inskip, respectivamente ministro da Guerra e da Coordenação da Defesa.

6. Animados pelos discursos anti-hitlerianos do conde de la Warr, ministro da Educação, e o do senhor R. S. Hudson, secretário do Overseas Trade, que chegou a ameaçar a Alemanha com a adoção dos mesmos métodos de financiamento da exportação (“*we will beat you at your own game*”), pediram a retirada daqueles ministros. Para tanto alegam não só a ineficácia da medida voluntária de registro de serviço nacional para a população civil e as precauções que se impõem para a proteção antiaérea, bem como a morosidade imperdoável na expansão do programa de armamento que a debilidade da situação inglesa requer.

7. Mas Chamberlain não os está querendo atender, consciente de que as reduções orçamentárias constituem o único embaraço a um mais ativo equipamento bélico. Só depois do Natal poder-se-á saber qual facção sairá vitoriosa e se os ministros rebeldes, que clamam por uma constituição ministerial mais eclética, não terão que sair.

8. Notícias de Berlim anunciam a provável visita a Londres, em fins de janeiro, do capitão Wiedemann, ajudante de ordens de Hitler, a fim de retardar o ritmo do rearmamento inglês. Tal tentativa pode ser o prelúdio de uma situação perigosa. Pois se a Grã-Bretanha julgar do seu dever a rejeição dessas propostas, a Alemanha poderia, e certamente o fará, alegar que as medidas militares da Grã-Bretanha não têm por fim somente a sua defesa nacional, senão que revelam a intenção de atacar o Reich em momento oportuno.

9. Na sua recente visita a Londres, o senhor Schacht, presidente do Reich Bank, trouxe um plano financeiro em que pedia nada menos que um empréstimo de £500 milhões, aliado a um plano de aumento de exportação alemã de 22%, a fim de auxiliar parcialmente a emigração dos judeus.

10. Argumentava ele que uma recusa por parte de Grã-Bretanha seria um golpe contra os moderados, entre os quais se inclui, e resultaria no completo predomínio da facção extremista dentro do Partido Nazi.

11. O momento, porém, foi mal escolhido. Ambos projetos foram repelidos como absolutamente inaceitáveis. É que já se começara a manifestar nos meios governamentais e da *City* uma resistência contra as pretensões impertinentes e insaciáveis da Alemanha.

Tenho a honra de reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

J[oaquim] de Sousa Leão F[ilh]o

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Oswaldo Aranha
Ministro de Estado das Relações Exteriores